



Demonstrações Financeiras Intermediárias
Consolidadas em IFRS

31 de março de 2022

SUMÁRIO

Demonstrações Financeiras Intermediárias	BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
	DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	3
	DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	4
	DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5
	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	6
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias	1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	7
	2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS	7
	3. NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES ..	9
	4. DIVULGAÇÕES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS	11
	5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	18
	6. OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE CRÉDITO	18
	7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	23
	8. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	27
	9. INVESTIMENTOS EM COLIGADAS.....	29
	10. OUTROS ATIVOS	31
	11. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	31
	12. FAT - DÍVIDA SUBORDINADA E DEPÓSITOS ESPECIAIS	34
	13. OBRIGAÇÕES POR OPERAÇÕES COMPROMISSADAS.....	35
	14. FUNDOS FINANCEIROS E DE DESENVOLVIMENTO	36
	15. OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES E LETRAS FINANCEIRAS	36
	16. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS	37
	17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	38
	18. PROVISÕES TRABALHISTAS E CÍVEIS	42
	19. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	44
	20. OUTROS PASSIVOS	51
	21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	51
	22. RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	53
	23. PARTES RELACIONADAS	55
	24. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO	59
	25. GESTÃO DE RISCOS	59
	26. OUTRAS INFORMAÇÕES	69
	27. RECONCILIAÇÃO ENTRE OS PADRÕES CONTÁBEIS.....	71
	28. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA	73
	29. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	73
	30. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O BNDES	73
	31. CRITÉRIOS DE CONSOLIDAÇÃO	74
	32. PRÁTICAS CONTÁBEIS E ESTIMATIVAS GERAIS SIGNIFICATIVAS	74
	MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO	92
	RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS	93

BALANÇOS PATRIMONIAIS

	Nota Explicativa	31/03/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	5	89.277.286	95.298.787
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR)			
Títulos e valores mobiliários	7	76.076.156	68.025.152
Derivativos	7.5	2.103.886	834.965
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)			
Títulos e valores mobiliários	7	108.942.650	85.518.783
Ativos financeiros ao custo amortizado			
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	6	446.953.920	455.474.717
Títulos e valores mobiliários	7	7.810.070	6.282.512
Outros ativos financeiros ao custo amortizado	8	10.306.135	9.081.874
Ativos fiscais		13.097.254	12.861.199
Correntes	17.3	232.362	356.582
Diferidos	17.2	12.864.892	12.504.617
Ativos mantidos para venda	9	133.369	951.759
Investimentos em coligadas	9	1.888.665	10.935.543
Imobilizado		146.736	142.768
Intangível		5.102	6.131
Outros ativos	10	1.132.258	1.352.705
Total do ativo		757.873.487	746.766.895
Obrigações por depósitos	12.2	6.645.547	6.712.953
Obrigações por operações compromissadas	13	46.376.277	39.825.117
Obrigações por emissão de debêntures e letras financeiras	15	2.087.155	2.158.438
Derivativos	7.5	912.807	49.481
Juros sobre instrumentos elegíveis ao capital principal	21.2	1.407.467	1.057.871
Obrigações por empréstimos e repasses	11	150.716.266	162.214.258
Fundos financeiros e de desenvolvimento	14	8.919.053	8.867.488
Dívida subordinada	12.1	340.612.118	340.713.933
Outros passivos financeiros	16	891.033	1.413.501
Obrigações fiscais		18.648.456	16.662.516
Correntes	17.1	1.414.542	4.252.772
Diferidos	17.2	16.959.236	12.166.083
Outros		274.678	243.661
Obrigações de benefícios a empregados	19	4.977.844	5.555.093
Provisões trabalhistas e cíveis	18	2.192.211	1.918.960
Resultados de Exercícios Futuros		-	4.043
Outros passivos	20	1.127.070	1.180.727
Total do passivo		585.513.304	588.334.379
Patrimônio líquido			
Capital Social	21.1	61.842.148	61.842.148
Instrumentos elegíveis ao capital principal	21.2	22.038.976	22.038.976
Reservas de lucros	21.3	44.745.760	44.745.760
Outros resultados abrangentes e outras movimentações reflexas	21.4	32.841.362	30.350.380
Resultados acumulados não apropriados	27	10.891.937	(544.748)
Total do patrimônio líquido		172.360.183	158.432.516
Total do passivo e patrimônio líquido		757.873.487	746.766.895

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

	Nota Explicativa	31/03/2022	31/03/2021
Receitas de intermediação financeira	22	8.643.725	15.193.910
Operações de crédito e repasses interfinanceiros		4.808.367	12.993.240
Moeda nacional		10.548.578	8.531.997
Moeda estrangeira		(5.740.211)	4.461.243
Resultado com títulos e valores mobiliários		3.576.085	1.994.492
Rendas com administração de fundos e programas		259.273	206.178
Despesas de intermediação financeira	22	(5.865.502)	(9.034.193)
Captação no mercado - financiamentos e repasses		574.762	(14.077.368)
Moeda nacional		(9.678.777)	(6.767.666)
Moeda estrangeira		10.253.539	(7.309.702)
Resultado de derivativos - renda fixa	7.5.2	(3.451.031)	3.807.444
Reversão (constituição) de provisão para perdas de crédito	6.4	(2.738.445)	1.189.753
Resultado da carteira de câmbio		(250.788)	45.978
Resultado bruto da intermediação financeira	22	2.778.223	6.159.717
Resultado com equivalência patrimonial	9	672.514	811.537
Atualização monetária líquida de ativos e passivos		176.587	159.014
Reversão (constituição) de provisão para perdas em investimentos	9	9.462	-
Receita de dividendos e juros sobre capital próprio	7.2	3.187.909	741.706
Resultado com alienações de títulos de renda variável	9	1.129.124	151
Resultado de derivativos - renda variável	7.5.2	90.240	(71.730)
Resultado com fundos de investimento		48.588	(15.273)
Outras rendas (despesas) sobre participações societárias	9	8.824.107	-
Reversão (constituição) de provisões trabalhistas e cíveis	18	(273.731)	(21.884)
Despesas tributárias		(270.543)	(405.653)
Despesas com pessoal		(561.104)	(488.410)
Despesas administrativas		(76.288)	(71.674)
Outras receitas operacionais		18.416	6.027
Outras despesas operacionais		(113.865)	(203.565)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		15.639.639	6.599.963
Imposto de renda e contribuição social - corrente	17.1	(2.191.078)	(1.398.855)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	17.2	(2.196.088)	(979.307)
Lucro líquido do período		11.252.473	4.221.801

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

	31/03/2022	31/03/2021
Lucro líquido do período	11.252.473	4.221.801
Outros Resultados Abrangentes		
Itens que serão reclassificados subsequentemente ao resultado	(2.187.184)	(497.383)
Participação no resultado abrangente de coligadas		
Ajustes reflexos de outros resultados abrangentes e outras movimentações	(67.088)	13.009
Ajustes de conversão de investimentos no exterior	(2.120.096)	(510.392)
Itens que não serão reclassificados subsequentemente ao resultado	5.211.974	(2.320.653)
Ajuste a valor justo de instrumentos patrimoniais designados VJORA	7.051.009	(5.668.597)
Efeito fiscal	(2.457.876)	1.944.904
Remensurações em obrigações de benefícios a empregados	705.118	1.427.800
Efeito fiscal	(86.277)	(24.760)
Total de Outros Resultados Abrangentes	3.024.790	(2.818.036)
Resultado Abrangente do período	14.277.263	1.403.765

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Instrumento elegível a capital principal	Reservas de lucros				Outros resultados abrangentes e outras movimentações reflexas		Resultados acumulados não apropriados	Total
			Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para futuro aumento de capital	Reserva de equalização de dividendos	Ativos próprios	Ativos de coligadas		
Saldo em 1º de janeiro de 2021	53.983.180	35.538.976	5.734.234	201.355	7.858.968	13.428.158	33.595.951	3.178.494	(454.669)	153.064.647
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	(2.320.653)	(497.383)	-	(2.818.036)
Realização de instrumentos patrimoniais designados	-	-	-	-	-	-	(6.782.521)	-	6.782.521	-
Juros sobre instrumentos elegíveis ao capital principal	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.065)	(6.065)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	4.221.801	4.221.801
Saldo em 31 de março de 2021	53.983.180	35.538.976	5.734.234	201.355	7.858.968	13.428.158	24.492.777	2.681.111	10.543.588	154.462.347
Saldo em 1º de janeiro de 2022	61.842.148	22.038.976	7.437.688	201.355	12.946.254	24.160.463	27.813.463	2.536.917	(544.748)	158.432.516
Outros resultados abrangentes e outras movimentações reflexas	-	-	-	-	-	-	5.211.974	(2.187.184)	-	3.024.790
Realização de instrumentos patrimoniais designados	-	-	-	-	-	-	(533.808)	-	533.808	-
Juros sobre instrumentos elegíveis ao capital principal	-	-	-	-	-	-	-	-	(349.596)	(349.596)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	11.252.473	11.252.473
Saldo em 31 de março de 2022	61.842.148	22.038.976	7.437.688	201.355	12.946.254	24.160.463	32.491.629	349.733	10.891.937	172.360.183

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	31/03/2022	31/03/2021
Atividades operacionais		
Resultado antes da tributação sobre o lucro	15.639.639	6.599.963
Ajustes que não afetam o caixa das atividades operacionais	(6.001.707)	4.909.464
Constituição (reversão) de provisão para perdas de crédito	2.738.445	(1.189.753)
Constituição (reversão) de provisões trabalhistas e cíveis	273.731	21.884
Constituição (reversão) de provisão para perdas em investimentos	(9.462)	-
Resultado com equivalência patrimonial	(672.514)	(811.537)
Resultado de derivativos - renda variável	(90.240)	71.730
Depreciação	4.599	7.919
Juros e atualização monetária das obrigações por emissão de debêntures e letras financeiras	44.033	26.700
Resultado com a realização de instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	533.808	6.782.521
Outras receitas com participações acionárias - reclassificação de coligada para TVM	(8.824.107)	-
Variação de ativos e passivos	(16.398.791)	(31.863.745)
. (Aumento) / redução líquido em créditos por financiamento	5.929.010	1.304.585
. (Aumento) / redução líquido em títulos e valores mobiliários	(11.808.173)	9.828.421
. (Aumento) / redução líquido nas demais contas do ativo	(879.593)	523.637
. Aumento / (redução) líquido nas obrigações por empréstimos e repasses	(9.462.391)	(35.736.515)
. Aumento / (redução) líquido nas obrigações por operações compromissadas	6.551.160	(5.253.255)
. Aumento / (redução) líquido nas demais contas do passivo	(118.530)	5.148.800
. Juros pagos de empréstimos e repasses	(1.634.440)	(1.930.029)
. IR e CSLL pagos	(4.975.834)	(5.749.389)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(6.760.859)	(20.354.318)
Atividades de investimentos		
. Adição em investimentos em coligadas	(8.028)	-
. Recebimento pela venda de investimentos em coligadas	957.894	-
. Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio de coligadas	9.849	255.266
. Adições ao imobilizado	(3.225)	(2.925)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	956.490	252.341
Atividades de financiamentos		
. Aumento em obrigações por dívidas subordinadas	(101.815)	6.983.940
. Amortização das obrigações por emissão de debêntures	(115.317)	(156.109)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	(217.132)	6.827.831
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(6.021.501)	(13.274.146)
Modificação na posição financeira		
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	95.298.787	97.121.494
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do período (Nota explicativa nº 5)	89.277.286	83.847.348
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(6.021.501)	(13.274.146)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O BNDES é uma empresa pública federal controlada integralmente pela União e supervisionada pelo Ministério da Economia.

Devido à sua condição de empresa pública federal controlada pela União, integra a administração indireta do governo brasileiro, e, portanto, segue as principais normas aplicáveis à administração pública brasileira. No entanto, por ser dotada de personalidade jurídica de direito privado, sujeita-se às regras aplicáveis às empresas privadas no que se refere a obrigações cíveis, comerciais, tributárias e trabalhistas definidas pela Constituição Federal. Como instituição financeira, sujeita-se às regras definidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

O BNDES tem sede e foro em Brasília, Distrito Federal, e escritório central na Avenida República do Chile, n.º 100, Centro, Rio de Janeiro - RJ, com atuação em todo o território nacional.

Informações sobre as formas de atuação do BNDES podem ser verificadas na Nota Explicativa n.º 30 ou por meio do seu site na internet (www.bndes.gov.br).

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

2.1. Aprovação para emissão, moeda funcional e de apresentação

Estas Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas foram aprovadas para emissão por sua Diretoria em 04 de maio de 2022. O Conselho de Administração do BNDES, que possui o poder de alterá-las, manifestou-se posteriormente favoravelmente à sua emissão em 11 de maio de 2022.

A moeda funcional e de apresentação do BNDES e de suas controladas é o Real (R\$) e as informações são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil), exceto quando indicado de outra forma. Moeda funcional é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera.

2.2. Declaração de conformidade e de continuidade

Conformidade

As Demonstrações Financeiras consolidadas do BNDES foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* - IFRS) emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (*International Accounting Standards Board* - IASB) e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Interpretations Committee* - IFRIC) que estavam em vigor em 31 de março de 2022.

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.818/2020, a partir de 1º de janeiro de 2022, as demonstrações financeiras consolidadas divulgadas pelas instituições financeiras, inclusive aquelas elaboradas em períodos inferiores a 1 ano, deverão seguir o padrão internacional emitido pelo IASB.

A Administração entende que todas as informações prestadas nessas demonstrações financeiras consolidadas são relevantes e representam fidedignamente as informações utilizadas na gestão do BNDES.

Continuidade operacional

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional do BNDES, uma vez que a Administração está convencida de que este possui recursos e condições para prosseguir no negócio

num futuro previsível. Para isso, a Administração considerou uma vasta gama de informações relativas às condições presentes e futuras, incluindo projeções futuras de rentabilidade, fluxos de caixa e recursos de capital.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando num futuro previsível.

2.3. Itens significativos que afetaram as demonstrações financeiras no trimestre corrente

Variações patrimoniais

Os ativos totais apresentaram aumento no trimestre explicado, principalmente, pelo efeito da reclassificação do investimento em JBS de “Coligada” para “Não Coligada”, devido à perda de influência significativa, com a consequente mensuração a valor de mercado das ações. Além disso, houve valorização da carteira de participações societárias em não coligadas. Esses aumentos foram atenuados pela diminuição de disponibilidades.

A carteira de crédito e repasses, maior ativo do BNDES, apresentou leve redução no trimestre. O retorno em montante superior aos desembolsos, somado ao efeito negativo da variação cambial sobre as operações em moeda estrangeira, foi atenuado pela apropriação de encargos contratuais.

O passivo apresentou queda no trimestre, destacando-se as amortizações ordinárias ao Tesouro Nacional e o efeito da desvalorização do dólar sobre as captações externas. O passivo com o FAT se manteve no mesmo patamar.

Por fim, o patrimônio líquido apresentou crescimento no trimestre, em função do lucro líquido do período e da variação positiva de outros resultados abrangentes.

Variações de resultado

O lucro líquido do trimestre apresentou aumento em relação ao mesmo período do ano anterior, influenciado, principalmente, pelo maior resultado com outras receitas de participações societárias e maior receita com dividendos. Esses aumentos foram atenuados pelo menor resultado bruto da intermediação financeira.

Destaca-se que o ganho na alienação de ações avaliadas ao “valor justo por meio de outros resultados abrangentes”, não transita pelo resultado do período, sendo reconhecido diretamente em lucros acumulados (IFRS 9 – Instrumentos Financeiros).

Informações adicionais estão divulgadas no Relatório da Administração do BNDES.

2.4. Critérios de relevância da Administração

As Notas Explicativas incluem informações necessárias para o entendimento destas Demonstrações Financeiras, além de relevantes e materiais para as suas operações, sua posição financeira e seu desempenho.

As informações são consideradas materiais e relevantes se, por exemplo:

- O montante é significativo devido à sua dimensão ou natureza em relação ao conjunto das Demonstrações Financeiras;
- É importante para a compreensão dos resultados do BNDES; ou
- Contribui para explicar o impacto de alterações significativas nos negócios do BNDES.

2.5. Critérios para apresentação das Notas Explicativas

As Notas Explicativas destas Demonstrações Financeiras, seguindo as recomendações internacionais do *Framework* do Relato Integrado, bem como orientações do IASB e do Comitê de Orientação para Divulgação de Informações ao Mercado – CODIM, estão apresentadas de forma concisa, observando parâmetros de materialidade e a relevância dos assuntos tratados.

A descrição das principais práticas contábeis e estimativas gerais significativas pode ser encontrada na Nota Explicativa n.º 32.

2.6. Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem o BNDES, suas subsidiárias integrais e seus fundos de investimento financeiro de participação exclusiva:

- BNDES Participações S.A. - BNDESPAR;
- Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. - FINAME;
- Fundo BB Juno - Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior;
- Fundo BB Gaia - Fundo de Investimento de Renda Fixa; e
- Fundo BB Gaia II - Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento de Renda Fixa (as aplicações desse fundo são exclusivamente em cotas do Fundo BB Gaia).

Os critérios de consolidação estão listados na Nota Explicativa nº 31.

3. NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES

3.1. Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 31 de março de 2022

Alterações na IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes: contratos onerosos

Esclarece sobre quais custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. A alteração é aplicável para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022, e sua adoção é retrospectiva.

Alterações na IAS 16 – Ativo Imobilizado: receitas antes do uso pretendido

Altera o reconhecimento de receita de venda na demonstração do resultado no processo de construção de ativo imobilizado para o uso pretendido. A alteração é aplicável para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022, e sua adoção é retrospectiva.

IFRS 3 - Combinação de Negócios: atualização na referência à Estrutura Conceitual

Atualização na referência à Estrutura Conceitual, sem alterar significativamente seus requisitos. A alteração é aplicável para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022.

As implementações acima não tiveram impactos significativos nestas demonstrações financeiras.

3.2 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

IFRS 17 – Contratos de Seguro

A norma descreve o Modelo Geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como Abordagem de Taxa Variável. O Modelo Geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a Abordagem da Alocação de Prêmios. O Modelo Geral utilizará premissas atuais para estimativa do valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensurará explicitamente o custo dessa incerteza, levando em consideração as taxas de juros do mercado e o impacto das opções e garantias dos segurados. Esta norma tem o objetivo de demonstrar maior transparência e informações úteis nas demonstrações financeiras, sendo uma das principais mudanças o reconhecimento dos lucros a medida da entrega dos serviços de seguros, a fim de avaliar o desempenho das seguradoras ao longo do tempo.

Este pronunciamento é aplicável para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, e sua adoção é retrospectiva. Não são esperados impactos quando da adoção desta norma no Sistema BNDES.

Alterações na IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras: classificação do passivo em circulante ou não circulante

Orientações da norma sobre se um Passivo deve ser classificado como Circulante ou Não Circulante. A alteração é aplicável para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, e sua adoção é retrospectiva. Os impactos quando da adoção desta norma no BNDES ainda estão sendo avaliados pela administração.

Alterações na IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis: políticas contábeis

Requer que apenas as informações sobre políticas contábeis materiais sejam divulgadas, eliminando divulgações de informações que dupliquem ou sumariem os requerimentos das normas IFRS. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023 e não trazem impactos financeiros. Possíveis alterações de divulgações quando da adoção desta norma no BNDES ainda estão sendo avaliadas pela administração.

Alterações na IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros

Inclui a definição de estimativas contábeis. Esta alteração é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023 e os impactos quando da adoção desta norma no BNDES ainda estão sendo avaliados pela administração.

Alterações na IAS 12 – Impostos sobre a Renda

Esclarece que a isenção de reconhecimento inicial de ativos e passivos de impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias estabelecida na IAS 12 não se aplica às operações de arrendamentos e obrigações de desativação. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023 e não trazem impactos financeiros. Possíveis alterações de divulgações quando da adoção desta norma no BNDES ainda estão sendo avaliadas pela administração.

4. DIVULGAÇÕES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Apresentamos a seguir informações exigidas pelas normas IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Evidenciação e IFRS 13 – Mensuração do valor justo.

Informações adicionais podem ser encontradas nas notas explicativas de cada ativo e passivo financeiro, assim como na Nota Explicativa nº 25 sobre gestão de riscos.

4.1. Categoria de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros

	31/03/2022				
	Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes	Valor Justo por meio do resultado	Total Valor justo	Custo Amortizado	Total
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	-	27.817.804	27.817.804	61.459.482	89.277.286
Títulos públicos	23.705.753	73.894.258	97.600.011	45.001	97.645.012
Ações	74.029.889	-	74.029.889	-	74.029.889
Debêntures	4.556.386	550.924	5.107.310	2.314.202	7.421.512
Fundos mútuos de investimentos	1.866.444	1.572.925	3.439.369	-	3.439.369
Títulos de renda fixa no exterior	4.784.178	58.049	4.842.227	5.450.867	10.293.094
Derivativos	-	2.103.886	2.103.886	-	2.103.886
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	-	-	-	446.953.920	446.953.920
Outros ativos financeiros	-	-	-	10.306.135	10.306.135
Total Ativos financeiros	108.942.650	105.997.846	214.940.496	526.529.607	741.470.103
		Valor Justo por meio do resultado	Total Valor justo	Custo amortizado	Total
Passivos financeiros					
Obrigações por depósitos		-	-	6.645.547	6.645.547
Obrigações por operações compromissadas		-	-	46.376.277	46.376.277
Obrigações por emissão de debêntures e letras financeiras		-	-	2.087.155	2.087.155
Obrigações por empréstimos e repasses		-	-	150.716.266	150.716.266
Fundos financeiros e de desenvolvimento		-	-	8.919.053	8.919.053
Derivativos		912.807	912.807	-	912.807
Juros sobre instrumentos elegíveis ao capital principal		-	-	1.407.467	1.407.467
Dívida subordinada		-	-	340.612.118	340.612.118
Outros passivos financeiros		-	-	891.033	891.033
Total Passivos financeiros		912.807	912.807	557.654.916	558.567.723

	31/12/2021				
	Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes	Valor Justo por meio do resultado	Total Valor justo	Custo Amortizado	Total
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	-	23.984.846	23.984.846	71.313.941	95.298.787
Títulos públicos	21.806.752	65.781.998	87.588.750	57.864	87.646.614
Ações	51.511.863	-	51.511.863	-	51.511.863
Debêntures	4.560.293	501.338	5.061.631	2.384.175	7.445.806
Fundos mútuos de investimentos	1.802.524	1.670.627	3.473.151	-	3.473.151
Títulos de renda fixa no exterior	5.837.351	71.189	5.908.540	3.840.473	9.749.013
Derivativos	-	834.965	834.965	-	834.965
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	-	-	-	455.474.717	455.474.717
Outros ativos financeiros	-	-	-	9.081.874	9.081.874
Total Ativos financeiros	85.518.783	92.844.963	178.363.746	542.153.044	720.516.790
		Valor Justo por meio do resultado	Total Valor justo	Custo amortizado	Total
Passivos financeiros					
Obrigações por depósitos		-	-	6.712.953	6.712.953
Obrigações por operações compromissadas		-	-	39.825.117	39.825.117
Obrigações por emissão de debêntures e letras financeiras		-	-	2.158.438	2.158.438
Obrigações por empréstimos e repasses		-	-	162.214.258	162.214.258
Fundos financeiros e de desenvolvimento		-	-	8.867.488	8.867.488
Derivativos		49.481	49.481	-	49.481
Juros sobre instrumentos elegíveis ao capital principal		-	-	1.057.871	1.057.871
Dívida subordinada		-	-	340.713.933	340.713.933
Outros passivos financeiros		-	-	1.413.501	1.413.501
Total Passivos financeiros		49.481	49.481	562.963.559	563.013.040

Receitas e despesas dos instrumentos financeiros⁽¹⁾

	31/03/2022					
	Ativos financeiros			Passivos financeiros		Total
	Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes	Valor Justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor Justo por meio do resultado	Custo amortizado	
Receitas de intermediação financeira	(78.798)	1.245.422	7.477.101	-	-	8.643.725
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	-	-	4.808.367	-	-	4.808.367
Resultado com títulos e valores mobiliários	(78.798)	1.245.422	2.409.461	-	-	3.576.085
Aplicações interfinanceiras e Operações compromissadas	-	1.585	2.262.570	-	-	2.264.155
Títulos públicos	535.750	1.430.985	-	-	-	1.966.735
Debêntures	244.208	11.997	67.027	-	-	323.232
Fundos mútuos de investimentos	-	(199.907)	-	-	-	(199.907)
Títulos de renda fixa no exterior	(858.756)	762	79.864	-	-	(778.130)
Rendas com administração de fundos e programas	-	-	259.273	-	-	259.273
Despesas de intermediação financeira	(53.603)	(3.767.072)	(2.935.630)	316.041	574.762	(5.865.502)
Captação no mercado - financiamentos e repasses	-	-	-	-	574.762	574.762
Resultado de derivativos - renda fixa	-	(3.767.072)	-	316.041	-	(3.451.031)
Reversão (constituição) de provisão para perdas de crédito	(53.603)	-	(2.684.842)	-	-	(2.738.445)
Resultado da carteira de câmbio	-	-	(250.788)	-	-	(250.788)
Resultado bruto da intermediação financeira	(132.401)	(2.521.650)	4.541.471	316.041	574.762	2.778.223
Outras receitas (despesas) operacionais						
Atualização monetária líquida de ativos e passivos	-	-	176.587	-	-	176.587
Receita de dividendos e juros sobre capital próprio	3.187.909	-	-	-	-	3.187.909
Resultado de derivativos - renda variável	-	90.240	-	-	-	90.240
Resultado com fundos de investimento	38.293	10.295	-	-	-	48.588
Outras rendas (despesas) sobre participações societárias	8.824.107	-	-	-	-	8.824.107

	31/03/2021					
	Ativos financeiros			Passivos financeiros		Total
	Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes	Valor Justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor Justo por meio do resultado	Custo amortizado	
Receitas de intermediação financeira	1.012.110	411.337	13.770.463	-	-	15.193.910
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	-	-	12.993.240	-	-	12.993.240
Resultado com títulos e valores mobiliários	1.012.110	411.337	571.045	-	-	1.994.492
Aplicações interfinanceiras e Operações compromissadas	-	-	426.507	-	-	426.507
Títulos públicos	621.907	(165.610)	-	-	-	456.297
Debêntures	149.262	580.675	144.538	-	-	874.475
Fundos mútuos de investimentos	-	(4.633)	-	-	-	(4.633)
Títulos de renda fixa no exterior	240.941	905	-	-	-	241.846
Rendas com administração de fundos e programas	-	-	206.178	-	-	206.178
Despesas de intermediação financeira	18.109	3.865.171	1.217.622	(57.727)	(14.077.368)	(9.034.193)
Captação no mercado - financiamentos e repasses	-	-	-	-	(14.077.368)	(14.077.368)
Resultado de derivativos - renda fixa	-	3.865.171	-	(57.727)	-	3.807.444
Constituição (reversão) de provisão para perdas de crédito	18.109	-	1.171.644	-	-	1.189.753
Resultado da carteira de câmbio	-	-	45.978	-	-	45.978
Resultado bruto da intermediação financeira	1.030.219	4.276.508	14.988.085	(57.727)	(14.077.368)	6.159.717
Outras receitas (despesas) operacionais						
Atualização monetária líquida de ativos e passivos	-	-	182.632	-	(23.721)	158.911
Receita de dividendos e juros sobre capital próprio	741.706	-	-	-	-	741.706
Resultado com alienações de títulos de renda variável	-	151	-	-	-	151
Resultado de derivativos - renda variável	-	26.963	-	(98.693)	-	(71.730)
Resultado com fundos de investimento	1.539	(16.812)	-	-	-	(15.273)

⁽¹⁾ Não há totalização do resultado já que o objetivo dessa informação é o de apresentar a decomposição do resultado do período impactado pelas categorias de instrumentos financeiros.

4.2. Valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

	31/03/2022		31/12/2021	
	Valor contábil	Valor justo estimado	Valor contábil	Valor justo estimado
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	61.459.482	61.459.482	71.313.941	71.313.941
Títulos públicos	45.001	45.001	57.864	57.864
Debêntures	2.314.202	2.220.637	2.384.175	2.294.014
Títulos de renda fixa no exterior	5.450.867	5.288.664	3.840.473	3.697.004
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	446.953.920	375.833.966	455.474.717	381.442.334
Outros ativos financeiros	10.306.135	10.247.468	9.081.874	9.022.324
Total	526.529.607	455.095.218	542.153.044	467.827.481
Passivos financeiros				
Obrigações por depósitos	6.645.547	6.645.547	6.712.953	6.712.953
Obrigações por operações compromissadas	46.376.277	46.376.277	39.825.117	39.825.117
Obrigações por emissão de debêntures e letras financeiras	2.087.155	2.087.155	2.158.438	2.158.438
Obrigações por empréstimos e repasses	150.716.266	150.716.266	162.214.258	162.214.258
Fundos financeiros e de desenvolvimento	8.919.053	8.919.053	8.867.488	8.867.488
Juros sobre instrumentos elegíveis ao capital principal	1.407.467	1.407.467	1.057.871	1.057.871
Dívida subordinada	340.612.118	340.612.118	340.713.933	340.713.933
Outros passivos financeiros	891.033	891.033	1.413.501	1.413.501
Total	557.654.916	557.654.916	562.963.559	562.963.559

Os saldos contábeis dos passivos financeiros mensurados ao custo amortizado se aproximam dos seus valores justos correspondentes, conforme justificativa descrita na Nota Explicativa nº 32.1.6.

4.3. Instrumentos financeiros por níveis de hierarquia de valor justo

Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros, o Sistema BNDES leva em consideração o nível de hierarquia destes ativos. Para detalhes sobre política de classificação por nível vide Nota Explicativa nº 32.1.6.

	31/03/2022			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros				
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	-	27.817.804	-	27.817.804
Títulos públicos	73.894.258	-	-	73.894.258
Debêntures	-	550.924	-	550.924
Títulos de renda fixa no exterior	58.049	-	-	58.049
Fundos mútuos de investimentos	207.127	-	1.365.798	1.572.925
Derivativos	-	1.956.878	147.008	2.103.886
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Títulos públicos	23.705.753	-	-	23.705.753
Ações	68.994.844	238.189	4.796.856	74.029.889
Debêntures	2.542.143	279.891	1.734.352	4.556.386
Fundos mútuos de investimentos ⁽¹⁾	-	-	1.866.444	1.866.444
Títulos de renda fixa no exterior	4.784.178	-	-	4.784.178
Total Ativos financeiros	174.186.352	30.843.686	9.910.458	214.940.496
Passivos financeiros				
Derivativos	-	912.807	-	912.807
Total Passivos financeiros	-	912.807	-	912.807

	31/12/2021			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros				
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	-	23.984.846	-	23.984.846
Títulos públicos	65.781.998	-	-	65.781.998
Debêntures	-	501.338	-	501.338
Títulos de renda fixa no exterior	71.189	-	-	71.189
Fundos mútuos de investimentos	204.538	-	1.466.089	1.670.627
Derivativos	-	154.404	680.561	834.965
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Títulos públicos	21.806.752	-	-	21.806.752
Ações	46.725.903	79.028	4.706.932	51.511.863
Debêntures	1.692.463	796.298	2.071.532	4.560.293
Fundos mútuos de investimentos ⁽¹⁾	-	-	1.802.524	1.802.524
Títulos de renda fixa no exterior	5.837.351	-	-	5.837.351
Total Ativos financeiros	142.120.194	25.515.914	10.727.638	178.363.746
Passivos financeiros				
Derivativos	-	49.481	-	49.481
Total Passivos financeiros	-	49.481	-	49.481

⁽¹⁾ O total das cotas de fundos de investimento apresentadas no Nível 3 de hierarquia de valor justo inclui R\$ 5.908 em 31 de março de 2022 (R\$ 6.064 em 31 de dezembro de 2021) de ativos mensuradas ao custo de aquisição acrescidos das mutações patrimoniais.

Conciliação de Nível 3

As tabelas a seguir apresentam as movimentações dos instrumentos financeiros do nível 3 da hierarquia de valor justo:

	31/03/2022						
	Valor justo por meio do resultado			Valor justo por meio de outros resultados abrangentes			Total
	Debêntures	Fundos de investimentos	Derivativos	Debêntures	Ações	Fundos de investimentos	
Saldo no início do exercício	-	1.466.089	680.561	2.071.532	4.706.932	1.802.524	10.727.638
Transferências do Nível 3	-	-	(533.726)	(396.038)	-	-	(929.764)
Transferências para Nível 3	-	-	-	15.732	-	-	15.732
Ganhos (perdas) incluídos no/em:							
Resultado do período	-	9.291	-	-	-	-	9.291
Outros resultados abrangentes	-	-	-	43.126	89.924	33.431	166.481
Aquisições	-	-	173	-	-	139.002	139.175
Alienações/resgates/amortizações	-	(109.582)	-	-	-	(108.513)	(218.095)
Saldo no final do período	-	1.365.798	147.008	1.734.352	4.796.856	1.866.444	9.910.458

	31/03/2021						
	Valor justo por meio do resultado			Valor justo por meio de outros resultados abrangentes			Total
	Debêntures	Fundos de investimentos	Derivativos	Debêntures	Ações	Fundos de investimentos	
Saldo no início do exercício	1.039.064	560.491	383.187	1.389.120	4.856.104	1.496.391	9.724.357
Transferências do Nível 3	-	-	-	-	(72.557)	-	(72.557)
Transferências para Nível 3	-	-	-	176.364	-	-	176.364
Ganhos (perdas) incluídos no/em:							
Resultado do período	(91.195)	(8.499)	(71.730)	-	-	-	(171.424)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(9.602)	(232.639)	297.989	55.748
Aquisições	-	112.611	-	-	-	39.484	152.095
Alienações/resgates/amortizações	(436.230)	-	-	-	-	(87.899)	(524.129)
Saldo no final do período	511.639	664.603	311.457	1.555.882	4.550.908	1.745.965	9.340.454

4.4. Exposição bruta cambial dos instrumentos financeiros

As tabelas a seguir apresentam as exposições cambiais de ativos e passivos financeiros.

	31/03/2022				
	R\$	US\$	EUR	CESTA ⁽¹⁾	Total
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	88.055.889	1.221.397	-	-	89.277.286
Títulos e valores mobiliários	188.044.690	4.784.186	-	-	192.828.876
Derivativos	1.686.532	416.928	426	-	2.103.886
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	397.680.300	48.259.320	4.999	1.009.301	446.953.920
Outros ativos financeiros	10.142.854	163.281	-	-	10.306.135
Total Ativos financeiros	685.610.265	54.845.112	5.425	1.009.301	741.470.103
Passivos financeiros					
Obrigações por depósitos	6.645.547	-	-	-	6.645.547
Obrigações por operações compromissadas	46.376.277	-	-	-	46.376.277
Obrigações por emissão de debêntures e letras financeiras	2.087.155	-	-	-	2.087.155
Derivativos	912.807	-	-	-	912.807
Juros sobre instrumentos elegíveis ao capital principal	1.407.467	-	-	-	1.407.467
Obrigações por empréstimos e repasses	101.139.153	49.577.113	-	-	150.716.266
Fundos financeiros e de desenvolvimento	8.919.053	-	-	-	8.919.053
Dívida subordinada	316.132.510	24.478.949	659	-	340.612.118
Outros passivos financeiros	891.033	-	-	-	891.033
Total Passivos financeiros	484.511.002	74.056.062	659	-	558.567.723
Exposição líquida	201.099.263	(19.210.950)	4.766	1.009.301	182.902.380

	31/12/2021				
	R\$	US\$	EUR	CESTA ⁽¹⁾	Total
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	94.483.467	815.320	-	-	95.298.787
Títulos e valores mobiliários	153.989.087	5.837.360	-	-	159.826.447
Derivativos	683.183	151.704	78	-	834.965
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	395.840.154	58.345.876	18.304	1.270.383	455.474.717
Outros ativos financeiros	8.884.691	197.183	-	-	9.081.874
Total Ativos financeiros	653.880.582	65.347.443	18.382	1.270.383	720.516.790
Passivos financeiros					
Obrigações por depósitos	6.712.953	-	-	-	6.712.953
Obrigações por operações compromissadas	39.825.117	-	-	-	39.825.117
Obrigações por emissão de debêntures e letras financeiras	2.158.438	-	-	-	2.158.438
Derivativos	-	49.481	-	-	49.481
Juros sobre instrumentos elegíveis ao capital principal	1.057.871	-	-	-	1.057.871
Obrigações por empréstimos e repasses	102.496.055	59.718.203	-	-	162.214.258
Fundos financeiros e de desenvolvimento	8.867.488	-	-	-	8.867.488
Dívida subordinada	311.067.208	29.645.342	1.383	-	340.713.933
Outros passivos financeiros	1.413.501	-	-	-	1.413.501
Total Passivos financeiros	473.598.631	89.413.026	1.383	-	563.013.040
Exposição líquida	180.281.951	(24.065.583)	16.999	1.270.383	157.503.750

⁽¹⁾ Cesta de moedas – UMBNDES.

4.5. Risco de liquidez

Ativos financeiros por vencimento

As tabelas a seguir demonstram os saldos dos ativos financeiros por período de vencimento.

31/03/2022									
	Sem vencimento	Vencidos	A vencer						Total
			Em 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Acima de 10 anos	
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	89.277.286	-	-	-	-	-	89.277.286
Títulos e valores mobiliários									
Títulos públicos	-	-	83.993.729	3.479.018	3.877.330	2.553.228	-	3.741.707	97.645.012
Ações	74.029.889	-	-	-	-	-	-	-	74.029.889
Debêntures	-	-	1.003.051	23.048	690.100	853.957	2.975.513	1.875.843	7.421.512
Fundos mútuos de investimentos	2.053.588	-	1.385.781	-	-	-	-	-	3.439.369
Títulos de renda fixa no exterior	-	-	3.631.905	1.877.011	100.509	529	898.827	3.784.313	10.293.094
Derivativos	-	-	1.537.327	173	-	2.621	-	563.765	2.103.886
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	-	4.111.025	64.290.967	52.847.650	47.038.253	71.179.532	113.708.514	93.777.979	446.953.920
Outros ativos financeiros	1.779.548	-	8.073.484	453.103	-	-	-	-	10.306.135
Total	77.863.025	4.111.025	253.193.530	58.680.003	51.706.192	74.589.867	117.582.854	103.743.607	741.470.103

31/12/2021									
	Sem vencimento	Vencidos	A vencer						Total
			Em 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Acima de 10 anos	
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	95.298.787	-	-	-	-	-	95.298.787
Títulos e valores mobiliários									
Títulos públicos	-	-	70.940.967	5.156.264	2.408.238	4.112.512	-	5.028.633	87.646.614
Ações	51.511.863	-	-	-	-	-	-	-	51.511.863
Debêntures	-	-	1.071.376	10.648	517.863	1.059.534	2.913.820	1.872.565	7.445.806
Fundos mútuos de investimentos	1.988.083	-	1.485.068	-	-	-	-	-	3.473.151
Títulos de renda fixa no exterior	-	-	71.189	3.274.469	688.188	634	1.110.914	4.603.619	9.749.013
Derivativos	-	-	533.804	-	-	2.621	-	298.540	834.965
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	-	5.024.253	64.980.296	54.362.975	48.217.851	72.775.723	115.489.973	94.623.646	455.474.717
Outros ativos financeiros	2.796.863	-	5.336.755	948.256	-	-	-	-	9.081.874
Total	56.296.809	5.024.253	239.718.242	63.752.612	51.832.140	77.951.024	119.514.707	106.427.003	720.516.790

Passivos financeiros por vencimento

As tabelas a seguir demonstram os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros, por período de vencimento.

31/03/2022							
	Sem vencimento determinado	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Após 10 anos
Obrigações por depósitos	-	1.455.283	1.318.138	1.170.985	1.922.871	3.014.531	2.820.785
Obrigações por emissão de debêntures e letras financeiras							
Debêntures							
Emissões privadas	-	365.418	215.587	183.241	276.406	103.536	-
Letras financeiras	-	1.152.129	-	-	-	-	-
Derivativos	-	36.334	17.079	16.751	32.165	66.334	72.891
Juros sobre instrumento elegível a capital principal	-	1.407.467	-	-	-	-	-
Obrigações por empréstimos e repasses							
Empréstimos							
País	-	519.059	500.492	481.556	813.461	328.209	296.903
Exterior	-	495.706	5.644.030	2.487.244	-	-	-
Repasses							
País	-	15.177.242	12.319.111	10.262.829	19.881.938	46.229.005	76.873.566
Exterior	-	2.621.595	2.498.534	2.408.581	4.283.499	6.014.060	3.640.652
Dívida subordinada	336.299.091	23.166.246	25.772.684	28.797.186	63.757.354	194.158.880	439.831.311
Outros passivos financeiros	-	98.756	98.756	98.756	197.512	493.781	75.966
Total	336.299.091	46.495.235	48.384.411	45.907.128	91.165.207	250.408.335	523.612.075

	31/12/2021						
	Sem vencimento determinado	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Após 10 anos
Obrigações por depósitos	-	1.476.226	1.318.322	1.154.440	1.867.154	2.919.050	3.270.268
Obrigações por emissão de debêntures e letras financeiras							
Debêntures							
Emissões privadas	-	420.555	225.631	190.626	297.802	122.593	-
Letras financeiras	-	1.134.776	-	-	-	-	-
Derivativos	-	72.239	72.666	70.543	133.408	272.109	283.311
Juros sobre instrumento elegível a capital principal	-	1.057.871	-	-	-	-	-
Obrigações por empréstimos e repasses							
Empréstimos							
País	-	536.176	517.119	497.879	937.240	385.812	363.087
Exterior	-	551.750	6.482.223	2.768.222	-	-	-
Repasses							
País	-	14.547.466	12.935.133	9.869.855	19.090.785	43.880.199	71.649.258
Exterior	-	3.061.966	2.928.198	2.770.756	5.196.048	7.229.552	4.181.793
Dívida subordinada	333.151.713	20.259.100	22.760.784	24.737.663	54.609.564	158.133.788	339.145.784
Outros passivos financeiros	-	98.756	98.756	98.756	197.512	493.781	98.756
Total	333.151.713	43.216.881	47.338.832	42.158.740	82.329.513	213.436.884	418.992.257

4.6. Concentração de riscos de ativos financeiros com exposição ao risco de crédito

As tabelas a seguir demonstram os saldos dos ativos financeiros com exposição ao risco de crédito por setor de atividade econômica.

	31/03/2022						
	Setor público	Setor privado					Total
		Rural	Indústria	Comércio	Intermediação financeira	Outros serviços ⁽¹⁾	
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	89.277.286	-	89.277.286
Títulos e valores mobiliários	99.121.349	-	2.559.339	133	10.235.044	3.443.753	115.359.618
Derivativos	-	-	-	-	1.330.463	773.423	2.103.886
Operações de crédito e repasses	112.653.015	1.354.474	146.270.284	3.653.865	100.794.724	82.227.558	446.953.920
Outros ativos financeiros	5.044.833	-	-	-	-	5.261.302	10.306.135
Total	216.819.197	1.354.474	148.829.623	3.653.998	201.637.517	91.706.036	664.000.845

⁽¹⁾ Inclui empresas de mineração, geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, saneamento básico e concessionárias de rodovias.

	31/12/2021						
	Setor público	Setor privado					Total
		Rural	Indústria	Comércio	Intermediação financeira	Outros serviços ⁽¹⁾	
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	95.298.787	-	95.298.787
Títulos e valores mobiliários	89.319.255	-	2.513.190	134	9.677.824	3.331.030	104.841.433
Derivativos	-	-	2.622	-	151.782	680.561	834.965
Operações de crédito e repasses	115.735.342	1.256.790	142.879.766	3.619.111	99.665.441	92.318.267	455.474.717
Outros ativos financeiros	7.078.922	-	-	-	-	2.002.952	9.081.874
Total	212.133.519	1.256.790	145.395.578	3.619.245	204.793.834	98.332.810	665.531.776

⁽¹⁾ Inclui empresas de mineração, geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, saneamento básico e concessionárias de rodovias.

A divulgação dos saldos de operações de crédito e repasses interfinanceiros por grupo de clientes significativos está apresentada na Nota explicativa nº 6.1.3.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/03/2022	31/12/2021
Disponibilidades	361.334	434.479
Aplicações interfinanceiras de liquidez	88.915.952	94.864.308
Aplicações em operações compromissadas	88.113.924	94.554.390
Aplicações em moedas estrangeiras	802.028	309.918
Total	89.277.286	95.298.787

As operações compromissadas (compra de títulos com compromisso de revenda no mercado de balcão) são operações de curto prazo lastreadas em títulos públicos federais.

6. OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE CRÉDITO

	31/03/2022	31/12/2021
Operações de crédito	296.127.566	302.517.069
Repasse interfinanceiros	163.040.785	162.498.233
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	640.026	645.181
Direitos recebíveis	1.045.838	1.019.084
Provisão para perdas de crédito	(13.900.295)	(11.204.850)
Subtotal operações de crédito e repasses interfinanceiros	446.953.920	455.474.717
Debêntures	2.328.406	2.392.006
Provisão para perdas de crédito	(14.204)	(7.831)
Subtotal títulos e valores mobiliários	2.314.202	2.384.175
Total de operações da carteira de crédito	449.268.122	457.858.892
Circulante	68.774.156	70.425.000
Não circulante	380.493.966	387.433.892

As práticas contábeis de reconhecimento e mensuração dos ativos da carteira de crédito, bem como da provisão para perdas de crédito, seguem os critérios estabelecidos especificamente nos normativos IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações e IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, cujo detalhamento pode ser encontrado na Nota Explicativa nº 32.1.

As informações sobre a política e a gestão de riscos da carteira de crédito do BNDES são encontradas na Nota Explicativa nº 25.

6.1. Operações de crédito e Repasses interfinanceiros

6.1.1. Operações de crédito - Operações diretas

As operações de crédito, cujo risco de crédito é assumido pelas empresas do Sistema BNDES, são realizadas de forma direta por meio de um roteiro de pedido de financiamento em que são descritas as características básicas da empresa e do empreendimento para a análise do BNDES.

Composição do saldo

	31/03/2022	31/12/2021
Saldo Bruto	296.127.566	302.517.069
Provisão para perdas de crédito	(11.781.765)	(10.030.997)
Total	284.345.801	292.486.072
Circulante	30.668.382	32.916.128
Não circulante	253.677.419	259.569.944

A movimentação da provisão para perdas de crédito está apresentada na Nota Explicativa nº 6.4.

6.1.2. Repasses interfinanceiros - Operações indiretas

Pelo fato do BNDES não dispor de agências bancárias, há parcerias com a rede de instituições financeiras credenciadas para fazer com que recursos do BNDES cheguem a todos os municípios do Brasil. As operações realizadas por meio dessas instituições são chamadas de Operações Indiretas.

Nessas operações, a análise do financiamento é feita pela instituição financeira credenciada, que assume o risco de crédito. Por isso, a instituição pode aceitar ou não o pedido de crédito. É ela também quem negocia com o cliente as condições do financiamento, como prazo de pagamento e garantias exigidas, respeitando regras e limites definidos pelo BNDES.

Composição do saldo

	31/03/2022	31/12/2021
Saldo bruto	163.040.785	162.498.233
Provisão para perdas de crédito	(1.102.565)	(186.732)
Total	161.938.220	162.311.501
Circulante	37.722.661	37.075.654
Não circulante	124.215.559	125.235.847

A movimentação da provisão para perdas de crédito está apresentada na Nota Explicativa nº 6.4.

6.1.3. Concentração da carteira bruta de operações de crédito e repasses interfinanceiros

	31/03/2022				31/12/2021			
	Operações de crédito	%	Repasses Interfinanceiros	%	Operações de crédito	%	Repasses Interfinanceiros	%
Maior cliente	16.199.779	5,5%	22.732.932	13,9%	15.985.193	5,3%	22.709.367	14,0%
10 seguintes maiores clientes	58.937.098	19,9%	104.046.477	63,8%	61.833.281	20,4%	104.486.884	64,4%
20 seguintes maiores clientes	48.068.936	16,2%	32.231.636	19,8%	50.414.703	16,7%	31.307.221	19,3%
50 seguintes maiores clientes	65.954.744	22,3%	4.029.740	2,5%	66.940.796	22,1%	3.994.761	2,5%
100 seguintes maiores clientes	50.647.202	17,1%	-	-	51.138.285	16,9%	-	-
Demais clientes	56.319.807	19,0%	-	-	56.204.811	18,6%	-	-
Total	296.127.566	100,0%	163.040.785	100,0%	302.517.069	100,0%	162.498.233	100,0%

As operações de repasse são realizadas com agentes financeiros, cujo risco é pulverizado e reduzido em função da possibilidade de sub-rogação dos créditos.

Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o BNDES não possuía excesso de exposição com nenhum grupo econômico segundo os critérios das Resoluções CMN n.º 4.677/2018 e 4.678/2018.

6.2. Direitos recebíveis e venda a prazo de títulos e valores mobiliários

Composição do saldo

	31/03/2022	31/12/2021
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	640.026	645.181
Provisão para perdas de crédito	(103.297)	(99.788)
	536.729	545.393
Direitos recebíveis	1.045.838	1.019.084
Provisão para perdas de crédito	(912.668)	(887.333)
	133.170	131.751
Total	669.899	677.144
Circulante	10.949	12.767
Não circulante	658.950	664.377

A movimentação da provisão para perdas de crédito está apresentada na Nota Explicativa nº 6.4.

6.3. Debêntures

Essas debêntures são uma modalidade de apoio financeiro e não de aplicação financeira, sendo contratadas diretamente com os emissores e realizadas no vencimento conforme prevê o seu modelo de negócios.

Composição do saldo

	31/03/2022	31/12/2021
Setor Privado	1.037.240	1.024.286
Setor Público	1.291.166	1.367.720
Provisão para perdas de crédito	(14.204)	(7.831)
Total	2.314.202	2.384.175
Circulante	372.164	420.451
Não circulante	1.942.038	1.963.724

A movimentação da provisão para perdas de crédito está apresentada na Nota Explicativa nº 6.4.

6.4. Provisão para perdas de crédito

Apresentamos a seguir a reconciliação das perdas de crédito esperadas segregadas em estágios, tanto para as operações da carteira de crédito como para os demais ativos financeiros e compromissos de crédito a liberar, sujeitos aos requisitos de redução ao valor recuperável de acordo com a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

	31/03/2022			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Operações de Crédito				
Saldo no início do exercício	1.034.273	675.820	8.320.904	10.030.997
Constituição/ (reversão) líquida	520.953	793.292	525.957	1.840.202
Transferência entre estágios	33.912	(82.536)	(15.750)	(64.374)
Baixas por desconhecimento	-	-	(25.060)	(25.060)
Saldo no final do período	1.589.138	1.386.576	8.806.051	11.781.765
Repasse Interfinanceiros				
Saldo no início do exercício	137.444	48.510	778	186.732
Constituição/ (reversão) líquida	(32.047)	38.505	-	6.458
Transferência entre estágios	29.885	879.490	-	909.375
Saldo no final do período	135.282	966.505	778	1.102.565
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários				
Saldo no início do exercício	355	-	99.433	99.788
Constituição/ (reversão) líquida	385	-	3.124	3.509
Saldo no final do período	740	-	102.557	103.297
Direitos recebíveis				
Saldo no início do exercício	155	1.563	885.615	887.333
Constituição/ (reversão) líquida	346	(1.383)	26.224	25.187
Transferência entre estágios	195	(43)	-	152
Baixas por desconhecimento	-	-	(4)	(4)
Saldo no final do período	696	137	911.835	912.668
Debêntures - Custo Amortizado				
Saldo no início do exercício	6.701	1.130	-	7.831
Constituição/ (reversão) líquida	5.182	1.202	-	6.384
Transferência entre estágios	3	(14)	-	(11)
Saldo no final do período	11.886	2.318	-	14.204
Debêntures - VJORA				
Saldo no início do exercício	27.859	5.888	-	33.747
Constituição/ (reversão) líquida	33.838	-	-	33.838
Transferência entre estágios	25.499	(5.888)	-	19.611
Saldo no final do período	87.196	-	-	87.196
Título de renda fixa no exterior - Custo Amortizado				
Saldo no início do exercício	416	-	-	416
Constituição/ (reversão) líquida	971	-	-	971
Saldo no final do período	1.387	-	-	1.387
Título de renda fixa no exterior - VJORA				
Saldo no início do exercício	314	-	-	314
Constituição/ (reversão) líquida	154	-	-	154
Saldo no final do período	468	-	-	468
Compromissos de crédito				
Saldo no início do exercício				89.288
Constituição/ (reversão) líquida				88.818
Saldo no final do período				178.106

Para a data-base de 31 de dezembro de 2021, o BNDES efetuou a revisão da estimativa referente ao critério de declaração de ativo com problema de recuperação de crédito, conforme Nota Explicativa nº 32.17.

	31/03/2021			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Operações de Crédito				
Saldo no início do exercício	2.019.545	456.758	16.189.874	18.666.177
Constituição/ (reversão) líquida	(816.520)	(67.140)	288.742	(594.918)
Transferência entre estágios	(174.837)	(65.193)	(59.764)	(299.794)
Baixas por desconhecimento	-	-	(22.546)	(22.546)
Saldo no final do período	1.028.188	324.425	16.396.306	17.748.919
Repasse Interfinanceiros				
Saldo no início do exercício	438.166	-	664.901	1.103.067
Constituição/ (reversão) líquida	(122.650)	-	551	(122.099)
Transferência entre estágios	(81.343)	42.997	(1.989)	(40.335)
Saldo no final do período	234.173	42.997	663.463	940.633
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários				
Saldo no início do exercício	555	-	193.837	194.392
Constituição/ (reversão) líquida	(163)	-	2.068	1.905
Saldo no final do período	392	-	195.905	196.297
Direitos recebíveis				
Saldo no início do exercício	12	-	834.179	834.191
Constituição/ (reversão) líquida	(4)	-	4.242	4.238
Saldo no final do período	8	-	838.421	838.429
Debêntures - Custo Amortizado				
Saldo no início do exercício	16.485	1.493	-	17.978
Constituição/ (reversão) líquida	(5.403)	(703)	-	(6.106)
Transferência entre estágios	(25)	41	-	16
Saldo no final do período	11.057	831	-	11.888
Debêntures - VJORA				
Saldo no início do exercício	40.597	-	303.090	343.687
Constituição/ (reversão) líquida	(14.251)	-	(3.727)	(17.978)
Saldo no final do período	26.346	-	299.363	325.709
Título de renda fixa no exterior - VJORA				
Saldo no início do exercício	373	-	-	373
Constituição/ (reversão) líquida	(131)	-	-	(131)
Saldo no final do período	242	-	-	242
Compromissos de crédito				
Saldo no início do exercício				7.978
Constituição/ (reversão) líquida				(4.335)
Saldo no final do período				3.643

Composição do resultado de provisão para perdas de crédito

	31/03/2022	31/03/2021
Reversão (constituição) líquida:	(2.871.438)	1.079.537
Operações de crédito	(1.776.992)	894.712
Repasse interfinanceiros	(915.833)	162.434
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	(3.509)	(1.905)
Direitos recebíveis	(25.339)	(4.238)
Debêntures	(59.822)	24.068
Títulos de renda fixa no exterior	(1.125)	131
Compromissos de crédito	(88.818)	4.335
Recuperação de valores anteriormente baixados	132.993	110.216
Receita (despesa) líquida no período	(2.738.445)	1.189.753

6.5. Créditos renegociados e recuperados

	31/03/2022	31/03/2021
Créditos transferidos para prejuízo	25.064	22.546
Créditos recuperados	132.993	110.216
Créditos renegociados	163.939	7.496.241

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários representam o segundo maior grupo de ativos no BNDES.

	31/03/2022				31/12/2021			
	Avaliadas ao valor justo		Avaliadas ao custo amortizado	Total	Avaliadas ao valor justo		Avaliadas ao custo amortizado	Total
	Resultado (VJR)	Pat. Líquido (VJORA)	Custo amortizado (CA)		Resultado (VJR)	Pat. Líquido (VJORA)	Custo amortizado (CA)	
Títulos públicos	73.894.258	23.705.753	45.001	97.645.012	65.781.998	21.806.752	57.864	87.646.614
Ações não coligadas	-	74.029.889	-	74.029.889	-	51.511.863	-	51.511.863
Debêntures ⁽¹⁾	550.924	4.556.386	2.314.202	7.421.512	501.338	4.560.293	2.384.175	7.445.806
Fundos mútuos de investimento	1.572.925	1.866.444	-	3.439.369	1.670.627	1.802.524	-	3.473.151
Títulos de renda fixa no exterior ⁽¹⁾	58.049	4.784.178	5.450.867	10.293.094	71.189	5.837.351	3.840.473	9.749.013
Total	76.076.156	108.942.650	7.810.070	192.828.876	68.025.152	85.518.783	6.282.512	159.826.447

⁽¹⁾ Os saldos de debêntures e títulos de renda fixa no exterior mensurados ao custo amortizado estão apresentados líquidos da provisão para perdas de crédito, cuja movimentação está apresentada na Nota explicativa nº 6.4.

7.1. Títulos Públicos

	31/03/2022				31/12/2021			
	VJR	VJORA	CA	Total	VJR	VJORA	CA	Total
Carteira própria	48.748.159	12.882.308	45.001	61.675.468	43.649.303	11.232.101	57.864	54.939.268
Vinculados a compromissos de recompra	22.789.562	6.722.323	-	29.511.885	19.836.313	6.316.471	-	26.152.784
Vinculados à prestação de garantias	2.356.537	4.101.122	-	6.457.659	2.296.382	4.258.180	-	6.554.562
Total	73.894.258	23.705.753	45.001	97.645.012	65.781.998	21.806.752	57.864	87.646.614
Circulante				83.993.729				70.940.967
Não circulante				13.651.283				16.705.647

7.2. Ações não coligadas

A carteira de participações societárias do Sistema BNDES é representada, em sua maior parte, por instrumentos patrimoniais de companhias sobre as quais o Sistema BNDES não exerce influência significativa.

As demais participações societárias composta por investimentos em empresas coligadas estão demonstradas na Nota Explicativa n.º 9.

Os ativos da carteira de participações societárias são decorrentes, predominantemente, de operações de apoio financeiro do Sistema BNDES, cujo foco em geral corresponde à perspectiva de longo prazo.

As práticas contábeis de reconhecimento e mensuração das ações não coligadas seguem os critérios estabelecidos especificamente nos normativos IFRS 9 e IFRS 7. Para maiores detalhes, vide Nota Explicativa nº 32.1.

Abaixo segue a composição da carteira de ações e certificados de depósito de ações classificados na categoria “valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)”, contendo a abertura das principais participações em empresas listadas em bolsa, as quais representam cerca de 93% do total da carteira classificada nesta categoria.

Empresas investidas	31/03/2022			Valor Contábil	
	Quantidade (mil) de ações possuídas		% de participação no capital total		
	Ordinárias	Preferenciais		31/03/2022	31/12/2021
NÍVEL 1					
PETROBRAS ⁽¹⁾	-	1.035.459	7,93	34.325.458	30.064.508
JBS ⁽²⁾	461.661	-	20,57	17.164.560	-
ELETROBRAS ⁽³⁾	216.303	36.954	16,15	9.543.192	8.455.187
COPEL - UNITS	131.162	524.646	23,96	4.873.964	4.147.329
CEMIG	63.083	-	3,73	1.285.630	1.452.578
EMBRAER	39.762	-	5,37	600.414	987.303
BRASIL ENERGIA S.A. (ex AES TIETÊ ENERGIA)	39.555	-	8,04	479.402	437.869
COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL	8.795	-	0,63	231.394	221.104
COPASA	13.160	-	3,46	177.654	166.337
ENGIE BRASIL ENERGIA ⁽⁴⁾	-	-	-	-	279.212
Subtotal Nível 1				68.681.668	46.378.297
Outras empresas - Nível 1				313.176	514.476
Total Nível 1				68.994.844	46.725.903
NÍVEL 2				238.189	79.028
NÍVEL 3				4.796.856	4.706.932
TOTAL				74.029.889	51.511.863
Circulante				-	571.696
Não circulante				74.029.889	50.940.167

⁽¹⁾ No trimestre findo em 31 de março de 2022 a subsidiária BNDESPAR alienou a totalidade das ações ordinárias da Petrobras (PETR3) de sua titularidade, representada por 17.700 mil ações, de forma que as empresas do Sistema BNDES não possuem mais ações ordinárias da Petrobras. Do total da participação de 7,93%, 1,03% são detidas diretamente pelo BNDES (com 135.248 mil preferenciais) e 6,90% através da BNDESPAR (com 900.210 mil preferenciais).

⁽²⁾ No trimestre findo em 31 de março de 2022 a Administração da subsidiária BNDESPAR concluiu não mais exercer influência significativa na JBS, e portanto o investimento nessa empresa foi transferido do grupo Coligadas para Títulos e Valores Mobiliários. Vide Nota Explicativa nº 9.

⁽³⁾ Do total da participação de 16,15%, 5,92% são detidas diretamente pelo BNDES (com 74.545 mil ações ordinárias e 18.263 mil preferenciais) e 10,23% através de sua subsidiária BNDESPAR (com 141.758 mil ações ordinárias e 18.691 mil preferenciais).

⁽⁴⁾ Ações alienadas durante o trimestre findo em 31 de março de 2022.

Para detalhes da classificação da carteira em níveis, vide Nota Explicativa n.º 32.1.6.

Resultados com investimentos em ações não coligadas

Além de ganhos econômicos com a valorização de mercado das ações mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), o BNDES apura ganhos com esses ativos quando (i) aliena tais ações; e (ii) é remunerado na qualidade de acionista na forma de dividendos e/ou juros sobre capital próprio (JSCP).

No período findo em 31 de março de 2022 o BNDES apurou ganho com alienações de ações classificadas como VJORA no valor total de R\$ 827.510, que líquido de efeitos tributários totaliza R\$ 520.146 (R\$ 10.979.343 no trimestre findo em 31 de março de 2021, sendo R\$ 6.983.680 líquido de efeitos tributários).

A operação de alienação com valor mais relevante realizada no trimestre findo em 31 de março de 2022 refere-se à alienação pela subsidiária BNDESPAR da totalidade das ações ordinárias da Petrobras (PETR3) de sua titularidade, representada por 17,7 milhões de ações que correspondem a 0,24% do capital social votante da Petrobras. A operação foi realizada em pregão na bolsa de valores (B3) ao preço médio unitário de venda de R\$ 35,88 por ação e gerou um ganho bruto de R\$ 443.505. A participação da BNDESPAR no capital social total da Petrobras foi reduzida de 7,04% para 6,90% do capital total da Companhia investida.

No trimestre findo em 31 de março de 2021, a alienação com valor mais relevante gerou um ganho de R\$ 9.929.523, sem considerar o efeito fiscal, resultado da alienação pela subsidiária BNDESPAR da totalidade das ações da Vale S.A. de sua titularidade.

O ganho com alienações de ações VJORA líquido dos efeitos tributários foi transferido de “outros resultados abrangentes” para “Lucros (prejuízos) Acumulados”.

Apresentamos a seguir a abertura das receitas com Dividendos e JSCP referente a empresas listadas em bolsa evidenciadas na Demonstração do Resultado.

Empresas investidas	31/03/2022			31/03/2021		
	Dividendos	JSCP	Total	Dividendos	JSCP	Total
Petrobras	2.962.527	-	2.962.527	-	-	-
Eletrobras	210.022	-	210.022	368.760	-	368.760
Copel	-	-	-	327.399	31.993	359.392
Subtotal	3.172.549	-	3.172.549	696.159	31.993	728.152
Outras empresas	5.054	10.306	15.360	8.550	5.004	13.554
Total	3.177.603	10.306	3.187.909	704.709	36.997	741.706

7.3. Debêntures

	31/03/2022				31/12/2021			
	VJR	VJORA	CA ⁽¹⁾	Total	VJR	VJORA	CA ⁽¹⁾	Total
Setor Privado	550.924	4.258.457	1.030.149	5.839.530	501.338	4.162.601	1.020.088	5.684.027
Setor Público	-	297.929	1.284.053	1.581.982	-	397.692	1.364.087	1.761.779
Total	550.924	4.556.386	2.314.202	7.421.512	501.338	4.560.293	2.384.175	7.445.806
Circulante				1.003.051				1.071.376
Não circulante				6.418.461				6.374.430

⁽¹⁾ As debêntures mensuradas ao custo amortizado fazem parte das Operações da carteira de crédito, conforme apresentado na Nota Explicativa n.º 6.3.

7.4. Fundos de investimento

Estas aplicações são administradas por instituições financeiras privadas. As cotas destes fundos são avaliadas pelos valores divulgados pelo respectivo administrador na data-base do balanço.

Fundo	Administrador	31/03/2022	31/12/2021
SRM EXODUS PME FIDC	Vortex Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	319.380	318.970
Pátria Infraestrutura III FI FIP	Pátria Infraestrutura Gestão de Recursos Ltda.	261.800	256.008
VINCI Energia Sustentável FIDC	BRL Trust Investimentos Ltda.	260.400	263.034
Pátria Crédito Estruturado FIDC	Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	247.942	246.086
Fundo Ag Angra Infra-Estrutura FIP	BEM – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	206.094	201.756
Fundo BBI Financeiro I FMIEE	FinHealth Gestão de Recursos S.A.	200.214	200.449
BIZCAPITAL FINPASS PME FIDC	CM Capital Markets DTVM Ltda.	171.436	171.436
Capital Tech II FIP	BRL Trust Investimentos Ltda.	123.301	126.557
Brasil Agronegócio FIP	BEM – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	113.383	118.391
CRIATEC III FIP	Lions Trust Adm de Recursos LTDA	107.060	92.268
Pátria Infraestrutura IV FEEDER-A FIP	Pátria Infraestrutura Gestão de Recursos LTDA	86.783	86.140
XP MPME I FIDC	BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	85.977	85.280
Fundo de Investimento do Nordeste	Banco do Nordeste	82.055	81.030
INSEED FIMA FIP	Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	79.539	77.006
Subtotal		2.345.364	2.324.411
Outros		1.094.005	1.148.740
Total		3.439.369	3.473.151
Circulante		1.385.781	1.485.068
Não circulante		2.053.588	1.988.083

7.5. Derivativos

O BNDES realiza operações de derivativos com o objetivo de gerenciamento da exposição a riscos de mercado de seus ativos e passivos, incluindo a gestão de rentabilidade da carteira de tesouraria, dentro de limites estabelecidos no âmbito de sua governança interna de gestão de riscos. A descrição das operações que o BNDES efetua com estes instrumentos pode ser encontrada na Nota Explicativa nº 32.1.4.

7.5.1. Composição

	Vencimentos	31/03/2022			31/12/2021	
		Valor de referência	Valor de mercado		Valor de mercado	
			Ativo	(Passivo)	Ativo	(Passivo)
Contratos swap						
Cambiais:						
USD x Euro	jun/22	438	426	-	78	-
Taxas de juros em US\$:						
Flutuante x Fixa	out/42 a out/45	45.436	416.928	-	151.704	(49.481)
Subtotal		45.874	417.354	-	151.782	(49.481)
Contratos futuro ⁽¹⁾						
DI (posição comprada)	jan/26	41.879	-	-	-	-
DI (posição vendida)	jul/22 a jan/29	(69.009.399)	-	-	-	-
USD (posição comprada)	mai/22	627.759	-	-	-	-
USD (posição vendida)	abr/22	(317.433)	-	-	-	-
DDI (posição comprada)	abr/22 a jan/27	20.467.344	-	-	-	-
DAP (posição vendida)	ago/22 a mai/35	8.023.159	-	-	-	-
Subtotal		(40.166.691)	-	-	-	-
Contratos a termo						
Títulos públicos	abr/22	-	913.109	(912.807)	-	-
Subtotal		-	913.109	(912.807)	-	-
Opções						
Precificação						
Bônus de subscrição de ações (ativo)	Black-Scholes, Proporção do Valuation/DCF e Arvore Binomial		773.423	-	683.183	-
Subtotal			773.423	-	683.183	-
Total			2.103.886	(912.807)	834.965	(49.481)
Circulante			1.537.327	(912.807)	533.804	(46.206)
Não circulante			566.559	-	301.161	(3.275)

⁽¹⁾ Os ajustes diários a liquidar das operações com contratos de futuros estão registrados e apresentados em "outros ativos financeiros - diversos".

O valor justo de cada operação de *swap* é definido como a diferença entre os valores presentes estimados de suas pontas ativa e passiva. A estimativa de cada ponta consiste do cálculo de seus respectivos fluxos de caixa futuros – com base na taxa contratada da operação, no caso de ponta em taxa fixa, ou em projeções extraídas das curvas de mercado, no caso de ponta em taxa flutuante – trazidos a valor presente pelas curvas de mercado aplicáveis a cada operação.

Derivativos cambiais e de taxa de juros em mercado de balcão

O quadro seguinte descreve as operações ativas realizadas no mercado de balcão com saldo em 31 de março de 2022. Todas as operações abaixo foram contabilizadas de acordo com a Circular BACEN n.º 3.082/2002.

Valor Nominal	Moedas de referência	Vencimento	Contrapartes
US\$ 3,92 milhões ⁽¹⁾	USD - Euro	jun/2022	Santander
US\$ 1.050,25 milhões ⁽¹⁾	USD (taxa de juros fixa - flutuante)	out/2045	Bank of America Merrill Lynch, Goldman Sachs, Citibank e Santander

⁽¹⁾ Operações contratadas com mecanismo de mitigação de risco de crédito bilateral mediante a cessão fiduciária de títulos públicos e depósitos interfinanceiros a título de margem. Nos termos dos contratos firmados entre as partes, há aporte bilateral de margens iniciais na contratação da operação e, até a liquidação, haverá verificações periódicas para eventual reforço de garantias.

Em 31 de março de 2022, os valores dos títulos públicos dados em garantia a essas operações eram de R\$ 32.401, e houve recebimento do valor de R\$ 184.119 em títulos em garantia. Foram recebidos ainda R\$ 252.455 em operações de DI para garantia destas operações de *swap*.

O quadro seguinte descreve as operações ativas realizadas no mercado de balcão com saldo em 31 de dezembro de 2021.

Valor Nominal	Moedas de referência	Vencimento	Contrapartes
US\$ 7,85 milhões ⁽¹⁾	USD - Euro	jun/2022	Santander
US\$ 1.050,25 milhões ⁽¹⁾	USD (taxa de juros fixa - flutuante)	out/2045	Bank of America Merrill Lynch, Goldman Sachs, Citibank e Santander

⁽¹⁾ Operações contratadas com mecanismo de mitigação de risco de crédito bilateral mediante a cessão fiduciária de títulos públicos e depósitos interfinanceiros a título de margem. Nos termos dos contratos firmados entre as partes, há aporte bilateral de margens iniciais na contratação da operação e, até a liquidação, haverá verificações periódicas para eventual reforço de garantias.

Em 31 de dezembro de 2021, os valores dos títulos públicos dados em garantia a essas operações eram de R\$ 34.031, e houve recebimento do valor de R\$ 38.841 em títulos em garantia. Foram recebidos ainda R\$ 69.799 em operações de DI para garantia destas operações de *swap*.

7.5.2. Resultado com derivativos

Receitas (despesas)	31/03/2022	31/03/2021
<i>Swap</i>	315.739	209.380
Futuro	(3.767.072)	3.597.442
Termo	302	622
Resultado de derivativos - renda fixa	(3.451.031)	3.807.444
Opções	90.240	(71.730)
Resultado de derivativos - renda variável	90.240	(71.730)
Resultado líquido	(3.360.791)	3.735.714

8. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

	31/03/2022	31/12/2021
Direitos a receber - Sistema Eletrobras	4.038.233	5.045.893
Créditos perante o Tesouro Nacional (Nota 23.1.1)	1.006.600	2.033.029
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	3.381.824	132.415
Devedores por depósito em garantia	881.874	862.753
Cessão de direito de capitalização	430.503	430.503
Pagamentos a ressarcir	120.394	115.774
Diversos	446.707	461.507
Total	10.306.135	9.081.874
Circulante	8.073.484	5.336.755
Não circulante	2.232.651	3.745.119

8.1. Direitos a receber - Sistema Eletrobras

Em 28 de dezembro de 2012, ao amparo do art. 7º da Medida Provisória n.º 600, de mesma data, convertida na Lei n.º 12.833/2013, o BNDES adquiriu créditos detidos pela União contra a Itaipu Binacional, ao preço de R\$ 6.001.807. A aquisição foi liquidada mediante a entrega, à União, de uma carteira de ações de emissão de sociedades anônimas, no montante de R\$ 5.998.585, e com o pagamento, em 31 de dezembro de 2012, de R\$ 3.222 em moeda corrente. Os referidos créditos, de valor econômico equivalente e correspondente a um fluxo de pagamentos em moeda nacional descrito no pertinente contrato, são garantidos, quanto à sua existência e liquidação, pela União, a qual se obrigou a honrá-los incondicionalmente. O vencimento dos recebíveis ocorre entre março de 2020 e fevereiro de 2023 (pagamentos mensais) e a Taxa Interna de Retorno é de 9,34%.

	31/03/2022	31/12/2021
Direitos a receber – Sistema Eletrobras	4.038.233	5.045.893
Total	4.038.233	5.045.893
Circulante	4.038.233	4.549.390
Não circulante	-	496.503

8.2. Dividendos e juros sobre capital próprio a receber

	31/03/2022	31/12/2021
Ações não coligadas		
Dividendos	3.245.012	3.473
Juros sobre o capital próprio	126.708	121.013
Coligadas		
Dividendos	7.487	-
Juros sobre o capital próprio	2.617	7.929
Total	3.381.824	132.415
Circulante	3.381.824	132.415

9. INVESTIMENTOS EM COLIGADAS

Os investimentos em coligadas do Sistema BNDES representam todas as empresas investidas sobre as quais a subsidiária BNDESPAR exerce “influência significativa” em conformidade com a IAS 28 – Investimentos em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto. Para maiores detalhes sobre as práticas contábeis de investimentos em coligadas, vide Nota Explicativa nº 32.2.

Movimentação do saldo em cada período

Coligadas e Ativos Mantidos para Venda	Saldo em 01/01/2022	Dividendos / JSCP reconhecidos	Resultado de equivalência patrimonial	Outros resultados com equivalência patrimonial ⁽¹⁾	Ajustes de avaliação patrimonial e movimentação do PL reflexos de coligadas ⁽²⁾	Reversão (constituição) de provisão p/ redução ao valor recuperável	Transferência de coligada para TVM e/ou para Ativos Mantidos para Venda	Alienação	Saldo em 31/03/2022
Coligadas									
Tupy	780.705	-	304	-	(17.441)	-	-	-	763.568
Iguá	417.724	-	(6.993)	(38.831)	(11)	-	-	-	371.889
CBO Holding	305.044	-	30.698	(5.854)	(13.960)	-	-	-	315.928
CTC	333.935	-	2.177	(24.786)	10	-	-	-	311.336
JBS ⁽³⁾	8.766.691	-	789.614	-	288.396	-	(9.844.701)	-	-
Subtotal	10.604.099	-	815.800	(69.471)	256.994	-	(9.844.701)	-	1.762.721
Outras coligadas	331.444	(9.849)	21.505	(95.320)	177	9.462	(131.082)	(393)	125.944
Total coligadas	10.935.543	(9.849)	837.305	(164.791)	257.171	9.462	(9.975.783)	(393)	1.888.665
Ativos Mantidos para Venda ⁽⁴⁾	949.472	-	-	-	-	-	131.082	(949.472)	131.082
Total	11.885.015	(9.849)	837.305	(164.791)	257.171	9.462	(9.844.701)	(949.865)	2.019.747

Coligadas e Ativos Mantidos para Venda	Saldo em 01/01/2021	Dividendos / JSCP reconhecidos	Resultado de equivalência patrimonial	Outros resultados com equivalência patrimonial ⁽¹⁾	Ajustes de avaliação patrimonial reflexo de coligadas	Saldo em 31/03/2021
Coligadas						
JBS ^{(2) (3)}	9.009.691	(252.930)	1.003.280	(199.380)	(483.919)	9.076.742
Tupy	737.226	-	11.480	148	(12.102)	736.752
Iguá	128.099	-	(2.059)	-	-	126.040
CBO Holding	248.900	-	3.703	-	4.574	257.177
CTC	337.791	-	6.160	(5.348)	(83)	338.520
Subtotal	10.461.707	(252.930)	1.022.564	(204.580)	(491.530)	10.535.231
Outras coligadas	512.334	(2.335)	(5.317)	(1.130)	(5.853)	497.699
Total coligadas	10.974.041	(255.265)	1.017.247	(205.710)	(497.383)	11.032.930
Ativos Mantidos para Venda ⁽⁴⁾	30.016	-	-	-	-	30.016
Total	11.004.057	(255.265)	1.017.247	(205.710)	(497.383)	11.062.946

⁽¹⁾ Inclui a amortização da Mais e Menos Valia de ativos e passivos e de ágios apurados na aquisição de participação societária. No trimestre findo em 31 de março de 2021 incluí ainda os efeitos de mudança relativa do percentual de participação das coligadas.

⁽²⁾ A movimentação do “Ajuste de Avaliação Reflexo de coligadas” decorre principalmente do Ajuste Acumulado de Conversão reconhecido pela JBS em seu patrimônio líquido, em função da variação cambial apurada na conversão das demonstrações financeiras de suas controladas no exterior.

⁽³⁾ Investimento reclassificado para Títulos e Valores Mobiliários – Ações VJORA. Vide Nota Explicativa n.º 7.2.

⁽⁴⁾ Além do valor de R\$ 131.082 em 31 de março de 2022 (R\$ 949.472 em 31 de dezembro de 2021) o saldo da rubrica “Ativos Mantidos para Venda” no balanço inclui R\$ 2.287 referente a outros ativos que não coligadas.

JBS – Alienação de ações e Perda de Influência Significativa

Em 16 de fevereiro de 2022, dando continuidade à estratégia de desinvestimento de posições maduras, a subsidiária BNDESPAR alienou, por meio de operação de *block trade* na bolsa de valores (B3), 50 milhões de ações ordinárias de emissão da JBS S.A., no montante total, líquido das despesas de venda, de R\$ 1.867.896, ao preço unitário de R\$ 37,52 por ação ordinária (JBSS3). Na data da venda, a participação da BNDESPAR na JBS foi reduzida de 21,55% para 19,45% do capital total e votante da investida, passando a deter 461.661.101 ações ordinárias da JBS S.A. O valor baixado do ativo em decorrência da alienação (R\$ 949.472) estava apresentado no grupo de Ativo Mantido para Venda desde 31 de dezembro de 2021. Tal operação gerou um lucro de R\$ 1.129.105 (sem considerar os efeitos fiscais) no trimestre findo em 31 de março de 2022, apresentado na rubrica “Resultado com alienações de títulos de renda variável”.

Considerando a redução da participação no capital da JBS para menos de 20% em 16 de fevereiro de 2022, aliada a inexistência de acordo de acionistas vigente que permitam a BNDESPAR vetar matérias relevantes ou participar na definição de políticas operacionais e financeiras da investida, a Administração entendeu que a BNDESPAR deixou de exercer influência significativa na JBS, passando a reconhecer tal investimento como instrumento financeiro mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Portanto, em 31 março de 2002 o investimento da BNDESPAR na JBS está apresentado no grupo de Títulos e Valores Mobiliários - VJORA. Tal reclassificação gerou um ganho sem realização financeira para a BNDESPAR de R\$ 8.824.107, incluído na linha “Outras rendas (despesas) sobre participações societárias” da demonstração do resultado, sendo: (i) R\$ 6.590.434 decorrente da mensuração inicial do investimento na JBS pelo seu valor justo e (ii) R\$ 2.233.673 decorrente da transferência para do resultado do saldo de Outros Resultados Abrangentes Reflexo de coligadas, até então reconhecido no patrimônio líquido.

Valor justo de investimentos em coligadas que possuem preços cotados no mercado

Coligadas	Título	31/03/2022	31/12/2021
JBS ⁽¹⁾	ON	-	19.427.772
Tupy	ON	728.772	821.036

⁽¹⁾ O valor justo da participação societária do BNDES na JBS em 31 de março de 2022 está divulgado na Nota Explicativa nº 7.2.

Valor de mercado da participação em coligadas com ações listadas, apurado com base no preço médio do último pregão em que a ação foi negociada, no mês de referência.

Informação resumida sobre os principais saldos das coligadas utilizados para cálculo da equivalência patrimonial

As demonstrações financeiras das coligadas utilizadas para o cálculo da equivalência patrimonial, quando necessário, são ajustadas para refletir: (i) os efeitos decorrentes de eventos relevantes subsequentes à data-base; (ii) os efeitos de uniformização de práticas contábeis; e (iii) os ajustes ao valor justo de ativos e passivos identificados por ocasião da aquisição da participação.

As informações financeiras das coligadas, apresentadas no quadro a seguir, já contemplam esses efeitos.

	31/01/2022 ⁽¹⁾			01/11/2021 a 31/01/2022 – três meses ⁽¹⁾	
	Ativos	Passivos	Patrimônio Líquido	Receitas	Resultado
Tupy	5.523.197	2.814.670	2.708.527	1.028.891	(136)
Iguá	4.804.057	1.989.502	2.814.555	79.428	(52.927)
CBO Holding	1.784.432	111.086	1.673.346	173.023	164.639
CTC	1.740.124	100.416	1.639.708	101.334	77.874
Total	13.851.810	5.015.674	8.836.136	1.382.676	189.450

⁽¹⁾ Data-base do patrimônio líquido das investidas utilizada para o cálculo da última equivalência patrimonial.

Análise do valor recuperável

No período findo em 31 de março de 2022 a subsidiária BNDESPAR efetuou análise da necessidade de reconhecimento de provisão para perda por redução ao valor recuperável de investimentos em coligadas, em conformidade com o IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, e identificou a necessidade de constituição de provisão no montante de R\$ 9.462. No trimestre findo em 31 de março de 2021 não foi identificada a necessidade de constituição ou de reversão da provisão.

10. OUTROS ATIVOS

	31/03/2022	31/12/2021
Despesas antecipadas	1.059.694	1.280.074
Incentivos fiscais	29.230	29.298
Outros investimentos	42.148	42.146
Outros valores e bens	1.186	1.187
Total	1.132.258	1.352.705
Circulante	1.060.880	1.281.261
Não circulante	71.378	71.444

11. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	31/03/2022	31/12/2021
Empréstimos		
País	2.576.877	2.832.950
Exterior	7.593.904	9.007.763
	10.170.781	11.840.713
Repasses		
País		
Tesouro nacional	99.073.080	101.318.093
Fundo Marinha Mercante	20.654.039	24.029.327
Outros	636.986	635.909
Exterior - Instituições multilaterais	20.181.380	24.390.216
	140.545.485	150.373.545
Total	150.716.266	162.214.258
Circulante	12.935.193	13.792.663
Não circulante	137.781.073	148.421.595

Os contratos de empréstimos e repasses não possuem cláusulas de *covenants* que possam afetar as demonstrações financeiras do BNDES.

11.1. Composição

a) Empréstimos no país

	31/03/2022	31/12/2021
Obrigações por aquisição de títulos federais	1.744.881	1.833.882
Prêmios de seguro financiados a pagar ao Fundo de Garantia à Exportação – FGE	831.996	999.068
Total	2.576.877	2.832.950
Circulante	434.286	445.660
Não circulante	2.142.591	2.387.290

Obrigações por aquisição de títulos federais

O BNDES adquiriu títulos públicos federais, mediante empréstimo, junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS. Esse empréstimo, no valor atualizado de R\$ 1.744.881 em 31 de março de 2022 – R\$ 371.913 no circulante e R\$ 1.372.968 no não circulante – (R\$ 1.833.882, sendo R\$ 372.270 no circulante e R\$ 1.461.612 no não circulante em 31 de dezembro de 2021) foi realizado nas seguintes condições: atualização monetária com base na TR e taxa de juros de 4,8628% ao ano, com prazo de amortização de 18 anos, realizada mensalmente de 1º de janeiro de 2009 a 1º de dezembro de 2026.

b) Empréstimos no exterior – Bônus

Valor da emissão	Vencimento	Taxas de captação	Agente pagador	31/03/2022	31/12/2021
USD 1,75 bilhão ⁽¹⁾	26/09/2023 ^{(2) (3)}	5,750%	Bank of New York	5.183.480	6.105.452
USD 1 bilhão	09/05/2024 ⁽⁴⁾	4,750%	Bank of New York	2.353.730	2.772.381
Juros provisionados				56.694	129.930
Total				7.593.904	9.007.763
Circulante				56.694	129.930
Não circulante				7.537.210	8.877.833

⁽¹⁾ Saldo composto pela emissão original realizada em setembro de 2013 no valor de USD 1,250 bilhão e pela reabertura deste título, realizada em abril de 2014 no valor adicional de USD 500 milhões.

⁽²⁾ Entre 16 e 20 de novembro de 2015, foram recomprados, por meio de oferta pública, em valor de face, USD 309,8 milhões do título com vencimento em 26/09/2023.

⁽³⁾ Entre dezembro de 2015 e janeiro de 2016, foram cancelados USD 655,9 milhões do título com vencimento em 26/09/2023.

⁽⁴⁾ Entre 10 e 14 de setembro de 2018, foram recomprados, por meio de oferta pública, em valor de face, USD 503,2 milhões do título com vencimento em 09/05/2024. A totalidade dos títulos recomprados por meio desta oferta foi cancelada em 21 de setembro de 2018.

c) Repasses no país

Tesouro Nacional

Moeda / Taxas de remuneração	Vencimento médio (em anos)	31/03/2022	31/12/2021
US\$	15,34	738.815	891.339
US\$ + 3,02%	17,13	4.274.443	5.182.723
SELIC	18,53	5.906.238	3.634.576
TJLP	18,98	87.499.811	90.890.900
TLP	18,98	164.899	243.271
Reais + 3,25%	1,78	16.528	28.092
Juros provisionados		472.346	447.192
Total		99.073.080	101.318.093
Circulante		8.064.317	8.138.152
Não circulante		91.008.763	93.179.941

Fundo da Marinha Mercante - FMM

O BNDES exerce, desde 1984, a função de agente financeiro do Fundo da Marinha Mercante - FMM, com o objetivo de apoiar financeiramente as atividades de fomento à renovação, ampliação e recuperação da frota de Marinha Mercante Nacional.

Em 31 de março de 2022, o montante de aplicações em operações de financiamento com risco BNDES alcançou R\$ 20.654.039 (R\$ 24.029.327 em 31 de dezembro de 2021), sendo R\$ 1.995.675 no circulante e R\$ 18.658.364 no não circulante (R\$ 2.306.607 no circulante e R\$ 21.722.720 no não circulante em 31 de dezembro de 2021). O percentual atrelado à moeda estrangeira era de 74% em 31 de março de 2022 (77% em 31 de dezembro de 2021).

d) Repasses no exterior - Instituições multilaterais

Instituição	Moeda	Vencimento médio (em anos)	31/03/2022	31/12/2021
<i>Japan Bank for International Cooperation – JBIC</i>	YEN/US\$	5,35	1.119.305	1.488.133
<i>Inter-American Development Bank - BID</i>	US\$	14,38	14.657.570	17.613.453
<i>Nordic Investment Bank - NIB</i>	US\$	-	-	50.732
<i>Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW</i>	US\$	8,94	2.671.013	3.146.100
<i>Agence Française de Développement - AFD</i>	US\$	4,69	542.215	638.657
<i>New Development Bank - NDB</i>	US\$	7,10	1.105.487	1.395.125
Juros provisionados			85.790	58.016
Total			20.181.380	24.390.216
Circulante			2.384.221	2.772.314
Não circulante			17.797.159	21.617.902

Sobre os contratos de repasses no exterior incidem taxas que variam entre 0,27% e 4,31% a.a. em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021. A concentração por faixa de taxa de captação está demonstrada a seguir:

	31/03/2022	31/12/2021
Taxas de captação:		
Até 3%	17.233.503	22.932.818
De 3,1 a 5%	2.862.087	1.399.382
Juros provisionados	85.790	58.016
Total	20.181.380	24.390.216

As fontes externas de recursos do BNDES são constituídas tanto por captações efetuadas através dos tradicionais instrumentos de mercado – empréstimos bancários e emissão de eurobônus – como por aquelas realizadas junto às instituições multilaterais de crédito e agências governamentais. Enquanto os instrumentos de mercado não demandam garantia do Governo Federal, os empréstimos tomados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e ao *Nordic Investment Bank* – NIB, até o ano de 2010, contam com a prestação de garantia formal da União. Os empréstimos tomados junto a instituições governamentais, como *Japan Bank for International Cooperation* – JBIC, *Kreditanstalt für Wiederaufbau* – KfW e *Agence Française de Développement* – AFD, incluindo a operação celebrada com o NIB em julho de 2015 e o contrato firmado com a instituição multilateral *New Development Bank* – NDB em 2017, não demandaram garantia formal da União.

11.2. Composição por vencimento

	31/03/2022			31/12/2021		
	No país	No exterior	Total	No país	No exterior	Total
Até 1 ano	10.494.278	2.440.915	12.935.193	10.890.419	2.902.244	13.792.663
Entre 1 e 2 anos	8.838.559	7.540.951	16.379.510	9.859.327	2.622.174	12.481.501
Entre 2 e 3 anos	7.757.808	4.581.011	12.338.819	8.146.933	2.504.392	10.651.325
Entre 3 e 5 anos	15.174.930	3.902.007	19.076.937	16.001.880	4.782.400	20.784.280
Entre 5 e 10 anos	34.072.005	5.535.633	39.607.638	35.691.744	6.713.159	42.404.903
Após 10 anos	46.603.402	3.774.767	50.378.169	48.225.976	13.873.610	62.099.586
Total	122.940.982	27.775.284	150.716.266	128.816.279	33.397.979	162.214.258

12. FAT - DÍVIDA SUBORDINADA E DEPÓSITOS ESPECIAIS

Os recursos do FAT transferidos ao BNDES são classificados em duas categorias: Constitucional e Depósitos Especiais.

Para maiores informações sobre o FAT, vide Nota Explicativa nº 32.16.

12.1. FAT Constitucional

O saldo devedor do FAT Constitucional encontra-se registrado na rubrica “Dívidas Subordinadas” e tem a seguinte composição:

	31/03/2022	31/12/2021
FAT - Moeda nacional (TJLP/TLP/Selic)	311.864.271	303.565.919
FAT - Moeda estrangeira (Cambial - US\$) ⁽¹⁾	24.434.820	29.585.794
	336.299.091	333.151.713
Juros provisionados	4.313.027	7.562.220
Total	340.612.118	340.713.933
Circulante	4.313.027	7.562.220
Não circulante	336.299.091	333.151.713

⁽¹⁾ Até 50% dos recursos oriundos do FAT Constitucional poderão ser aplicados em projetos destinados à produção/comercialização de bens e serviços com reconhecida inserção internacional (Resolução CODEFAT nº 320, de 29.04.2003).

Dívida subordinada – FAT Constitucional Elegível a Capital

Vide Nota Explicativa n.º 25.2 - Mensuração do Capital Regulamentar.

12.2. FAT – Depósitos Especiais

O saldo devedor do FAT – Depósitos Especiais encontra-se registrado na rubrica “Obrigações por depósitos”, conforme apresentado a seguir:

Obrigações por depósitos	31/03/2022	31/12/2021
Depósitos especiais - FAT	6.389.443	6.641.264
Depósitos interfinanceiros	255.562	71.158
Depósitos diversos	542	531
Total	6.645.547	6.712.953
Circulante	1.154.978	1.011.356
Não circulante	5.490.569	5.701.597

O FAT – Depósitos Especiais é composto pelos seguintes programas:

FAT – Depósitos especiais	31/03/2022	31/12/2021
Fomentar	1.985.548	2.059.596
Pronaf	3.319.364	3.441.417
Infraestrutura	1.084.531	1.140.251
Total	6.389.443	6.641.264
Circulante	898.874	939.667
Não circulante	5.490.569	5.701.597

O quadro a seguir apresenta os saldos disponíveis e aplicados e suas devidas remunerações, por linha de crédito de cada programa:

Programa/Linha de Crédito Especial/Destaque da Programação de Depósitos Especiais	31/03/2022												
	Entra- das	Remuneração (Apropriação)				Recolhimento					Saldo		
		SELIC	TJLP	TLP	Total	SELIC	TJLP	TLP	Principal	Total	Disponível	Aplicado	Total
FAT INFRAESTRUTURA	-	4.105	13.645	-	17.750	3.867	13.354	-	56.247	73.468	164.021	920.510	1.084.531
Econômica-TADE n.º 06/2005	-	4.105	13.645	-	17.750	3.867	13.354	-	56.247	73.468	164.021	920.510	1.084.531
PRONAF:	-	7.885	9.395	70.928	88.208	6.265	9.389	77.180	117.428	210.262	330.144	2.989.220	3.319.364
Investimento-TADE n.º 19/2005	-	7.885	9.395	70.928	88.208	6.265	9.389	77.180	117.428	210.262	330.144	2.989.220	3.319.364
FAT FOMENTAR:	-	7.821	1.537	45.887	55.245	7.247	1.578	51.059	69.410	129.294	374.331	1.611.217	1.985.548
Micros e Pequenas Empresas-TADE n.º 21/2005	-	7.398	407	43.977	51.782	7.094	453	48.666	63.130	119.343	336.641	1.489.919	1.826.560
Médias e Grandes Empresas-TADE n.º 22/2005	-	423	1.130	1.910	3.463	153	1.125	2.393	6.280	9.951	37.690	121.298	158.988
Total	-	19.811	24.577	116.815	161.203	17.379	24.321	128.239	243.085	413.024	868.496	5.520.947	6.389.443

12.3. Movimentação do FAT Constitucional e FAT – Depósitos Especiais

	31/03/2022			
	Constitucional		Depósitos Especiais	Total
	TJLP/TLP/Selic	Cambial		
Saldo no início do exercício	310.917.202	29.796.731	6.641.264	347.355.197
Ingresso de recursos	5.520.793	-	-	5.520.793
Variação cambial	-	(4.387.360)	-	(4.387.360)
Provisão de juros	5.000.535	86.773	-	5.087.308
Juros sobre Depósitos Especiais	-	-	161.203	161.203
Capitalização de juros	2.013.946	-	-	2.013.946
Amortizações de Depósitos Especiais	-	-	(243.085)	(243.085)
Pagamento de juros	(8.336.502)	-	(169.939)	(8.506.441)
Movimentação cambial	974.551	(974.551)	-	-
Saldo no final do período	316.090.525	24.521.593	6.389.443	347.001.561

13. OBRIGAÇÕES POR OPERAÇÕES COMPROMISSADAS

O Sistema BNDES realizou operações de venda de títulos com compromisso de recompra lastreadas em títulos públicos federais, conforme demonstrado a seguir:

Títulos	31/03/2022	31/12/2021
Letras do Tesouro Nacional – LTN	25.212.887	32.944.484
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	2.911.982	2.513.694
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	17.487.037	3.604.886
Notas do Tesouro Nacional – NTN-F	764.371	762.053
Total	46.376.277	39.825.117
Circulante	46.376.277	39.825.117

14. FUNDOS FINANCEIROS E DE DESENVOLVIMENTO

	31/03/2022	31/12/2021
Fundo Amazônia (FA)	3.753.338	3.672.749
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	1.369.795	1.383.629
Fundo de Terras (FT)	913.871	880.539
Fundo Nacional sobre a Mudança do Clima (FNMC)	1.956.165	1.648.266
Fundo da Marinha Mercante (FMM)	674.930	760.775
Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização (FRD)	244.654	240.908
Fundo Nacional de Repartição de Benefícios (FNRB)	4.103	3.945
Outros	2.197	276.677
Total	8.919.053	8.867.488
Circulante	8.356.869	8.328.770
Não circulante	562.184	538.718

15. OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES E LETRAS FINANCEIRAS

	31/03/2022	31/12/2021
Debêntures - emissão privada	1.006.636	1.104.756
Letras Financeiras	1.080.519	1.053.682
Total	2.087.155	2.158.438
Circulante	1.399.849	1.423.552
Não circulante	687.306	734.886

15.1. Debêntures - Emissão privada

Em 23 de dezembro de 2008, o BNDES emitiu 700.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas, em cinco séries, sem garantia real ou flutuante e sem preferência, com garantia fidejussória.

O valor nominal unitário das debêntures é de R\$ 10, na data da emissão. A colocação foi privada, mediante subscrição exclusiva pelo Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS, representado por sua administradora, a Caixa Econômica Federal – CEF.

A remuneração foi fixada em 6% a.a., com pagamentos mensais. O saldo devedor é atualizado no dia 15 de cada mês pela Taxa Referencial – TR. A data de vencimento é 15 de outubro de 2029, com parcelas de amortização mensais de 15 de janeiro de 2009 até 15 de outubro de 2029.

O montante atualizado da obrigação pela emissão de debêntures pelo BNDES está demonstrado a seguir:

	31/03/2022	31/12/2021
3ª emissão de debêntures simples do BNDES		
1ª série		
Principal corrigido (TR)	215.110	236.078
Juros provisionados (6% a.a.)	598	656
2ª série		
Principal corrigido (TR)	215.110	236.078
Juros provisionados (6% a.a.)	598	656
3ª série		
Principal corrigido (TR)	215.110	236.078
Juros provisionados (6% a.a.)	598	656
4ª série		
Principal corrigido (TR)	215.110	236.078
Juros provisionados (6% a.a.)	598	656
5ª série		
Principal corrigido (TR)	143.406	157.383
Juros provisionados (6% a.a.)	398	437
Total	1.006.636	1.104.756
Circulante	319.330	369.870
Não circulante	687.306	734.886

15.2. Letras financeiras

Em 22 de outubro de 2020 o BNDES emitiu R\$ 1 bilhão em Letras Financeiras Verdes (LFV), conhecidos como "Green Bonds". A captação foi lançada toda no mercado doméstico brasileiro, com vencimento de dois anos e taxa de CDI + 0,45% ao ano. A emissão foi realizada na forma de oferta privada aos principais parceiros de negócios do BNDES, em especial instituições financeiras e investidores institucionais brasileiros, e os recursos serão destinados no financiamento de projetos ambientalmente sustentáveis de geração de energia, atestados por uma empresa verificadora, especializada na área ambiental.

O montante atualizado da obrigação pela emissão, vencimentos e juros estão demonstrados a seguir:

	Vencimentos	31/03/2022	31/12/2021
Valores de emissão (Principal)	2022	1.000.000	1.000.000
Juros provisionados		80.519	53.682
Total		1.080.519	1.053.682
Circulante		1.080.519	1.053.682

16. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	31/03/2022	31/12/2021
Obrigações por depósitos a apropriar	423.178	422.439
Vinculadas ao Tesouro Nacional	466	3.880
Aquisição a prazo de TVM	-	96.942
Operações financeiras a liquidar	156.287	603.228
Arrendamento mercantil a pagar	52.915	49.269
Fornecedores	38.056	112.042
Depósitos a apropriar	14.804	11.188
Compromissos de crédito a liberar	178.106	89.288
Garantias financeiras prestadas	2.634	910
Rendas antecipadas - garantias prestadas	3.780	-
Outras	20.807	24.315
Total	891.033	1.413.501
Circulante	640.031	1.256.513
Não circulante	251.002	156.988

16.1. Obrigações por depósitos a apropriar

	31/03/2022	31/12/2021
Depósitos para liquidação de operações de crédito	332.798	287.910
Depósitos do AFRMM – conta especial e conta bloqueada	78.945	76.691
Outros	11.435	57.838
Total	423.178	422.439
Circulante	423.178	422.439

16.2. Operações de arrendamento mercantil

Apresentamos abaixo a movimentação no período, dos ativos de direito de uso dos imóveis, equipamentos e veículos, e as correspondentes obrigações.

a) Ativos de Direito de uso

	31/03/2022			
	Imóveis	Equipamentos	Veículos	Total
Saldo no início do exercício	41.342	-	894	42.236
Adições por novos contratos	-	-	-	-
Ajuste por remensuração	4.314	-	-	4.314
Depreciação	(925)	-	(46)	(971)
Saldo no final do período	44.731	-	848	45.579

	31/12/2021			
	Imóveis	Equipamentos	Veículos	Total
Saldo no início do exercício	37.578	4.637	446	42.661
Adições por novos contratos	4.155	-	925	5.080
Ajuste por remensuração	2.915	78	-	2.993
Depreciação	(3.306)	(4.715)	(477)	(8.498)
Saldo no final do exercício	41.342	-	894	42.236

Os saldos apresentados neste quadro estão registrados na rubrica “Imobilizado” no balanço patrimonial.

Os ajustes por remensuração referem-se aos contratos que tiveram os valores de suas prestações corrigidos.

b) Arrendamentos a pagar

	31/03/2022			
	Imóveis	Equipamentos	Veículos	Total
Saldos no início do exercício	48.366	-	903	49.269
Adições por novos contratos	-	-	-	-
Ajuste por remensuração	4.314	-	-	4.314
Juros Apropriados	1.117	-	25	1.142
Pagamentos	(1.750)	-	(60)	(1.810)
Saldos no final do período	52.047	-	868	52.915
Circulante				7.240
Não circulante				45.675

	31/12/2021			
	Imóveis	Equipamentos	Veículos	Total
Saldos no início do exercício	43.727	4.696	520	48.943
Adições por novos contratos	4.155	-	925	5.080
Ajuste por remensuração	2.915	78	-	2.993
Juros Apropriados	4.118	48	39	4.205
Pagamentos	(6.549)	(4.822)	(581)	(11.952)
Saldos no final do exercício	48.366	-	903	49.269
Circulante				6.794
Não circulante				42.475

16.3. Garantias financeiras e provisão para garantias financeiras prestadas

Tipo de Garantia Financeira	Garantias Prestadas		Provisão	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Outros Avals	93.318	90.992	2.634	910
Total	93.318	90.992	2.634	910

A constituição de provisão de operações de garantias financeiras prestadas segue os critérios estabelecidos para apuração da perda esperada de instrumentos financeiros, baseada no modelo de 3 estágios descrito na Nota Explicativa nº 32.1.5.

Movimentação da provisão para garantias prestadas

	31/03/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	910	-
Constituição	1.724	910
Saldo no final do período	2.634	910

Rendas antecipadas – garantias prestadas

Referem-se as rendas de comissão recebidas antecipadamente pelo BNDES pela prestação de garantias financeiras que serão apropriadas ao resultado pelo regime de competência. Até 31 de dezembro de 2021 esses valores estavam registrados na rubrica “Resultados de exercícios futuros” tendo seu saldo reclassificado em função da Resolução BCB n.º 92/2021 a partir de janeiro de 2022.

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Tributos incidentes e suas respectivas alíquotas aplicáveis

Os tributos são apurados com base na legislação tributária em vigor. O BNDES e suas controladas estão sujeitos às alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda – IRPJ (15 % + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL ⁽¹⁾	20%
Contribuição para o PIS/PASEP ⁽²⁾	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS ⁽²⁾	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

⁽¹⁾ A alíquota da CSLL foi majorada para 25% no período de 01/07/2021 a 31/12/2021, retornando a 20% a partir de 2022, conforme Lei nº 14.183, de 14 de julho de 2021.

⁽²⁾ Para as empresas não financeiras optantes pelo lucro real, e que seguem o método não cumulativo, a alíquota do PIS/PASEP é de 1,65%, e da COFINS é de 7,6%.

Detalhes sobre legislação e contabilização de tributos estão na Nota Explicativa n.º 32.14.

17.1. Demonstração da Despesa e Passivo de IR e CSLL

A reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido apurados conforme alíquotas nominais e os valores registrados estão evidenciados a seguir:

	31/03/2022	31/03/2021
Resultado antes da tributação sobre o lucro	15.639.639	6.599.963
Encargo total de IRPJ e CSLL à alíquota combinada de 45%	(7.037.838)	(2.969.983)
Ajustes	2.650.672	591.821
· Variação no reconhecimento de créditos tributários diferidos ⁽¹⁾	(519.470)	(152.577)
· Equivalência Patrimonial e dividendos recebidos de coligadas	1.426.942	531.423
· Diferença de alíquota da CSLL (Não-financeiras)	1.570.134	97.043
· Juros sobre instrumentos elegíveis ao capital principal	157.318	2.729
· Operações não reembolsáveis e incentivos fiscais	11.395	18.159
· Outras diferenças permanentes	4.353	95.044
Despesas de IRPJ e CSLL apresentadas na DRE	(4.387.166)	(2.378.162)
· Tributos Correntes	(2.191.078)	(1.398.855)
· Tributos Diferidos	(2.196.088)	(979.307)
Alíquota Efetiva	28,05%	36,03%

⁽¹⁾ Decorrem, principalmente, de tributos diferidos não reconhecidos por conta de operações de crédito provisionadas, com realização prevista acima de dez anos.

IRPJ e CSLL Devido

	31/03/2022	31/12/2021
Total dos tributos correntes reconhecidos no resultado	2.191.078	6.762.658
Total dos tributos correntes reconhecidos no Patrimônio líquido ⁽¹⁾	274.992	3.868.181
Ajustes de períodos anteriores	(610)	17.232
Tributos correntes devidos no período	2.465.460	10.648.071
(-) Antecipações	(1.050.918)	(6.395.299)
Impostos e Contribuições sobre o lucro a pagar	1.414.542	4.252.772

⁽¹⁾ Refere-se aos tributos sobre o ganho na alienação de instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), reconhecidos diretamente em Lucros acumulados.

17.2. IR e CSLL Diferidos

a) Créditos e débitos tributários diferidos, por natureza e origem

Ativo	31/03/2022	31/12/2021	Fundamento para realização
Contrapartida no resultado:			
Provisão para perdas de crédito	5.537.431	7.416.575	Recebimento ou efetivação da perda
Provisão para desvalorização da carteira de renda variável	4.543.522	4.562.474	Alienação de títulos
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	328.640	982.971	Alienação de títulos
Provisões trabalhistas e cíveis	774.616	668.949	Decisão judicial definitiva
Participação dos empregados no lucro	112.966	112.966	Pagamento
Ágio amortizado	139.902	69.591	Alienação de títulos
Outros	530.266	351.668	
Subtotal	11.967.343	14.165.194	
Contrapartida no patrimônio líquido:			
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros VJORA	872.281	(1.683.779)	Alienação de títulos
Perda atuarial - FAMS	25.268	23.202	Pagamento das despesas médicas
Subtotal	897.549	(1.660.577)	
Total de Créditos tributários diferidos	12.864.892	12.504.617	

Passivo	31/03/2022	31/12/2021	Fundamento para realização
Contrapartida no resultado:			
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	(2.871.589)	(318.417)	Alienação de títulos
Ganho por compra vantajosa	(51.813)	(51.813)	Alienação de títulos
Outros	17.368	15.727	
Subtotal	(2.906.034)	(354.503)	
Contrapartida no patrimônio líquido:			
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros VJORA	(13.741.695)	(11.588.416)	Alienação de títulos
Ganho atuarial – FAMS	(311.507)	(223.164)	
Subtotal	(14.053.202)	(11.811.580)	
Total de Débitos tributários diferidos	(16.959.236)	(12.166.083)	

b) Movimentação dos créditos e débitos tributários diferidos, por natureza e origem

Ativo	31/12/2021	Constituição	Realização	31/03/2022
Contrapartida no resultado:				
Provisão para perdas de crédito	7.416.575	3.851.060	(3.169.344)	8.098.291
Provisão para desvalorização da carteira de renda variável	4.562.474	240.759	(259.711)	4.543.522
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	982.971	835	(655.166)	328.640
Provisão para ações trabalhistas e cíveis	668.949	105.821	(154)	774.616
Participação dos empregados no lucro	112.966	-	-	112.966
Ágio amortizado	69.591	246.484	(176.173)	139.902
Outros	351.668	184.024	(5.426)	530.266
Subtotal	14.165.194	4.628.983	(4.265.974)	14.528.203
Contrapartida no patrimônio líquido:				
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros VJORA	(1.683.779)	-	(4.800)	(1.688.579)
Perda atuarial - FAMS	23.202	2.163	(97)	25.268
Subtotal	(1.660.577)	2.163	(4.897)	(1.663.311)
Total de Créditos tributários diferidos	12.504.617	4.631.146	(4.270.871)	12.864.892

Passivo	31/12/2021	Constituição	Realização	31/03/2022
Contrapartida no resultado:				
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	(318.417)	(3.277.012)	723.840	(2.871.589)
Ganho por compra vantajosa	(51.813)	-	-	(51.813)
Outros	15.727	-	1.641	17.368
Subtotal	(354.503)	(3.277.012)	725.481	(2.906.034)
Contrapartida no patrimônio líquido:				
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros VJORA	(11.588.416)	(2.153.279)	-	(13.741.695)
Ganho atuarial – FAMS	(223.164)	(88.343)	-	(311.507)
Subtotal	(11.811.580)	(2.241.622)	-	(14.053.202)
Total de Débitos tributários diferidos	(12.166.083)	(5.518.634)	725.481	(16.959.236)

c) Créditos (débitos) tributários diferidos líquidos

	31/12/2021	Efeito no Resultado	Efeito no PL	31/03/2022
Créditos tributários diferidos	12.504.617	363.009	(2.734)	12.864.892
Débitos tributários diferidos	(12.166.083)	(2.551.531)	(2.241.622)	(16.959.236)
Créditos (débitos) tributários diferidos líquidos	338.534	(2.188.522)	(2.244.356)	(4.094.344)

	31/12/2020	Efeito no Resultado	Efeito no PL	31/03/2021
Créditos tributários diferidos	17.377.621	(244.315)	(158.644)	16.974.662
Débitos tributários diferidos	(19.190.885)	(281.487)	5.620.943	(13.851.429)
Créditos (débitos) tributários diferidos líquidos	(1.813.264)	(525.802)	5.462.299	3.123.233

d) Expectativa de realização dos créditos e débitos tributários

	31/03/2022				
	Créditos Tributários	%	Débitos Tributários	%	Líquido
2022	4.623.649	35,94%	(7.789.974)	45,93%	(3.166.325)
2023	2.610.157	20,29%	(8.508.232)	50,17%	(5.898.075)
2024	790.543	6,14%	39.751	-0,23%	830.294
2025	1.724.973	13,41%	94.272	-0,56%	1.819.245
2026	667.564	5,19%	5.933	-0,03%	673.497
2027 a 2031	2.692.043	20,93%	26.326	-0,16%	2.718.369
Após 2031 ⁽¹⁾	(244.037)	-1,90%	827.312	4,88%	(1.071.349)
Total	12.864.892	100%	(16.959.236)	100%	(4.094.344)

⁽¹⁾ Refere-se aos créditos tributários constituídos anteriormente à Resolução n.º 3.059/2002.

	31/12/2021				
	Créditos Tributários	%	Débitos Tributários	%	Líquido
2022	4.882.559	39,05%	(5.556.528)	45,67%	(673.969)
2023	2.401.929	19,21%	(5.452.496)	44,82%	(3.050.567)
2024	683.033	5,46%	(290.327)	2,39%	392.706
2025	1.824.390	14,59%	48.819	-0,40%	1.873.209
2026	607.156	4,86%	5.921	-0,05%	613.077
2027 a 2031	2.327.485	18,61%	28.536	-0,23%	2.356.021
Após 2031 ⁽¹⁾	(221.935)	-1,77%	(950.008)	7,81%	(1.171.943)
Total	12.504.617	100%	(12.166.083)	100%	338.534

⁽¹⁾ Refere-se aos créditos tributários constituídos anteriormente à Resolução n.º 3.059/2002.

17.3. Tributos a recuperar

Os impostos e contribuições a recuperar e antecipações são os seguintes:

	31/03/2022	31/12/2021
IRPJ/CSLL a compensar / Saldo Negativo	30.903	24.904
Imposto de renda retido na fonte	195.073	325.704
Outros	6.386	5.974
Total	232.362	356.582
Circulante	232.362	356.582

18. PROVISÕES TRABALHISTAS E CÍVEIS

O BNDES e suas subsidiárias são parte em processos judiciais de naturezas trabalhistas e cíveis decorrentes do curso normal de suas atividades.

As informações sobre a regulamentação e a política do sistema BNDES para tratamento destes processos podem ser encontradas na Nota Explicativa n.º 32.12.

A provisão constituída foi avaliada pela Administração como suficiente para fazer face às eventuais perdas.

As provisões constituídas, segregadas por natureza, estão apresentadas no quadro abaixo:

	31/03/2022	31/12/2021
Processos trabalhistas	102.458	98.565
Processos cíveis	2.089.753	1.820.395
Total	2.192.211	1.918.960
Circulante	783.317	754.486
Não circulante	1.408.894	1.164.474

Cronograma esperado de realização destas provisões:

	31/03/2022		31/12/2021	
	Processos trabalhistas	Processos cíveis	Processos trabalhistas	Processos cíveis
Até 1 ano	117	783.200	114	754.372
Entre 1 e 2 anos	64.388	7.080	63.177	757
Entre 2 e 3 anos	13.196	223.947	12.635	6.499
Entre 3 e 5 anos	23.346	1.070.450	21.256	1.057.279
Entre 5 e 10 anos	1.411	3.695	1.383	1.488
Após 10 anos	-	1.381	-	-
Total	102.458	2.089.753	98.565	1.820.395

a) Provisões trabalhistas

As provisões trabalhistas refletem a classificação de risco de perda provável sobre 139 processos judiciais em andamento, referentes principalmente, a horas extras pré-contratadas, participação nos lucros, responsabilidade subsidiária do Banco em reclamações trabalhistas propostas por empregados terceirizados, incorporação de gratificação salarial, complementação de aposentadoria e à Lei de Anistia (Reforma Administrativa do Governo Collor).

Movimentação das provisões trabalhistas no período:

	31/03/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	98.565	84.251
Pagamentos	(481)	(1.737)
Constituições	4.374	17.803
Reversões	-	(1.752)
Saldo no final do período	102.458	98.565

Em 31 de março de 2022, havia 17 processos judiciais em andamento, classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 6.938. Em 31 de dezembro de 2021, havia 20 processos judiciais em andamento classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 9.420.

b) Provisões cíveis

As provisões cíveis refletem a classificação de risco de perda provável sobre 33 processos, cujos principais pleitos versam sobre indenizações referentes a privatizações efetuadas pelo Governo Federal e implementadas pelo BNDES enquanto gestor do Programa Nacional de Desestatização – PND, além daqueles acerca de questões contratuais, sendo o principal pleito uma ação ajuizada em 1995, referente a um leilão de privatização ocorrido em 1989.

Movimentação das provisões cíveis no período:

	31/03/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	1.820.395	1.677.396
Pagamentos	-	(42)
Constituições	269.462	152.205
Reversões	(104)	(9.164)
Saldo no final do período	2.089.753	1.820.395

Em 31 de março de 2022, havia 51 processos judiciais em andamento classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 1.313.261. Em 31 de dezembro de 2021, havia 49 processos judiciais em andamento classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 1.516.670.

19. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Informações regulamentares dos planos de aposentadoria complementar (Plano Básico de Benefícios – PBB) e de assistência médica (Plano de Assistência e Saúde – PAS) e outros benefícios concedidos aos empregados do BNDES e suas subsidiárias podem ser encontrados na Nota Explicativa n.º 32.13.

19.1. Planos de aposentadoria complementar e de assistência médica

As obrigações registradas nos balanços patrimoniais referentes aos planos de aposentadoria complementar (PBB) e de assistência médica (PAS) estão representadas a seguir:

	31/03/2022	31/12/2021
Passivo atuarial - PBB	1.457.005	1.920.688
Passivo atuarial - PAS	3.520.839	3.634.405
	4.977.844	5.555.093
Circulante		
Passivo atuarial - PBB	385.621	363.885
Passivo atuarial - PAS	77.811	72.407
	463.432	436.292
Não circulante		
Passivo atuarial - PBB	1.071.384	1.556.803
Passivo atuarial - PAS	3.443.028	3.561.998
	4.514.412	5.118.801

19.1.1. Plano Básico de Benefícios – PBB

A seguir, os resultados da avaliação atuarial do PBB efetuada por atuário externo, os ativos com base nos dados de 28 de fevereiro de 2022 e atualizada até 31 de março de 2022:

	31/03/2022	31/12/2021
Valor presente da obrigação atuarial	17.542.986	18.623.309
Valor justo dos ativos do plano	(14.628.977)	(14.781.934)
Valor presente das obrigações não cobertas pelos ativos	2.914.009	3.841.375
Efeito do compartilhamento de risco	(1.457.004)	(1.920.687)
Valor presente das obrigações líquidas do Patrocinador	1.457.005	1.920.688

A partir de 31 de dezembro de 2020 o passivo atuarial do PBB, ou de valor presente da obrigação de Benefício Definido (BD), passou a ser reconhecido nas demonstrações contábeis pelo montante de 50% do valor presente da obrigação atuarial bruta não coberto pelo valor justo dos ativos do plano, dada a adoção do compartilhamento de risco com participantes e assistidos, com fundamento em estudo solicitado em 2020 pela Administração do Sistema BNDES.

O referido estudo apresentou novas informações e agregou mais experiência sobre o tema. Ficou evidenciado o amadurecimento do processo, especialmente sobre o ponto de vista da segurança jurídica e o alinhamento à aplicação da prática mais recente, onde a paridade contributiva foi estritamente observada nos casos dos últimos equacionamentos de déficits, por meio de contribuições extraordinárias paritárias do patrocinador e dos patrocinados, e recentes teses jurídicas que afastam o risco de decisões judiciais afetarem o equilíbrio dos planos de previdência complementar ou obrigarem aos patrocinadores do Sistema BNDES arcarem com o ônus de custeio extraordinário unilateralmente, sendo remota a assunção pelos mesmos de ônus superior à paridade contributiva definida na Lei Complementar 108/2001.

Movimentação no valor presente da obrigação atuarial e no valor justo dos ativos do PBB

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	31/03/2022	31/12/2021
Valor presente no início do exercício	18.623.309	21.771.479
Custo do serviço corrente	66.728	438.392
Custo de juros	357.344	1.419.510
Contribuição dos participantes do plano	30.275	104.658
Benefícios pagos	(221.630)	(834.615)
Perdas (ganhos) atuariais	(1.313.040)	(4.276.115)
Mudança de premissas (crescimento salarial)	(706)	(372.967)
Mudança de premissas (taxa de desconto)	(1.133.686)	(5.049.816)
Ajuste de experiência	(178.648)	1.146.668
Valor presente no final do período	17.542.986	18.623.309

As hipóteses atuariais e econômicas estão sendo demonstradas na Nota Explicativa nº 19.2.

As mudanças no valor justo dos ativos do PBB são as seguintes:

	31/03/2022	31/12/2021
Valor justo no início do exercício	14.781.934	14.812.141
Receita de juros	315.566	1.123.941
Retorno sobre os ativos do plano, excluindo os juros	(335.142)	(630.063)
Contribuições recebidas do empregador ⁽¹⁾	57.974	205.872
Contribuições recebidas dos participantes ⁽²⁾	30.275	104.658
Benefícios pagos	(221.630)	(834.615)
Benefícios brutos	(251.747)	(942.923)
Contribuições descontadas dos assistidos ⁽²⁾	30.117	108.308
Valor justo no final do período	14.628.977	14.781.934

⁽¹⁾ Correspondem a contribuições para ativos, assistidos e contrato de dívida (por ora, suspensas).

⁽²⁾ Contribuições recebidas dos participantes (ativos) e descontadas dos assistidos somam R\$ 60.392.

A contribuição estimada com o plano de pensão de aposentadoria complementar, para os próximos 12 meses, é de aproximadamente R\$ 240.011.

A duração média da obrigação atuarial é de 16,03 anos em 31 de março de 2022 (16,81 anos em 31 de dezembro de 2021).

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar na data-base de 31 de março de 2022 para os próximos anos:

Plano PBB	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Após 10 anos	Total
Consolidado	1.122.619	1.121.513	1.134.271	2.313.020	5.970.739	56.642.702	68.304.864

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar na data-base de 31 de dezembro de 2021 para os próximos anos:

Plano PBB	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Após 10 anos	Total
Consolidado	1.123.015	1.122.621	1.131.156	2.308.592	5.952.718	57.060.322	68.698.424

Impacto no resultado e Patrimônio Líquido

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são assim demonstrados:

	31/03/2022	31/03/2021
Custo do serviço corrente	(66.728)	(106.780)
Custo dos juros da obrigação	(357.344)	(316.570)
Receita de juros dos ativos	315.566	254.925
Subtotal	(108.506)	(168.425)
Contribuições recebidas do empregador	57.974	43.685
Total	(50.532)	(124.740)

Os valores reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes são assim demonstrados:

Patrimônio Líquido - Outros Resultados Abrangentes	31/03/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	2.922.428	835.374
Ganhos (Perdas) atuariais	1.313.040	4.276.115
Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros	(335.142)	(630.063)
Saldo no final do período	3.900.326	4.481.426
Efeito do compartilhamento de risco ⁽¹⁾	(463.683)	(1.558.998)
Saldo no final do período (com compartilhamento de risco)	3.436.643	2.922.428

⁽¹⁾ Variação do efeito do compartilhamento de risco nos períodos findos.

Os ativos do PBB, segregados por nível de mensuração, são os seguintes:

Ativos por categoria	31/03/2022				31/12/2021			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Fundos de investimento	63.995	12.730.452	477.952	13.272.399	58.678	12.951.609	538.578	13.548.865
Ações	-	411.559	-	411.559	-	404.435	-	404.435
Renda fixa	-	-	-	-	-	-	-	-
Multimercado	-	12.318.893	-	12.318.893	-	12.547.174	-	12.547.174
Participações	-	-	477.952	477.952	-	-	538.578	538.578
Fundos imobiliários	63.995	-	-	63.995	58.678	-	-	58.678
Imóveis ¹	-	-	914.268	914.268	-	-	898.787	898.787
Locados a terceiros	-	-	844.892	844.892	-	-	829.356	829.356
Locados aos patrocinadores	-	-	69.376	69.376	-	-	69.431	69.431
Empréstimos e financiamentos	-	-	483.088	483.088	-	-	468.855	468.855
Subtotal	63.995	12.730.452	1.875.308	14.669.755	58.678	12.951.609	1.906.220	14.916.507
Outros ativos não avaliados a valor justo ²	-	-	-	104.569	-	-	-	93.605
Outras deduções ³	-	-	-	(227.268)	-	-	-	(286.481)
Total em 28/02/2022 e 30/11/2021				14.547.056				14.723.631
Atualização de data-base ⁴	-	-	-	81.921	-	-	-	58.303
Total				14.628.977				14.781.934

⁽¹⁾ O valor justo dos imóveis ocupados e utilizados pela FAPES monta em R\$ 7.391 em 31 de março de 2022 (R\$ 17.128 em 31 de dezembro de 2021).

⁽²⁾ Somatório das contas disponível + adiantamentos e depósitos judiciais + outros realizáveis

⁽³⁾ Somatório das contas exigível operacional + exigível contingencial + fundos

⁽⁴⁾ Projeção do valor justo dos ativos do plano de 28/02/2022 para 31/03/2022. Acréscimo da contribuição mensal média recebida, dedução do benefício mensal médio pago e rendimento do patrimônio pela Meta da Taxa Selic vigente em 31/03/2022.

Análise de sensibilidade

A tabela, a seguir, apresenta como a obrigação de benefício definido teria sido afetada, em 31 de março de 2022, pela mudança de cada premissa atuarial relevante, individualmente. Foi realizada a análise de sensibilidade para as premissas de taxa de desconto (1% a.a. na taxa adotada), crescimento salarial (1% a.a. na taxa vigente), tábuas de mortalidade (1 ano nas probabilidades de morte), utilizando o mesmo método e base de dados adotados no cálculo das obrigações.

Premissa Atuarial significativa	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Variação % sobre a obrigação atuarial
Taxa de desconto atuarial		
Aumento de 1% a.a.	(1.899.740)	-10,83%
Redução de 1% a.a.	2.349.503	13,39%
Tábua de mortalidade		
Aumento de 1 ano na idade	337.797	1,93%
Redução de 1 ano na idade	(347.164)	-1,98%
Taxa de crescimento salarial		
Aumento de 1% a.a.	603.873	3,44%
Redução de 1% a.a.	(528.477)	-3,01%

Contas a Pagar FAPES

O passivo adicional refere-se a contratos de confissão de dívida celebrados com os patrocinadores, com prazo fixo de amortização, através de pagamentos mensais, totalizando treze parcelas a cada ano, calculadas pelo Sistema *Price* e com incidência de juros anuais correspondentes à taxa atuarial de 6% a.a. mais a taxa de custeio administrativo e atualização monetária, que ocorre nas mesmas épocas e proporções em que é concedido o reajuste ou modificação geral dos salários dos empregados dos patrocinadores. Portanto, a dívida contratada é reconhecida como um passivo adicional na apuração do passivo líquido.

O saldo dessas dívidas está assim representado:

	31/03/2022	31/12/2021
Contratos de 2002 ⁽¹⁾	1.254.752	1.235.001
Contratos de 2004 ⁽²⁾	91.487	90.266
Total	1.346.239	1.325.267

⁽¹⁾ Refere-se ao acordo entre as empresas do Sistema BNDES e seus empregados, envolvendo o reconhecimento da alteração da jornada de trabalho, em face da Lei n.º 10.556, de 13 de novembro de 2002, que resultou em um acréscimo de 16,67% nos salários de participação dos participantes, e impactou diretamente nas provisões matemáticas do plano de benefícios. Para cobertura parcial do acréscimo provocado naquelas provisões, no exercício de 2002, foram firmados contratos que preveem a amortização da dívida em 390 parcelas. O pagamento teve início em janeiro de 2003.

⁽²⁾ Refere-se à conversão dos valores das provisões matemáticas a constituir (em atendimento à recomendação do BACEN), que vinham sendo amortizadas mensalmente desde novembro de 1998, através de contribuições extraordinárias, em dívida reconhecida pelos patrocinadores, a vencer em novembro de 2018. O pagamento da primeira parcela foi efetuado em dezembro de 2004.

Por decisão cautelar do TCU - Tribunal de Contas da União (TC-029.845/2016-5), de 18/07/2017, encontram-se suspensos os pagamentos correspondentes aos CCD de 2002 e 2004. A FAPES impetrou mandado de segurança, no Supremo Tribunal, contra a decisão do relator do TCU, no âmbito do processo TC-029.845/2016-5 (tendo sido o mandado denegado em decisão monocrática, ainda não transitada em julgado), e também iniciou cobrança judicial dos pagamentos suspensos (não tendo obtido, até o presente momento, decisão favorável).

Considerações adicionais

(a) Ação de cobrança da FAPES para custeio de eventos ocorridos no período de 1988 a 2009

A FAPES pleiteou junto aos Patrocinadores do PBB (empresas do Sistema BNDES) o reconhecimento de valores adicionais aos contratos existentes, em função de interpretação/reavaliação de cláusulas estabelecidas nestes contratos, e de eventos ocorridos no período de 1988 a 2009 que, em sua avaliação, requerem a recomposição histórica do custeio do plano.

Em 30 de dezembro de 2014, a Administração do BNDES se manifestou em relação ao pleito, condicionando o reconhecimento do montante adicional da dívida à avaliação e aprovação da SEST, o que não veio a se confirmar. Em 26 de julho de 2016, a SEST manifestou-se contrariamente ao pagamento dos valores pleiteados pela FAPES.

Em julho de 2016, a FAPES ingressou na Justiça Federal do Rio de Janeiro com uma ação de cobrança. Em 24 de novembro de 2016, a Diretoria da FAPES informou aos participantes e beneficiários assistidos que, a pedido dos Patrocinadores, o processo foi suspenso por 6 (seis) meses pelo Juízo da 29ª Vara Federal, para se discutir, de forma mais ampla, as diferentes questões que desafiam a sustentabilidade do PBB, administrado pela FAPES. Em

maio de 2017, o prazo da suspensão foi renovado por mais um período de 6 (seis) meses. Em 31 de janeiro de 2018, após decorrido o novo prazo de suspensão, o Sistema BNDES apresentou contestação. Em 03 de maio de 2018, em provas, o BNDES requereu perícia atuarial e a FAPES requereu perícia econômico-financeira para comprovar os impactos causados no PBB, decorrentes dos atos dos réus. Na sequência, a Juíza se declarou impedida, o processo foi à livre distribuição, a Juíza da 23ª Vara entendeu que o processo também não era de sua competência e, em 14 de agosto de 2018, foi suspenso até julgamento do conflito negativo de competência pelo TRF2. Julgado o conflito de competência e encaminhados os autos à 29ª Vara Federal do Rio de Janeiro. O BNDES concordou com ingresso da União no processo. Em 27 de agosto de 2020, a juíza titular da 29ª Vara Federal se declarou novamente impedida para processar e julgar o processo. A FAPES recorreu afirmando que já havia decisão sobre a questão do impedimento. Foi provido, por unanimidade, o recurso, devendo o feito ser remetido para a 30ª Vara Federal do Rio de Janeiro. Despacho proferido em 09 de dezembro de 2021, determinando que a União Federal se manifeste sobre provas no processo. Manifestação da União concordando com a defesa dos Réus. O processo está concluso com o juiz para despacho desde 10/03/2022.

O BNDES classificou o risco de perda na Justiça Federal do Rio de Janeiro como remota, e, por esta razão, o valor em litígio não foi provisionado.

(b) Plano de ação para devolução dos valores aportados na FAPES em 2009 e 2010

O Tribunal de Contas da União, no processo TC-029.058/2014-7, determinou ao BNDES, no Acórdão 2.766/2015-Plenário, de 28/10/2015, que, no prazo de 90 (noventa) dias, apresentasse plano de ação com medidas para obter o ressarcimento, em valores atualizados, das importâncias repassadas à FAPES quando dos aportes unilaterais e sem a contribuição paritária dos beneficiários de R\$ 395.262 em junho de 2009, R\$ 11.479 em julho de 2010 e R\$ 40.924 em agosto de 2010, julgados indevidos em afronta ao § 3º do art. 202 da Constituição Federal e aos §§ 1º e 3º do art. 6º da Lei Complementar 108/2001, devendo o prazo de ressarcimento não ultrapassar o limite de 36 (trinta e seis) meses. Apreciados os pedidos de reconsideração e embargos de declaração, a decisão foi, ao final, mantida pelo TCU. Em 07/06/2018, depois de obter regular prorrogação daquele prazo, o BNDES apresentou a última versão de seu plano de ação à deliberação do TCU, homologada somente em fevereiro de 2019. Com vistas a cumprir a decisão do TCU, o BNDES, na qualidade de controlador, expediu Carta datada de 08/04/2019, comunicando a decisão do TCU.

Em 2019, a FAPES ingressou com ação, pelo rito comum, em face da União e do BNDES, com o objetivo de anular a decisão do TCU que havia determinado a devolução dos aportes unilaterais realizados no PBB em 2009 e 2010. O BNDES apresentou contestação e apresentou reconvenção com a finalidade de cobrar os referidos valores. Em 22 de agosto de 2019 ocorreu audiência de conciliação sem acordo entre as partes, sendo determinado o prosseguimento da ação. Ato contínuo, a FAPES apresentou defesa contra os pedidos de restituição dos aportes. Em 03 de março de 2021, foi proferido despacho em que o magistrado indeferiu a prova pericial na especialidade econômico-financeira requerida pela FAPES, sob o argumento de que a matéria tratada nos autos é apenas de direito, e abriu prazo para a União apresentar Réplica. O processo está concluso com o juiz desde o dia 05 de outubro de 2021 para julgamento.

Não obstante o movimento de cobrança efetuado, tais devoluções estão sendo tratadas como ativo contingente, e sendo assim, não contabilizado.

19.1.2. Plano de Assistência e Saúde - PAS

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial como obrigações de benefício pós-emprego são os seguintes:

	31/03/2022	31/12/2021
Valor presente das obrigações não fundeadas	3.520.839	3.634.405
Passivo líquido	3.520.839	3.634.405

A movimentação no saldo da obrigação durante o período é demonstrada a seguir:

	31/03/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	3.634.405	4.809.207
Custo do serviço corrente	33.560	217.993
Custo de juros da obrigação	78.666	389.500
Perdas (Ganhos) atuariais	(190.903)	(1.671.492)
Mudança de premissas (taxa de desconto)	(334.579)	(1.524.839)
Ajuste de experiência	143.676	(146.653)
Mudança de premissas (tábuas biométricas)	-	-
Benefícios pagos	(34.889)	(110.803)
Saldo no final do período	3.520.839	3.634.405

As hipóteses atuariais e econômicas estão sendo demonstradas na Nota Explicativa nº 19.2.

Impacto no resultado e Patrimônio Líquido

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	31/03/2022	31/03/2021
Custo do serviço corrente	(33.560)	(53.097)
Custo dos juros da obrigação	(78.666)	(76.931)
Subtotal	(112.226)	(130.028)
Benefícios pagos	34.889	23.445
Total	(77.337)	(106.583)

Os valores brutos reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes são assim demonstrados:

Outros resultados abrangentes - PL	31/03/2022	31/12/2021
Saldo do início do exercício	352.453	(1.319.039)
Ganhos (Perdas) atuariais	190.903	1.671.492
Saldo no final do período	543.356	352.453

As contribuições esperadas do BNDES com o benefício pós-emprego de assistência à saúde para os próximos 12 meses serão aproximadamente de R\$ 110.657.

A duração média da obrigação atuarial é de 23,66 anos em 31 de março de 2022 (24,72 anos em 31 de dezembro de 2021).

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar na data-base de 31 de março de 2022 para os próximos anos:

Plano PAS	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Após 10 anos	Total
Consolidado	110.657	116.220	121.830	264.040	796.863	23.380.091	24.789.701

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar na data-base de 31 de dezembro de 2021 para os próximos anos:

Plano PAS	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Após 10 anos	Total
Consolidado	104.184	109.370	114.629	248.357	749.428	22.178.492	23.504.460

Análise de sensibilidade

A tabela a seguir apresenta como a obrigação teria sido afetada, em 31 de março de 2022, pela mudança de cada premissa atuarial relevante, individualmente. Foi realizada a análise de sensibilidade para as premissas de taxa de desconto (1% a.a. na taxa adotada), tábuas de mortalidade (1 ano nas probabilidades de morte), e custos médicos (1% a.a. na taxa adotada), utilizando o mesmo método e base de dados adotados no cálculo das obrigações.

Premissa Atuarial significativa	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Variação % sobre a obrigação atuarial
Taxa de desconto atuarial		
Aumento de 1% a.a.	(535.866)	-15,22%
Redução de 1% a.a.	704.899	20,02%
Tábua de mortalidade		
Aumento de 1 ano na idade	128.321	3,64%
Redução de 1 ano na idade	(127.585)	-3,62%
Taxa de variação dos custos médicos		
Aumento de 1% a.a.	702.988	19,97%
Redução de 1% a.a.	(543.737)	-15,44%

19.2. Hipóteses atuariais e econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, entre outros. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	31/03/2022	31/12/2021
Benefícios considerados	Todos os benefícios regulamentares	Todos os benefícios regulamentares
Método de avaliação atuarial	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Tábua de mortalidade de válidos	AT 2012 – Basic	AT 2012 – Basic
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 Masculina	AT 49 Masculina
Tábua de entrada em Invalidez	Álvaro Vindas desagravada em 60%	Álvaro Vindas desagravada em 60%
Taxa real de crescimento salarial futuro		
Grupo Técnico	2,66% a.a.	2,66% a.a.
Grupo Apoio	2,59% a.a.	2,59% a.a.
Taxa nominal de crescimento salarial futuro		
Grupo Técnico	6,25% a.a.	6,25% a.a.
Grupo Apoio	6,18% a.a.	6,18% a.a.
Taxa de desconto nominal	9,45% a.a.	8,92% a.a.
Taxa de inflação	3,50% a.a.	3,50% a.a.
Retorno esperado sobre os ativos do plano de aposentadoria complementar	9,45% a.a.	8,92% a.a.
Taxa real de tendência dos custos médicos	5,00% a.a.	5,00% a.a.

A taxa real utilizada para descontar a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego do PBB foi de 5,75% a.a., correspondente à taxa indicativa da NTN-B, negociada em 21/03/2022 pelo Tesouro Direto, com vencimento em 15/05/2035, o mais próximo da contagem da duração média do plano, considerada na avaliação atuarial. O mesmo título registrou taxa de 5,48% a.a. em 31/03/2022, representando redução de 0,27 pontos percentuais em relação à taxa de desconto utilizada.

19.3. Processos Judiciais e Contingências

		31/03/2022		31/12/2021	
		PBB	PAS	PBB	PAS
Classificação: Provável	Valor	19.367	62	20.030	81
	Quantidade	19	7	22	7
Classificação: Possível	Valor	22.868	269	79.508	260
	Quantidade	60	9	59	9

Os processos considerados como de perdas prováveis estão registrados no exigível contingencial da FAPES. Esses processos totalizam R\$ 19.367 no PBB e referem-se a pedidos de incorporação de gratificação e recálculo de horas extras; recebimento de desconto a título de pensão na complementação de participante falecido; pleito de complementação de pensão por morte e reclamação trabalhista. No PAS, os processos totalizam R\$ 62 e referem-se à solicitação de inclusão de dependente no plano de saúde, serviços de *Homecare* e reembolso por exames realizados.

Conforme IAS 37, para as perdas possíveis, a FAPES não realiza constituição de provisão, mas sim a divulgação em nota explicativa. Esses processos totalizam R\$ 22.868 no PBB e referem-se a assuntos diversos, em sua

maioria, relacionados ao Regulamento, especialmente à interpretação de artigos e pedidos de majoração da complementação de aposentadoria. No PAS, correspondem a R\$ 269 e se referem à solicitação de inclusão de dependente no plano de saúde, indenizações e Inadimplência contratual.

19.4 Outros benefícios concedidos aos empregados

O BNDES e suas controladas concedem aos seus empregados ativos os seguintes benefícios, reconhecidos no resultado:

	31/03/2022	31/03/2021
Vale-refeição	15.723	14.564
Assistência Educacional	7.614	6.507
Total	23.337	21.071

20. OUTROS PASSIVOS

	31/03/2022	31/12/2021
Provisão de desembolso - Fundo Social	120.238	154.485
Provisão de desembolso - FUNTEC	286.013	294.019
Provisão de desembolso - Fundo Cultural	9.220	9.570
Participação Resultado - empregados (Nota Explicativa n.º 23.7)	251.427	251.427
Participação Resultado - dirigentes (Nota Explicativa n.º 23.7)	4.333	4.333
Obrigações trabalhistas (pessoal)	397.188	370.934
Outras	58.651	95.959
Total	1.127.070	1.180.727
Circulante	1.125.019	1.178.676
Não circulante	2.051	2.051

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

21.1. Capital social

Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o capital social subscrito do BNDES estava representado por 6.273.711.452 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de propriedade da União Federal.

O capital social do BNDES poderá ser aumentado, após aprovação pela Assembleia Geral, até o limite do capital autorizado, de R\$ 100.000.000, sem a emissão de novas ações e independentemente de alteração estatutária, nos seguintes casos: incorporação da reserva para futuro aumento de capital, após a aprovação da destinação do resultado do período; incorporação das reservas de capital e legal quando atingirem o limite de 20% do capital social; incorporação da parcela da reserva de lucros para equalização de dividendos complementares quando a reserva atingir o seu limite e não houver possibilidade de distribuição da totalidade do saldo como dividendos nos termos previstos na Política de Dividendos do BNDES e conforme destinação do resultado do período prevista no estatuto; e mediante a capitalização de recursos que a União destinar a esse fim, por meio de decreto do Poder Executivo.

Em 2021 houve um aumento no capital, pela incorporação da Reserva para futuro aumento de capital em sua totalidade, oriunda da destinação do resultado de 2020, no montante de R\$ 7.858.968, sem emissão de novas ações. Esse aumento de capital foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) ocorrida em 26 de abril de 2021 e autorizado pelo BACEN em julho de 2021, nos termos da Circular BACEN n.º 3.180/2003. Dessa forma o capital passou a ser de R\$ 61.842.148.

21.2. Instrumentos elegíveis ao capital principal

Em 31 de março de 2022 existiam quatro contratos de dívida celebrados com a União que compõem o Patrimônio de Referência (PR) do BNDES como Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal, conforme regras estabelecidas pela Resolução CMN n.º 4.955/2021:

- (i) Contrato n.º 867/PGFN/CAF - Contrato de financiamento celebrado em junho de 2013 entre o BNDES e a União, para concessão de crédito ao BNDES no valor de R\$ 15.000.000, mediante a emissão de títulos da dívida pública federal interna. Em 1º de julho de 2021, o BNDES efetuou a liquidação parcial desse contrato de dívida junto ao Tesouro Nacional no montante de R\$ 13.500.000. Esse valor considera o volume total de instrumentos híbridos incluídos no cronograma de melhores esforços de devolução de recursos ao Tesouro Nacional apresentado ao Tribunal de Contas da União - TCU em atendimento ao Acórdão n.º 56/2021 – TCU-Plenário;
- (ii) Contratos n.º 963 e 964/PGFN/CAF - Instrumentos de novação e confissão de dívida celebrados em junho de 2014 entre o BNDES e a União, nos valores de R\$ 8.731.760 e R\$ 6.807.216, respectivamente; e
- (iii) Contrato n.º 1018/PGFN/CAF - Instrumento de desmembramento de dívida celebrado em dezembro de 2014 entre o BNDES e a União, no valor de R\$ 5.000.000.

Esses contratos não possuem vencimento e o resgate ou recompra da obrigação poderá ser realizado apenas pelo BNDES, condicionado à prévia autorização do BACEN.

Composição e movimentação dos instrumentos:

Remuneração	N.º do contrato (STN)	Patrimônio líquido	Passivo		
		Principal	31/12/2021	Juros e atualização monetária	31/03/2022
Variável, limitada à TJLP	867/PGFN/CAF	1.500.000	72.000	23.794	95.794
Variável, limitada à TJLP	963/PGFN/CAF	8.731.760	419.124	138.509	557.633
Variável, limitada à TJLP	964/PGFN/CAF	6.807.216	326.747	107.980	434.727
Variável, limitada à TJLP	1018/PGFN/CAF	5.000.000	240.000	79.313	319.313
Total		22.038.976	1.057.871	349.596	1.407.467
Circulante			1.057.871		1.407.467

21.3. Reservas de lucros

	31/03/2022	31/12/2021
Reserva legal	7.437.688	7.437.688
Reserva para futuro aumento de capital	12.946.254	12.946.254
Reservas de equalização de dividendos	24.160.463	24.160.463
Incentivos fiscais	201.355	201.355
Total	44.745.760	44.745.760

21.4. Outros resultados abrangentes e outras movimentações reflexas

A composição do saldo de outros resultados abrangentes, líquido de efeitos tributários, é apresentado a seguir:

	31/03/2022	31/12/2021
Ativos próprios		
Ajuste a valor justo de ativos financeiros ao VJORA	28.797.870	24.738.545
Remensurações em obrigações de benefícios a empregados	3.693.759	3.074.918
Subtotal	32.491.629	27.813.463
Ativos de coligadas e ativos mantidos para venda		
Ajustes reflexos de outros resultados abrangentes	15.622	83.252
Outras movimentações reflexas	542	-
Ajustes de conversão de investimentos no exterior	333.569	2.453.665
Subtotal	349.733	2.536.917
Saldo acumulado de Outros resultados abrangentes	32.841.362	30.350.380

22. RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

O quadro a seguir apresenta a abertura do efeito das operações de crédito sobre o resultado, além de incluir os demais fatores que compõem o resultado da intermediação financeira, principal objeto de negócio do BNDES.

	31/03/2022						
	Juros	Variação cambial	Ajuste ao valor justo	Resultado na alienação	Provisão para risco de crédito	Outros	Total
Receitas de intermediação financeira							
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	10.794.485	(6.029.368)	-	-	-	43.250	4.808.367
Operações de crédito	6.712.778	(5.801.574)	-	-	-	43.250	954.454
Repasses Interfinanceiros	2.850.969	(207.870)	-	-	-	-	2.643.099
Venda a prazo de TVM	14.768	(19.924)	-	-	-	-	(5.155)
Direitos recebíveis	27.926	-	-	-	-	-	27.926
Rendas de operações vinculadas ao Tesouro Nacional	1.188.043	-	-	-	-	-	1.188.043
Resultado com títulos e valores mobiliários	4.540.845	(845.853)	189.804	(110.313)	-	(198.400)	3.576.085
Aplicações interfinanceiras e Operações compromissadas	2.262.569	-	2.228	-	-	-	2.264.797
Títulos federais	2.016.971	-	59.434	(110.313)	-	-	1.966.093
Debêntures	274.953	-	48.279	-	-	-	323.232
Fundos mútuos de investimento	(1.508)	-	-	-	-	(198.400)	(199.907)
Títulos de renda fixa no exterior	(12.141)	(845.853)	79.863	-	-	-	(778.130)
Resultado com administração de fundos e programas	-	-	-	-	-	259.273	259.273
Total	15.335.330	(6.875.220)	189.804	(110.313)	-	104.123	8.643.725
Despesas de intermediação financeira							
Financiamentos e repasses	(9.966.773)	10.541.535	-	-	-	-	574.762
Depósitos interfinanceiros	(3.898)	-	-	-	-	-	(3.898)
Depósitos especiais	(161.202)	-	-	-	-	-	(161.202)
Operações compromissadas	(1.005.658)	-	-	-	-	-	(1.005.658)
Obrigações por emissão de debêntures e letras financeiras	(44.034)	-	-	-	-	-	(44.034)
Obrigações por empréstimos e repasses	(1.650.547)	6.154.174	-	-	-	-	4.503.628
Dívida subordinada	(7.101.255)	4.387.361	-	-	-	-	(2.713.893)
Despesas com operações vinculadas ao Tesouro Nacional	(180)	-	-	-	-	-	(180)
Resultado de derivativos - renda fixa	-	-	(3.451.031)	-	-	-	(3.451.031)
Reversão (constituição) de provisão para perdas de crédito	-	-	-	-	(2.738.445)	-	(2.738.445)
Resultado da carteira de câmbio	-	(250.788)	-	-	-	-	(250.788)
Total	(9.966.773)	10.290.748	(3.451.031)	-	(2.738.445)	-	(5.865.502)
Resultado bruto da intermediação financeira	5.368.557	3.415.527	(3.261.227)	(110.313)	(2.738.445)	104.123	2.778.223

	31/03/2021						
	Juros	Variação cambial	Ajuste ao valor justo	Resultado na alienação	Provisão para risco de crédito	Outros	Total
Receitas de intermediação financeira							
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	8.876.029	4.043.125	-	-	-	74.086	12.993.240
Operações de crédito	5.272.177	3.783.466	-	-	-	74.086	9.129.729
Repasses Interfinanceiros	2.440.949	246.344	-	-	-	-	2.687.293
Venda a prazo de TVM	11.180	13.315	-	-	-	-	24.495
Direitos recebíveis	5.663	-	-	-	-	-	5.663
Rendas de operações vinculadas ao Tesouro Nacional	1.146.060	-	-	-	-	-	1.146.060
Resultado com títulos e valores mobiliários	1.872.999	178.068	(225.623)	169.048	-	-	1.994.492
Aplicações interfinanceiras e Operações compromissadas	426.507	-	-	-	-	-	426.507
Títulos federais	1.065.754	-	(778.505)	169.048	-	-	456.297
Debêntures	316.960	-	557.515	-	-	-	874.475
Fundos mútuos de investimento	-	-	(4.633)	-	-	-	(4.633)
Títulos de renda fixa no exterior	63.778	178.068	-	-	-	-	241.846
Resultado com administração de fundos e programas	-	-	-	-	-	206.178	206.178
Total	10.749.028	4.221.193	(225.623)	169.048	-	280.264	15.193.910
Despesas de intermediação financeira							
Financiamentos e repasses	(7.175.063)	(6.902.305)	-	-	-	-	(14.077.368)
Depósitos interfinanceiros	(22)	-	-	-	-	-	(22)
Depósitos especiais	(132.584)	-	-	-	-	-	(132.584)
Operações compromissadas	(149.680)	-	-	-	-	-	(149.680)
Obrigações por emissão de debêntures e letras financeiras	(18.254)	-	-	-	-	-	(18.254)
Obrigações por empréstimos e repasses	(1.654.157)	(4.088.562)	-	-	-	-	(5.742.719)
Dívida subordinada	(5.211.457)	(2.813.743)	-	-	-	-	(8.025.200)
Despesas com operações vinculadas ao Tesouro Nacional	(8.909)	-	-	-	-	-	(8.909)
Resultado de derivativos - renda fixa	-	-	3.807.444	-	-	-	3.807.444
Constituição de provisão para perdas de crédito	-	-	-	-	1.189.753	-	1.189.753
Resultado da carteira de câmbio	-	45.978	-	-	-	-	45.978
Total	(7.175.063)	(6.856.327)	3.807.444	-	1.189.753	-	(9.034.193)
Resultado bruto da intermediação financeira	3.573.965	(2.635.134)	3.581.821	169.048	1.189.753	280.264	6.159.717

23. PARTES RELACIONADAS

O BNDES e suas subsidiárias têm relacionamento e realizam transações com entidades consideradas partes relacionadas, conforme definições contidas na IAS 24 – Divulgação sobre Partes Relacionadas.

23.1. Transações com o Tesouro Nacional

A União Federal, por meio do Tesouro Nacional, é o controlador integral do BNDES.

As operações envolvendo o Tesouro Nacional estão resumidas a seguir e as condições das transações estão descritas nas notas explicativas de cada grupo de contas:

	31/03/2022	31/12/2021
Ativo		
Títulos públicos federais (Nota 7.1)	97.645.012	87.646.614
Outros créditos com o Tesouro Nacional (Nota 23.1.1)	1.006.600	2.033.029
Passivo		
Obrigações por repasses no país (Nota 11.1. c)	99.073.080	101.318.093
Juros sobre instrumentos elegíveis ao capital principal (Nota 21.2)	1.407.467	1.057.871
Outras obrigações com o Tesouro Nacional	466	3.880
Patrimônio líquido		
Instrumentos elegíveis ao capital principal (Nota 21.2)	22.038.976	22.038.976

	31/03/2022	31/03/2021
Resultado		
Resultado com títulos públicos federais	1.966.093	456.297
Receitas com outros créditos - equalização	1.188.043	1.146.060
Despesas com operações de repasses	(517.350)	(1.897.998)
Despesas com outras obrigações - equalização	(180)	(8.909)

23.1.1. Créditos Específicos – Vinculados ao Tesouro Nacional

	31/03/2022	31/12/2021
Créditos decorrentes de equalização de taxa de juros	943.056	1.970.975
Outros créditos	63.544	62.054
Total	1.006.600	2.033.029

Os créditos perante o Tesouro Nacional são em sua maioria valores a receber a título de equalização de taxa de juros de programas incentivados pelo Governo Federal (Programa de Sustentação do Investimento – PSI, Pronaf, Revitaliza e Programas Agropecuários).

Trata-se da diferença entre o custo de captação em TJLP/TLP mais remuneração e as taxas fixas estabelecidas para o mutuário final. De acordo com a Portaria MF nº 950, de 24 de dezembro de 2015, os valores de equalização do Programa de Sustentação do Investimento - PSI serão apurados em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano e devidos em 1º de julho e em 1º de janeiro de cada ano.

A composição dos saldos é a seguinte:

	31/03/2022	31/12/2021
Valores Apurados em:		
2021	893.616	1.967.399
2020	45.445	521
Anteriores a 2020	3.995	3.055
Total	943.056	1.970.975

As movimentações desta rubrica foram as seguintes:

	31/03/2022			31/12/2021		
	PSI	Demais programas	Total	PSI	Demais programas	Total
Saldo no início do exercício	302.647	1.668.328	1.970.975	446.679	830.366	1.277.045
Valores apurados no período	152.251	1.033.791	1.186.042	625.315	4.122.564	4.747.879
Atualização Monetária	-	(977)	(977)	-	1.667	1.667
Recebimentos	(257.616)	(1.954.843)	(2.212.459)	(769.347)	(3.286.118)	(4.055.465)
Outras	(30)	(495)	(525)	-	(151)	(151)
Saldo no final do período	197.252	745.804	943.056	302.647	1.668.328	1.970.975

23.1.2. Responsabilidade subsidiária da União

Em conformidade com o Parecer n.º 1.124/1996 do Ministério do Planejamento e Orçamento, o BNDES, por sua condição de empresa integralmente controlada pelo Governo Federal, não está sujeito à decretação de falência, cabendo à União a responsabilidade subsidiária pelas obrigações contraídas pelo BNDES.

23.2. Transações com outras Entidades Governamentais

Além das operações com o seu acionista único, o BNDES mantém transações no curso de suas operações com outras entidades governamentais, portanto sob controle comum, como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, Petrobras, Eletrobras, Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, Fundo da Marinha Mercante – FMM e o Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC.

Os saldos das transações significativas com estas entidades estão resumidos a seguir:

	31/03/2022	31/12/2021
Ativo	56.086.272	59.333.538
Operações de créditos e repasses interfinanceiros	52.485.726	54.199.593
Provisão para perdas de crédito	(644.813)	(116.486)
Direitos a receber - Eletrobras	4.038.233	5.045.893
Outros	207.126	204.538
Passivo	381.085.508	384.932.221
Empréstimos e repasses no país	23.866.132	27.496.508
Fundos financeiros e de desenvolvimento	8.919.053	8.867.488
FAT Constitucional - dívidas subordinadas	340.612.118	340.713.933
FAT Depósito especial	6.389.443	6.641.264
Emissão de debêntures	1.006.637	1.104.756
Outros	292.125	108.272

23.3. Prestação de Serviços de Privatização e Concessão

O BNDES oferece Apoio técnico a Entes Públicos, visando promover parceria com a iniciativa privada para a execução de empreendimentos de interesse público, outras medidas de desestatizações ou soluções financeiras que viabilizem a participação de capital privado em investimentos públicos.

As condições para pagamento da remuneração do BNDES e ressarcimento dos gastos realizados com a contratação dos serviços técnicos especializados, bem como outros custos necessários à composição dos Projetos de Estruturação, são reguladas nos contratos de estruturação de projetos firmados com os clientes. Informações adicionais estão disponíveis no site: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/bndes-estruturacao-de-projetos>.

Adicionalmente, informações sobre processos de desestatização em andamento e encerrados, e demais informações podem ser consultadas no site: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/desestatizacao>.

Em 31 de março de 2022, o saldo de remuneração do BNDES, ressarcimento dos gastos e outros custos relacionados a prestação de serviços de privatização e concessão foram de R\$ 115.381 e a receita com os serviços foram de R\$ 44.333.

23.4. Transações com a Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES - FAPES

O BNDES e as empresas do Sistema não possuem transações com a FAPES, além daquelas relacionadas à gestão do Plano de Aposentadoria e Pensões e com o Fundo de Assistência Médica e Social. Os saldos em aberto com a FAPES, resumidos a seguir, encontram-se detalhados na Nota Explicativa n.º 19:

	31/03/2022	31/12/2021
Passivo		
Passivo atuarial - Plano de aposentadoria complementar (PBB)	1.457.005	1.920.688
Passivo atuarial - Plano de assistência e saúde (PAS)	3.520.839	3.634.405
Patrimônio líquido		
Ajuste de avaliação patrimonial - PBB	3.324.087	2.912.984
Ajuste de avaliação patrimonial - PAS	692.239	495.921

	31/03/2022	31/03/2021
Despesas		
PBB	(50.532)	(124.740)
PAS	(77.337)	(106.583)

23.5. Transações com coligadas

O BNDES, por meio de sua subsidiária BNDESPAR, possui investimentos em empresas coligadas, conforme detalhado na Nota Explicativa n.º 9. Além dos aportes de capital nas investidas e do recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio, o BNDES e suas subsidiárias têm outras operações de concessão de crédito com essas empresas.

Essas operações com as investidas têm as mesmas condições daquelas operações realizadas com outras entidades, não produzindo efeitos diferentes em relação às demais nos resultados e na posição financeira do BNDES.

Os saldos das transações com estas entidades estão resumidos a seguir:

	31/03/2022	31/12/2021
Ativo		
Direitos e recebíveis	186.991	187.110
Provisão para perdas de crédito	(176.999)	(176.784)

23.6. Remuneração de empregados e dirigentes

O sistema BNDES possui Conselho de Administração e Fiscal unificado para o BNDES, FINAME e BNDESPAR desde 2020.

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da Administração do Sistema BNDES (membros da Diretoria Executiva, dos Conselhos de Administração, do Comitê de Auditoria, do Comitê de Riscos e dos Conselhos Fiscais):

	31/03/2022	31/03/2021
Benefícios de curto prazo:		
Honorários, benefícios e encargos	4.059	4.007
RVA (Parcela à vista)	-	-
Benefícios pós emprego:		
Remuneração compensatória - quarentena	158	-
Benefícios de Longo Prazo:		
RVA (Parcelas diferidas)	-	-
Benefícios de Rescisão de Contrato de Trabalho:		
Férias proporcionais e indenizadas	-	-

O Sistema BNDES não possui remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

O BNDES e suas subsidiárias não concedem empréstimos ao pessoal-chave da Administração. Essa prática é proibida a todas as instituições financeiras sob a supervisão do BACEN.

Estão destacadas, abaixo, as informações relativas às maiores e menores remunerações (salário fixo mensal, sem encargos) pagas ao pessoal-chave da administração e aos empregados no período:

	31/03/2022		31/12/2021	
	Administração	Empregados	Administração	Empregados
Maior Salário	80,84	85,21	80,84	85,21
Menor Salário	8,10	4,66	8,10	4,20
Salário Médio	35,46	36,46	34,97	33,25

23.7. Participação nos lucros

Movimentação dos saldos provisionados para participação nos lucros e resultados:

	31/03/2022		31/12/2021	
	Administração	Empregados	Administração	Empregados
Saldo no início do exercício	4.333	247.178	4.210	247.735
Ajustes (valor prov. / exerc. anteriores)	-	-	(157)	(21.624)
Pagamentos realizados	-	-	(2.100)	(226.111)
Ajuste provisão RVAs – diferidas ⁽¹⁾	-	-	237	-
Provisão do período	-	-	2.143	251.427
Saldo no final do período	4.333	247.178	4.333	251.427

⁽¹⁾ O ajuste dos valores diferidos pode decorrer da redução do montante a ser pago com base na apuração do lucro líquido do ano de referência do pagamento; e da atualização pela variação do patrimônio líquido em referência ao ano anterior.

De acordo com a Política de Remuneração Variável Anual (RVA) do Sistema BNDES, estabelecida em observância à Resolução CMN n.º 3.921/2010, a participação nos lucros e resultados dos membros da Diretoria Executiva (dirigentes) é paga em espécie, sendo, pelo menos, 40% diferida para pagamento em exercícios futuros. O período de diferimento deve ser de, no mínimo, três anos, e os pagamentos devem ser efetuados de forma escalonada em parcelas proporcionais.

Aos membros dos conselhos de administração e fiscal é vedado o recebimento de participação nos resultados, conforme lei nº 9.292, de 12 de julho de 1996.

Cronograma de pagamentos da Remuneração Variável Anual (RVA) dos dirigentes do Sistema BNDES:

RVA	31/03/2022	31/12/2021
2022	2.282	2.282
2023	976	976
2024	718	718
2025	357	357
Total	4.333	4.333

24. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

Conforme metodologia descrita na Nota Explicativa n.º 32.4, apresentamos a seguir as informações por segmento de negócios do Sistema BNDES.

	31/03/2022				
	Financia- mentos	Participações societárias	Tesouraria / ALM	Não alocado	Totais
Receita com Operações de Crédito e Repasses	10.910.151	-	-	-	10.910.151
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	216.394	-	4.526.104	-	4.742.498
Despesas de Captação	(8.633.386)	(1.797.431)	114.474	-	(10.316.343)
Efeito Líquido do Câmbio	-	-	(406.598)	-	(406.598)
PRODUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.493.159	(1.797.431)	4.233.980	-	4.929.708
Resultado de Provisão para Risco de Crédito	(38.445)	-	297.780	-	259.335
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.454.714	(1.797.431)	4.531.760	-	5.189.043
Resultado com Participações Societárias	-	14.850.741	-	-	14.850.741
Despesas Administrativas e com Pessoal	(538.658)	(66.512)	(31.918)	-	(637.088)
Outras receitas (despesas), líquidas	(388.951)	(67.739)	(37.118)	-	(493.808)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.527.105	12.919.059	4.462.724	-	18.908.888
Tributos sobre o Lucro	(681.653)	(3.001.577)	(1.706.826)	(616.888)	(6.006.944)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	845.452	9.917.482	2.755.898	(616.888)	12.901.944
ATIVOS	444.353.074	84.077.821	203.328.962	17.933.443	749.693.300
Investimentos em coligadas (MEP)		1.888.665			1.888.665

	31/03/2021				
	Financia- mentos	Participações societárias	Tesouraria / ALM	Não alocado	Totais
Receita com Operações de Crédito e Repasses	9.156.293	-	-	-	9.156.293
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	310.982	-	2.037.361	-	2.348.343
Despesas de Captação	(6.775.178)	(327.327)	(78.613)	-	(7.181.118)
Efeito Líquido do Câmbio	-	-	87.498	-	87.498
PRODUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.692.097	(327.327)	2.046.246	-	4.411.016
Resultado de Provisão para Risco de Crédito	673.454	-	(241.320)	-	432.134
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.365.551	(327.327)	1.804.926	-	4.843.150
Resultado com Participações Societárias	-	11.670.353	-	-	11.670.353
Despesas Administrativas e com Pessoal	(469.627)	(50.973)	(39.182)	-	(559.782)
Outras despesas, líquidas	(349.378)	(667.935)	49.615	-	(967.698)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	2.546.546	10.624.118	1.815.359	-	14.986.023
Tributos sobre o Lucro	(1.136.724)	(3.173.968)	(750.048)	(117.682)	(5.178.422)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	1.409.822	7.450.150	1.065.311	(117.682)	9.807.601
ATIVOS	461.339.817	63.628.512	191.562.131	20.706.560	737.237.020
Investimentos em coligadas (MEP)		10.931.447			10.931.447

25. GESTÃO DE RISCOS

25.1. Gerenciamento de Riscos, Controle Interno e Segurança da Informação

Em conformidade com os normativos internos e externos e baseado nos objetivos estabelecidos pela Alta Administração, a Área de Gestão de Riscos (AGR) e a Área de Integridade e Compliance (AIC) do BNDES são responsáveis por:

- Definir e propor à Diretoria e ao Conselho de Administração as diretrizes gerais de gestão de riscos, controle interno e segurança da informação para o Sistema BNDES;
- Monitorar as perdas financeiras potenciais decorrentes dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional em relação aos níveis de exposição aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração;

- Analisar os requerimentos futuros de consumo de capital regulatório, capital econômico e a projeção da provisão para devedores duvidosos de acordo com o perfil de risco projetado no plano estratégico do Sistema BNDES;
- Analisar a evolução das provisões para devedores duvidosos e os seus impactos no resultado do Sistema BNDES;
- Avaliar a qualidade do sistema de controle interno do Sistema BNDES, a definição de responsabilidades, a segregação de funções, os riscos envolvidos e a conformidade dos processos aos normativos internos e externos, propondo medidas para o seu aprimoramento;
- Disseminar a cultura de gestão de riscos, controle interno e segurança da informação no âmbito do Sistema BNDES;
- Manter e aperfeiçoar o Sistema de Gestão de Continuidade de Negócios do Sistema BNDES;
- Desenvolver e monitorar o Sistema de Gestão de Appetite ao Risco do Sistema BNDES; e
- Promover o tratamento, o acompanhamento e a governança dos riscos cibernéticos.

O gerenciamento de risco no BNDES é um processo evolutivo. Os trabalhos são desenvolvidos de modo a promover o contínuo aprimoramento das políticas, processos, critérios e metodologias de gestão de riscos, de controle interno e de segurança da informação.

Compõem a estrutura de gerenciamento desses temas no BNDES: Conselho de Administração; Diretoria; *Chief Risk Officer* (CRO); Comitê de Auditoria, Comitê de Riscos; Comitês de Gestão de Risco de Mercado, de Risco de Crédito e de Risco Operacional, Controle Interno e Integridade, Comitê de Segurança da Informação, Comitê e Subcomitê de Contingência; além de unidades dedicadas ao gerenciamento de riscos, controle interno e segurança da informação.

Cabe destacar que, em linha com o que é exigido na Resolução CMN nº 4.557/2017, que aborda a implementação de estruturas de gestão de capital para assegurar que as instituições mantenham nível de capital suficientemente prudente, desenvolvam e utilizem melhores técnicas nos processos de monitoramento e gerenciamento de seus riscos, bem como planejem de forma consistente suas necessidades futuras de capital, o BNDES definiu sua estrutura organizacional de gerenciamento de capital com a seguinte composição: (i) Área Financeira (AF), responsável por elaborar o Plano de Capital do BNDES; (ii) AGR, responsável por elaborar o relatório ICAAP, que contém o cálculo de necessidade de capital para cobertura dos riscos aos quais o BNDES está exposto, bem como simulações de eventos severos e de condições extremas de mercado ("teste de estresse"); (iii) AIC, responsável por estimar o risco operacional que compõe a necessidade de capital; (iv) Área de Planejamento (AP), responsável pela estratégia e diretrizes para o perfil de atuação do BNDES; (v) Unidade de Validação (UVAL/AIC), responsável pela elaboração do relatório de validação independente do ICAAP; e (vi) Área de Auditoria Interna (AT), que deve avaliar periodicamente o processo de gerenciamento de capital do Banco.

Atendendo às diretrizes dispostas na Resolução BACEN nº 54/2020 para a divulgação de informações referentes à gestão de riscos, o BNDES divulga trimestralmente o Relatório de Pilar 3, que se encontra disponível para acesso no endereço a seguir. As informações contidas nesse documento não fazem parte das demonstrações financeiras.

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/relacoes-com-investidores/governanca-corporativa/relatorios-de-governanca/relatorio-pilar3/>.

25.1.1. Risco Operacional, Controle Interno e Segurança da Informação

O BNDES adota o conceito definido na Resolução CMN nº 4.557/2017, pelo qual risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas. Conforme essa definição, o risco operacional inclui o risco legal. Também é gerenciado o risco cibernético, que trata de risco de segurança da informação que envolve ativo de tecnologia da

informação e que pode implicar em perdas resultantes de incidentes cibernéticos. Já o controle interno é um processo desenvolvido para mitigar riscos e executado em todos os níveis da Instituição, tendo grande importância na gestão destes riscos.

Em linha com o arcabouço legal, o BNDES possui vários processos e instrumentos visando o adequado gerenciamento dos riscos operacionais, que contempla atividades de identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento de riscos, com seus respectivos controles. Adicionalmente, a unidade de gestão de risco operacional e controle interno desenvolve atividades de avaliação da qualidade do sistema de controle interno, gestão da continuidade de negócios, gestão do risco cibernético, alocação e avaliação da suficiência do capital regulamentar, além de manter um processo contínuo de comunicação e disseminação da cultura de risco, controle interno e segurança da informação.

A mitigação dos riscos cibernéticos é realizada no âmbito da execução de atividades permanentes conduzidas pela Gerência de Segurança da Informação, dentre as quais destacam-se o levantamento recorrente e semiautomatizado de vulnerabilidades em ativos de tecnologia da informação, o monitoramento de eventos de segurança cibernética e o tratamento de incidentes de segurança da informação. Todos esses processos são parte do Sistema de Gestão de Segurança da Informação e estão alinhados ao Plano Estratégico de Segurança da Informação. Este Plano, construído a partir de um diagnóstico que observou, entre outros aspectos, os riscos cibernéticos mais significativos no contexto do BNDES e a maturidade do Banco na adoção dos controles definidos em frameworks de mercado, em especial o CIS Controls, estabelece, além de objetivos, indicadores e metas para segurança da informação, as necessidades e as ações para seu atingimento. O aprimoramento e a ampliação da gestão de riscos de segurança da informação constituem uma das oito necessidades priorizadas no Plano.

Todas as atividades se baseiam em metodologias definidas com base nas Políticas Corporativas de Gestão de Risco Operacional e Controle Interno, de Gestão de Continuidade de Negócios e de Segurança da Informação, aprovadas pelo Conselho de Administração, que estabelecem o conjunto de princípios, papéis e responsabilidades relativos aos temas no Sistema BNDES. Outro instrumento relevante é a Declaração de Apetite a Risco do Sistema BNDES, que orienta o tratamento dos riscos por meio de seus limites quantitativos e qualitativos.

O fortalecimento da cultura de riscos operacionais, de controle interno e de segurança da informação na Instituição é suportado por um plano de comunicação desenvolvido com o objetivo de direcionar ações que incluem treinamentos, elaboração de guias e inserções na mídia interna, bem como a disponibilização de informações na *Intranet*.

Mensuração do Risco Operacional

O BNDES utiliza atualmente a Abordagem do Indicador Básico como a metodologia de cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco referente ao risco operacional (RWA_{OPAD}), conforme procedimentos estabelecidos na Circular BACEN nº 3.640/2013.

A parcela RWA_{OPAD} passou de R\$ 59.208.432, em 31 de dezembro de 2021, para R\$ 61.134.468, em 31 de março de 2022. O aumento da parcela ocorreu em função do aumento significativo do Indicador de Exposição (IE) referente ao 2º semestre de 2021, considerado apenas na apuração da parcela em vigor em 31 de março de 2022, em contraste com o IE referente ao 2º semestre de 2018, que deixou de ser considerado no cálculo (a apuração da parcela considera os últimos 6 semestres). O IE corresponde à soma dos valores das receitas de intermediação financeira e das receitas com prestação de serviços, deduzidas as despesas de intermediação financeira.

25.1.2. Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes da alteração nos valores de mercado de posições ativas e passivas detidas pela instituição, dentre as quais se incluem os riscos das operações sujeitas à variação da cotação de moeda estrangeira, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços de mercadorias (*commodities*). Atualmente, o BNDES está exposto a risco de taxa de juros, de cotação de moeda estrangeira e de preço de ações.

A Política Corporativa de Gestão de Risco de Mercado do Sistema BNDES, aprovada pelo Conselho de Administração, e a estrutura de gerenciamento do risco de mercado definem o conjunto de metodologias, procedimentos, limites, instrumentos e responsabilidades aplicáveis no controle permanente dos processos internos da Instituição, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Mensuração do Risco de Mercado e Governança

Para a aplicação das métricas e análises de risco definidas pelo regulador, a carteira de instrumentos financeiros do BNDES é segregada em carteira de negociação e de não negociação, de acordo com algumas premissas.

A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com a intenção de negociação ativa e frequente ou destinadas a *hedge* de outros elementos da carteira de negociação e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à (i) revenda; (ii) obtenção de benefício dos movimentos de preços, efetivos ou esperados; ou (iii) realização de arbitragem. A carteira de não negociação corresponde aos instrumentos financeiros que não fazem parte da carteira de negociação. As técnicas de gerenciamento de riscos podem variar conforme essa classificação de risco.

Gerencialmente, o Sistema BNDES apura os riscos de juros, câmbio e preços utilizando as métricas VaR (*Value at Risk*), Teste de Estresse, análise de sensibilidade e análise de descasamento por fator de risco. Somado a isso, são aplicadas as metodologias designadas pelo regulador em sua modelagem padronizada. Duas métricas são utilizadas para avaliar o risco de taxa de juros para a carteira de não negociação: *Economic Value Of Equity* (EVE) e *Net Interest Income* (NII). O valor do risco de taxa de juros da carteira de não negociação para fins regulatórios, obedecendo a diretrizes explicitadas na Circular BACEN n.º 3.876/2018 e suas alterações posteriores, é resultado de uma ponderação entre os valores apurados pelo EVE e pelo NII. Por fim, as medidas de risco são analisadas por meio de relatórios diários ou mensais, a depender de sua finalidade e alçada decisória.

Quanto à governança, o sistema BNDES dispõe de diferentes comitês para discutir sobre assuntos ligados a risco de mercado, formados por níveis hierárquicos distintos. Além disso, está em vigor estrutura de limites de risco de mercado e alertas que controlam os riscos das carteiras, permitindo o alinhamento com o perfil de risco estipulado nos comitês.

Indicador de risco para operações marcadas a mercado no Balanço e operações cambiais

O BNDES monitora e controla diariamente o risco de mercado de operações marcadas a mercado no Balanço Patrimonial da Instituição. A métrica utilizada nesse monitoramento e controle é um VaR Paramétrico com volatilidade EWMA, fator de decaimento de 0,95, confiança de 99% e *holding period* de 1 dia útil.

Os valores para 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021, segregados por fator de risco, são apresentados na tabela abaixo:

Fatores de risco	31/03/2022	31/12/2021
Juros	97.109	144.301
Câmbio	18.845	9.090
Ações	2.212.813	2.010.810
Efeito Diversificação	(104.496)	(139.132)
VaR total	2.224.271	2.025.069

Risco de taxa de juros da Carteira de Não Negociação

O BNDES utiliza duas metodologias para apurar o risco de juros da carteira bancária: *Net Interest Income* (NII) e *Economic Value of Equity* (EVE). A metodologia NII mede o efeito de variações nas taxas de juros nos resultados contábeis, enquanto a metodologia EVE mede a variação do valor econômico da carteira após a aplicação dos choques nas taxas de juros.

As duas metodologias são complementares na avaliação dos riscos. Enquanto o NII quantifica os riscos em cenário de continuidade da atividade da Instituição, o EVE mede o risco em um cenário de ruptura.

A tabela a seguir apresenta os valores de risco de taxa de juros da carteira bancária segundo as métricas *Net Interest Income* (NII) e *Economic Value of Equity* (EVE), para 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

Métrica	31/03/2022	31/12/2021
Δ EVE	3.942.803	9.153.054
Δ NII	1.885.561	923.129
IRRBB (Total)	1.885.561	1.502.515

Ativos Ponderados pelo Risco referente à Parcela de Risco de Mercado (RWA_{MPAD}) e Parcela de Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária (IRRBB)

O BNDES calcula diariamente a parcela de capital regulatório relativo à de risco de mercado (RWA_{MPAD}) e mensalmente o risco de taxa de juros da carteira bancária (IRRBB) como uma combinação entre o EVE e o NII. Os componentes da parcela de risco de mercado e os valores do IRRBB são apresentados na tabela a seguir:

Detalhamento RWA_{MPAD}	31/03/2022	31/12/2021
RWA_{JUR1}	366.933	498.658
RWA_{JUR2}	-	-
RWA_{JUR3}	1.182.592	1.430.217
RWA_{CAM}	33.991.060	19.550.496
Total parcela RWA_{MPAD}	35.540.585	21.479.371
IRRBB	1.885.561	1.502.515

Os riscos de mercado oriundos da carteira de ações (RWA_{ACS}) e de commodities (RWA_{COM}) foram nulos ao final dos exercícios analisados, visto que o BNDES não possui exposições a ações em sua carteira de negociação e não possui exposição a *commodities*.

Os riscos de mercado oriundos da carteira cambial apresentaram um aumento no período analisado. Esse aumento se deve principalmente à inclusão de operações no escopo do FMM (Fundo da Marinha Mercante) e da carteira de empréstimos inadimplentes do FGE. Com referência ao FMM, o BNDES é o agente financeiro do fundo e, no passado, interpretava-se que o risco de mercado inerente a esses contratos não era do BNDES e, portanto, não deveria ser computado pela Instituição. Entretanto, o BNDES revisitou o tema e concluiu que o FMM deveria fazer parte de suas análises de risco. Dessa forma, após a implementação do novo sistema de risco em fevereiro de 2022, os contratos do FMM passaram a ser contabilizados no RWA de Risco de Mercado, apresentando um incremento na exposição cambial e, consequentemente, no RWA_{cam} .

Exposição a risco de mercado

Apresentamos a seguir quadro comparativo contendo as exposições a risco de taxas de juros, risco de câmbio e risco de preços, para 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

Grupo de Risco	Instrumento Financeiro / Fator de Risco	31/03/2022	31/12/2021
Operações de renda fixa			
Juros	Selic / DI	67.788.152	60.821.617
Juros	TJLP	(13.554.423)	(13.808.548)
Juros	Prefixado	4.342.608	4.465.340
Juros	IGPM	757.395	768.979
Juros	IPCA	5.444.162	5.106.961
Juros	TR	(6.467.226)	(6.357.700)
Câmbio	Moeda Estrangeira	(70.160)	(758.336)
Operações de renda variável			
Preços	Ações	74.029.889	51.511.862
Preços	Debêntures Conversíveis em ações	541.319	490.577
Preços	Opções de ações	773.868	683.389

Análise de sensibilidade

Sob orientação da Resolução BACEN n.º 02/2020, apresentamos o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros presentes nas operações do BNDES, que descreve os riscos inerentes a estas operações, e que podem gerar perdas financeiras/econômicas para o BNDES. A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros considerou o efeito tributário incidente sobre o lucro/prejuízo das operações de renda fixa e variável.

Os cenários II e III aplicam os choques de 25% e de 50% (na direção da perda) sobre dados de mercado. As tabelas a seguir apresentam os resultados desse período para a posição de 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

Grupo de Risco	Instrumento Financeiro / Fator de Risco	Risco	31/03/2022		
			Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Operações de renda fixa					
Juros	Selic / DI	Alta Selic / DI	(430.460)	(1.137.486)	(1.895.810)
Juros	TJLP	Alta TJLP	38.467	(152.528)	(305.056)
Juros	Prefixado	Queda PRE	(33.295)	(6.659)	(11.098)
Juros	IGPM	Queda IGPM	(2.303)	(7.939)	(13.231)
Juros	IPCA	Queda IPCA	(11.623)	(46.377)	(77.294)
Juros	TR	Alta TR	14.571	(13.887)	(27.774)
Câmbio	Moeda Estrangeira	Queda USD	(4.912)	(11.576)	(23.153)
Operações de renda variável					
Preços	Ações	Queda nas cotações	8.190.396	(12.214.932)	(24.429.863)
Preços	Debêntures conversíveis em ações	Queda nas cotações	-	135.280	264.998
Precos	Opções de ações	Queda nas cotações	-	(308.063)	(604.961)

Grupo de Risco	Instrumento Financeiro / Fator de Risco	Risco	31/12/2021		
			Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Operações de renda fixa					
Juros	Selic / DI	Alta Selic / DI	(230.824)	(946.957)	(1.578.262)
Juros	TJLP	Alta TJLP	(50.125)	(138.527)	(277.055)
Juros	Prefixado	Queda PRE	(34.051)	(6.810)	(11.350)
Juros	IGPM	Queda IGPM	(5.006)	(6.574)	(10.956)
Juros	IPCA	Queda IPCA	(13.224)	(37.564)	(62.607)
Juros	TR	Alta TR	(21.155)	(14.223)	(28.446)
Câmbio	Moeda Estrangeira	Queda USD	(1.776)	(125.125)	(250.251)
Operações de renda variável					
Preços	Ações	Queda nas cotações	5.871.630	(8.499.457)	(16.998.915)
Preços	Debêntures conversíveis em ações	Queda nas cotações	-	(121.642)	(228.297)
Precos	Opções de ações	Queda nas cotações	-	(280.695)	(531.407)

As perdas potenciais indicadas nos exercícios de deterioração da variável de risco consideradas na análise de sensibilidade, em cumprimento da Resolução BACEN n.º 02/2020, inclusive aquelas relacionadas a instrumentos derivativos originados naturalmente no âmbito das operações de apoio financeiro por intermédio de instrumentos de renda variável, não refletem a percepção dos riscos de mercado do BNDES no âmbito da estruturação e contratação das operações; não correspondem a prováveis ônus financeiros e econômicos da Instituição; e também não representam impactos prováveis de ocorrer no resultado do sistema BNDES, são apresentadas para fins de referência.

25.1.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez corresponde à possibilidade de a instituição (i) não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e (ii) não conseguir negociar ativos a preço de mercado, devido ao tamanho elevado de suas posições em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A Política Corporativa de Gestão de Risco de Liquidez do Sistema BNDES, aprovada pelo Conselho de Administração, e a estrutura de gerenciamento do risco de liquidez definem o conjunto de metodologias, procedimentos, limites, instrumentos e responsabilidades aplicáveis no controle permanente dos processos internos da Instituição, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As operações financeiras de tesouraria no BNDES são realizadas com objetivo de apoiar a sua missão principal, de prover recursos para as empresas por meio de operações de crédito e de participações no mercado de capitais, se caracterizando, dessa forma, como uma atividade intermediária para projeção e aplicação de recursos de longo prazo. As rotinas das operações de tesouraria estão voltadas à gestão do fluxo de caixa e administração das posições proprietárias, em cumprimento à Política Financeira do BNDES. A gestão de liquidez do BNDES determina que o volume de caixa mínimo deve ser equivalente, no mínimo, à soma das despesas de capital, administrativas e tributárias do mês subsequente. Além do caixa mínimo, o BNDES trabalha com outro buffer de liquidez, a reserva de estabilização dos desembolsos, que visa garantir as saídas de caixa para fins de desembolsos do BNDES por um determinado número de meses estipulado pela Diretoria da Instituição.

O BNDES monitora seu risco de liquidez utilizando três indicadores, que buscam cobrir, tanto risco no curto prazo, quanto no longo prazo. Para acompanhamento do risco de liquidez de curto prazo, são calculados dois indicadores inspirados nas orientações associadas à implementação de Basileia III no Brasil. O primeiro índice é o *Liquidity Coverage Ratio* (LCR), que mede a capacidade de a instituição financeira cobrir, com ativos de alta liquidez, saídas líquidas de caixa. O indicador é calculado como a razão entre os ativos de alta liquidez e as saídas líquidas de caixa. O segundo índice, o Índice de Caixa Mínimo (ICM), estende o horizonte de análise do LCR de 1 para 6 meses. Destaca-se que, a partir de janeiro de 2021, a metodologia de cálculo dos indicadores de curto prazo foi revisada de forma que hoje se utiliza diferentes cenários de estresse no cálculo. Além disso, o horizonte de análise dos índices, passou de 1 a 3 meses para 1 a 6 meses.

Para o acompanhamento do risco de liquidez de longo prazo, a unidade de gestão de riscos replica a metodologia do *Net Stable Funding Ratio* (NSFR ou Índice de Liquidez de Longo Prazo), proposto no Acordo de Basileia III. O Índice de Liquidez de Longo Prazo, NSFR, é calculado como a razão entre passivos longos e ativos ilíquidos. Para os três indicadores, recomenda-se que seus valores sejam superiores a 1.

A tabela a seguir apresenta os valores desses indicadores para 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

Indicadores de Risco de Liquidez	31/03/2022	31/12/2021
<i>Liquidity Coverage Ratio</i> (LCR)	40,1	26,6
Índice de Caixa Mínimo - 6 meses (ICM)	5,7	6,4
<i>Net Stable Funding Ratio</i> (NSFR)	1,37	1,4

A divulgação dos saldos dos instrumentos financeiros por período de vencimento está apresentada na Nota Explicativa nº 4.5.

25.1.4. Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco associado à possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes: (i) do não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, (ii) à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, (iii) à redução de ganhos ou remunerações, (iv) às vantagens concedidas nas renegociações, ou (v) aos custos de recuperação.

Objetivos, Políticas e Processos

O objetivo primordial do processo de gerenciamento de risco de crédito é o de garantir que as diferentes exposições a risco de crédito estejam alinhadas às metas definidas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, bem como estejam em consonância com os requisitos prudenciais estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional. Atualmente, foram definidos limites de exposição e metas de concentração, rentabilidade, inadimplimento, entre outros.

A identificação, avaliação e monitoramento das exposições a risco de crédito são realizados tanto individualmente, para cada subsidiária do Sistema BNDES, como também em termos consolidados. O processo busca assegurar que

a comunicação acerca de eventuais exceções às políticas, procedimentos e limites seja realizada tempestivamente à Alta Administração, de modo a possibilitar a implementação das ações mitigadoras ou corretivas apropriadas a cada caso.

A Política Corporativa de Gestão de Risco de Crédito, alinhada aos princípios da Resolução CMN nº 4.557/17, e suas alterações posteriores, formaliza o processo de gestão de risco de crédito do BNDES e de suas subsidiárias no Brasil e no exterior, estabelecendo responsabilidades, princípios, diretrizes, processos e procedimentos relacionados à gestão dos riscos de crédito aos quais o BNDES está exposto. As políticas são aprovadas e revisadas anualmente pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

A gestão de risco de crédito no BNDES permeia todo o processo de concessão, monitoramento, cobrança e recuperação de crédito associado a cada um dos projetos de financiamento.

Um maior detalhamento das políticas e processos relacionados à gestão de risco de crédito poderá ser obtido por meio do Relatório de Pilar 3 citado na introdução desta nota de gerenciamento de riscos. O documento apresenta uma breve descrição das principais etapas do fluxo de tramitação dos projetos de financiamento, descreve as principais atividades do processo de gerenciamento de risco de crédito, dentre outras informações da carteira de crédito do Conglomerado Prudencial.

Mensuração do risco de crédito

O BNDES mensura o risco de crédito com base na abordagem padronizada, conforme estabelecido pelas Circulares Bacen nº 3.644/13 e nº 3.809/16. As exposições a risco de crédito são mensalmente calculadas obedecendo às determinações da orientação normativa. Cabe destacar que, além da carteira de créditos da Instituição, estão inseridos na parcela do capital regulamentar referente ao risco de crédito (RWA_{CPAD}) outros ativos financeiros como títulos e valores mobiliários, *swaps* e operações compromissadas.

A tabela a seguir apresenta a apuração da parcela a risco de crédito com base em metodologia padronizada (RWA_{CPAD}). Os montantes são apresentados com base no Conglomerado Prudencial do Sistema BNDES.

	31/03/2022	31/12/2021
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	974.518	396.137
Títulos e Valores Mobiliários	87.666.451	63.942.283
Repasse Interfinanceiros	79.026.404	78.561.707
Operações de Crédito	207.952.430	211.366.895
Outros Direitos a receber	4.566.888	1.308.108
Investimentos e Imobilizado de Uso	2.131.967	11.448.385
Compromissos de Crédito e Saldos a liberar	14.234.315	10.990.973
Créditos Tributários	10.570.263	11.245.396
Demais itens do RWA_{CPAD}	4.902.552	3.722.442
Exposição TOTAL da parcela do RWA_{CPAD}	412.025.788	392.982.326

Adicionalmente ao cálculo do capital regulamentar, o BNDES elabora estimativas para os diferentes componentes do risco da carteira de créditos, com vistas a avaliar potenciais perdas financeiras: probabilidade de inadimplência da contraparte (PD), exposição em caso de inadimplência (EAD) e perda dada a inadimplência (LGD). A probabilidade de inadimplência por faixa de risco é estimada com base na frequência histórica, e as taxas de recuperação são calculadas a partir dos fluxos de recebimentos identificados para os contratos inadimplentes. São estimados ainda matrizes de migração de estados e o valor em risco para a carteira de créditos, atualmente estimado por metodologias analíticas e por simulação.

Controle do Limite de Risco de Crédito

O BNDES monitora os limites de exposição estabelecidos em normativos internos e externos. Os limites de exposição por cliente e setor público estabelecidos, respectivamente, por meio das Resoluções CMN nº 2.844/2001 e nº 4.589/17, e suas alterações posteriores, são monitorados e inseridos em informes periódicos de distribuição interna. De modo semelhante, são monitorados os limites setoriais definidos pela Diretoria do BNDES e apurados diversos indicadores relacionados à carteira do BNDES como inadimplência e créditos baixados como prejuízo, qualidade da carteira e provisionamento, concentração por grupo econômico e por setor de atividade, mitigadores de

risco, dentre outros. Os indicadores produzidos são analisados e inseridos no Informe de Gestão de Risco de Crédito, enviado mensalmente ao Comitê de Gestão de Riscos.

Garantias e política de mitigação do risco de crédito

As perdas potenciais de crédito são mitigadas pela utilização de diversos tipos de garantias exigidas pelo BNDES em suas operações de colaboração financeira, tais como: hipoteca, penhor, propriedade fiduciária, fiança, aval, vinculação ou cessão em garantia.

Para o cálculo do capital regulamentar, o BNDES utiliza apenas parte das garantias recebidas nas operações de crédito diretas e indiretas como mitigadores de risco de crédito, conforme discriminado a seguir.

Descrição do Mitigador	Posição Mitigada	
	31/03/2022	31/12/2021
Garantia prestada pelo Tesouro Nacional	38.263.740	40.011.749
Garantia Prestada pelo Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação do Município (FPM) ⁽²⁾	2.725.895	2.925.150
Garantias das Instituições financeiras ou demais Instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen	10.457.261	9.550.689
Títulos Públicos Federais, caso não haja descasamento entre as moedas em que são denominados ou indexados a exposição e o respectivo colateral financeiro	1.200.694	1.410.366
Total	52.647.590	53.897.954

⁽¹⁾ A Circular BACEN nº 3.877 revogou o dispositivo da Circular BACEN nº 3.809 que autorizava a utilização dos Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM) como mitigadores para fins de RWACPAD. A utilização deste mitigador ficou restrita aos contratos aprovados até a data da publicação do normativo.

Exposição dos Ativos Financeiros ao Risco de Crédito

A exposição ao risco de crédito total, sem a aplicação de mitigadores de risco ou provisões para risco de crédito, é detalhada a seguir:

	31/03/2022	31/12/2021
Ativos Financeiros		
Ao Custo Amortizado		
Títulos e Valores Mobiliários	7.825.661	6.290.758
Operações de crédito	291.376.786	296.775.995
Repasse Interfinanceiros	163.040.785	162.498.232
Outros Créditos	1.685.864	1.664.265
Ao Valor Justo por meio do Resultado		
Títulos e Valores Mobiliários	78.842.665	67.721.578
Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		
Títulos e Valores Mobiliários	105.705.244	85.401.103
Compromissos a Liberar em até 360 dias	74.694.981	69.672.490
Total	723.171.986	690.024.421

A divulgação da concentração de riscos de ativos financeiros com exposição ao risco de crédito está apresentada na Nota explicativa nº 4.6.

A reconciliação das perdas de crédito esperadas segregadas em estágios está apresentada na Nota explicativa nº 6.4.

25.2. Apuração dos requisitos de capital

O quadro a seguir mostra os requerimentos mínimos de capital introduzidos pela Resolução CMN n.º 4.193/2013.

	Fórmulas	31/03/2022	31/12/2021
I- Fator "F" do PR	PR / RWA	8,0%	8,0%
Capital Principal	Capital Principal / RWA	4,5%	4,5%
Nível I	Nível I / RWA	6,0%	6,0%
II- Adicional de Capital Principal (ACP)	ACP / RWA	2,0%	2,0%
Conservação	ACP Conservação / RWA	2,0%	2,0%
Contracíclico	ACP Contracíclico / RWA	0,0%	0,0%
Fator "F" do PR + ACP	(PR + ACP) / RWA	10,0%	10,0%
Capital Principal + ACP	(Capital Principal + ACP) / RWA	6,5%	6,5%
Nível I + ACP	(Nível I + ACP) / RWA	8,0%	8,0%

Mensuração do Capital Regulamentar

O Capital Regulamentar do Conglomerado Prudencial é apresentado a seguir:

CAPITAL REGULAMENTAR - Consolidado	31/03/2022	31/12/2021
Patrimônio de Referência (PR)	200.999.329	190.283.623
Nível I	164.124.041	148.140.436
Capital Principal	164.124.041	148.140.436
Patrimônio Líquido	142.421.980	126.997.024
Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal	22.038.976	22.038.976
Ajustes Prudenciais	(336.915)	(895.564)
Ágios Pagos	-	(587.408)
Ativos Intangíveis	(5.102)	(6.131)
Diferença a Menor – Ajustes da Resolução 4.277/13	(331.813)	(302.025)
Nível II	36.875.288	42.143.187
Dívidas subordinadas – FAT constitucional ⁽¹⁾	36.875.288	42.143.187

	31/03/2022	31/12/2021
Total dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) ⁽²⁾	508.700.841	473.670.129
Risco de crédito (RWA _{CPAD})	412.025.788	392.982.326
Risco de mercado (RWA _{MPAD})	35.540.585	21.479.371
Risco operacional (RWA _{OPAD})	61.134.468	59.208.432
Risco Bancário (R _{BAN})	1.885.561	1.502.515
Total	510.586.402	475.172.644

	31/03/2022	31/12/2021
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) ⁽³⁾	40.696.067	37.893.610
Margem de Compatibilização do PR (PR - PRMR - R_{BAN})	158.417.701	150.887.498
Adicional de Capital Principal (ACP)	10.174.692	9.474.223
ACP Conservação ⁽⁴⁾	10.174.017	9.473.403
ACP Contracíclico ⁽⁵⁾	675	820

Índices	31/03/2022	31/12/2021
Índice de Basileia (IB)	39,51%	40,17%
Índice de Capital Nível 1 (IN1)	32,26%	31,28%
Índice de Capital Principal (ICP)	32,26%	31,28%
Razão de Alavancagem (RA)	19,29%	17,79%

⁽¹⁾ Conforme artigo 31 da Resolução CMN n.º 4.955/2021, os recursos do FAT Constitucional reconhecidos no PR em 31.03.2022 correspondem à aplicação do limitador de 70% sobre o valor computado no Nível II em 30.06.2018 (em 31.12.2021, aplica-se o limitador de 80%).

⁽²⁾ Apuração conforme Circular CMN n.º 4.958/2021 e alterações.

⁽³⁾ O Patrimônio de Referência Mínimo Requerido corresponde à aplicação do fator de 8,00%, a partir de 1º de janeiro de 2019.

⁽⁴⁾ Instituído pelas Resoluções CMN n.º 4.443/2015 e n.º 4.783/2020. Resulta da aplicação de 2,5% ao montante RWA em 31 de dezembro de 2020; e de 2,0% de 1º de outubro de 2021 a 31 de março de 2022.

⁽⁵⁾ Apuração conforme Circular CMN n.º 3.769/2015 e alterações posteriores. Fica limitado ao percentual máximo de 2,50% em relação ao montante RWA, a partir de 1º de janeiro de 2019.

No período compreendido entre 31 de dezembro de 2021 e 31 de março de 2022, o Patrimônio de Referência do Conglomerado aumentou em R\$ 10.715.707, devido ao resultado no período.

Os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), composto do somatório das parcelas de risco de crédito (RWA_{CPAD}), mercado (RWA_{MPAD}) e operacional (RWA_{OPAD}), apresentaram um crescimento de R\$ 35.030.712 (7,4%), devido ao aumento da parcela RWA_{MPAD} e do RWA_{OPAD}. O incremento do RWA_{CPAD} deve-se à reclassificação contábil de algumas ações do Ativo Permanente para o grupo de TVMs e o reconhecimento do AVM em função disso.

26. OUTRAS INFORMAÇÕES

26.1. Gestão de fundos e programas

Delegado pelo Governo Federal, o BNDES exerce papel de administrador, gestor ou agente operador dos fundos relacionados nos quadros a seguir.

a) Fundos com valores mantidos ou aplicados pelo BNDES

O quadro apresenta os recursos mantidos em disponibilidade ou aplicados em operações de títulos e valores mobiliários junto ao BNDES, aplicados em operações de crédito com risco do BNDES ou risco do próprio fundo, além de outros ativos.

Valores aplicados	31/03/2022	31/12/2021
FMM - Fundo da Marinha Mercante	21.328.969	24.790.102
FT - Fundo de Terras e da Reforma Agrária	913.871	880.539
FSA - Fundo Setorial do Audiovisual	1.700.520	1.703.358
FNMC - Fundo Nacional sobre Mudança do Clima	1.956.165	1.921.880
FA - Fundo Amazônia	3.664.492	3.583.826
FUNTTEL - Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações	635.216	634.230
FRD - Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização	244.654	240.908
FAT-DE- Fundo de Amparo ao Trabalhador Depósitos Especiais	6.389.443	6.641.264
FNRB - Fundo Nacional para Repartição de Benefícios	4.103	3.945
FGI - Fundo Garantidor para Investimentos ⁽¹⁾	1.436.840	1.409.496
FGI-PEAC - Fundo Garantidor para Investimentos – Programa emergencial de acesso a crédito ^{(1) (2)}	21.054.567	21.034.328
Total	59.328.840	62.843.876

⁽¹⁾ A partir de dezembro de 2020 o FGI passou a ser apresentado no grupo de Fundos com valores mantidos ou aplicados no BNDES dado que a maior parte dos recursos passou a ser aplicada no BNDES, em operações compromissadas. A gestão dos recursos financeiros do FGI é de responsabilidade do BNDES e a parcela não aplicada no BNDES continuou aplicada no Banco do Brasil.

⁽²⁾ Conforme Lei 14.042 de 19/08/2020.

b) Ativos de fundos não aplicados no BNDES

Os fundos relacionados têm seus recursos mantidos na Conta Única do Tesouro. Os títulos e valores mobiliários mantidos na carteira do Fundo de Garantia à Exportação não possuem gestão ativa do BNDES. Tais títulos foram transferidos pela União ao FGE.

Ativos dos Fundos	31/03/2022	31/12/2021
FGE	41.149.507	41.343.664
FGPC	65.212	63.000
Total	41.214.719	41.406.664

c) Outros fundos

O BNDES foi designado como gestor do Fundo Nacional de Desestatização – FND, por determinação do Decreto nº 99.464/1990, tendo a Lei nº 9.491/1997 mantido essa determinação, enumerando inclusive, suas competências e atribuições no que concerne ao PND. O FND é fundo contábil constituído, a título de depósito das ações ou cotas de propriedade direta ou indiretas da União emitidas por sociedades que tenham sido incluídas no Programa Nacional de Desestatização - PND, inclusive por participações minoritárias detidas pela União, direta e indiretamente, incluídas no PND.

d) Receitas de comissões e taxas dos fundos no BNDES

	31/03/2022	31/12/2021
FMM - Fundo da Marinha Mercante	197.590	149.291
FSA - Fundo Setorial do Audiovisual	600	841
FNMC - Fundo Nacional sobre Mudança do Clima	4.542	1.415
FNRR - Fundo Nacional para Repartição de Benefícios	20	13
FGI-PEAC - Fundo Garantidor para Investimentos – Programa emergencial de acesso a crédito	51.575	50.977
FGI - Fundo Garantidor para Investimentos	3.765	3.630
FND – Fundo Nacional de Desestatização	14	-
Total	258.106	206.167

26.2. Acordo de Leniência entre o Ministério Público Federal e a J&F Investimentos S.A.

Em 05 de junho de 2017 foi firmado Acordo de Leniência entre o Ministério Público Federal, por sua atuação nas operações “Greenfield”, “Sépsis”, “Cui Bono” (Lava Jato) e “Carne Fraca”, e a J&F Investimentos S.A., como colaboradora, cujo objeto foram condutas ilícitas praticadas pela J&F Investimentos S.A.

Neste acordo está estabelecido que a J&F Investimentos S.A. deverá pagar, a título de multa e valor mínimo de ressarcimento, no prazo de 25 anos às entidades indicadas no Acordo de Leniência, o total de R\$ 10.300.000, devendo ser destinado ao BNDES, como uma das entidades consideradas lesadas pelo MPF, o montante de R\$ 1.750.000. O pagamento dos valores totais (R\$ 10.300.000) está previsto para ser realizado da seguinte forma: cinco parcelas semestrais, no valor de R\$ 50.000, com vencimento inicial em 1º de dezembro de 2017 e, em seguida, outras 22 parcelas anuais que cubram o saldo devedor, com vencimento a partir de 1º de dezembro de 2020. O total recebido pelo BNDES até 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 133.087, desse montante, R\$ 83.284, referente à 1ª parcela anual, de um total de 22 parcelas previstas no Acordo, foi recebido durante o exercício de 2020. Até o primeiro trimestre de 2022 e no ano de 2021, o BNDES não recebeu o depósito em sua própria conta referente à 2ª parcela anual, de um total de 22 parcelas previstas no Acordo. Adicionalmente, há depósito judicial de R\$ 3.755 realizado em 2020 cujo requerimento do alvará de levantamento foi solicitado e depende do respectivo deferimento para o efetivo recebimento pelo BNDES.

Após avaliação dos termos do acordo, e considerando as características nele previstas, em que há hipóteses nas quais o recebimento dos valores previstos não está expressamente garantido, gerando, portanto, incertezas quanto à futura exequibilidade e exigibilidade do acordo e considerável possibilidade de o BNDES vir a não ter mais assegurado o direito ao recebimento dos valores, a administração está tratando esse ativo como “ativo contingente”, nos termos do IAS 37. Os valores efetivamente recebidos pelo BNDES estão sendo registrados como receita no período em que ocorrem, a título de multa.

Conforme previsto no IAS 37, os “ativos contingentes” não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados. Uma vez que a entrada dos benefícios econômicos seja praticamente certa, estes devem ser reconhecidos nas demonstrações contábeis do período em que ocorrer essa mudança de estimativa.

26.3. Despesas Tributárias

As despesas tributárias, exceto os tributos sobre o lucro (IRPJ e CSLL, divulgados na Nota Explicativa nº 17), são majoritariamente referentes a PIS e COFINS.

26.4. Agenda ASG

O compromisso com o desenvolvimento sustentável, com a economia verde, desenvolvimento socioambiental e governança está expresso em nossa visão, e guia a estratégia e as operações do Banco. A gestão de aspectos Ambientais, Sociais e de Governança (ASG), correspondente em inglês “ESG”: *Environmental, Social and Governance*, inclui fatores sociais, de transparência, de relacionamento e climáticos, e nossa atuação está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

O Banco incorpora em suas políticas o comprometimento socioambiental e com a agenda ASG. As atividades e empreendimentos não apoiáveis, contempla avanços em setores críticos em termos de risco socioambiental. A lista com as atividades, empreendimentos e itens não passíveis de apoio pelo BNDES pode ser consultada em <https://bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/lista-exclusao-atividades-e-itens-nao-apoiaveis-pelo-bndes/>

Mais informações sobre a agenda ASG no BNDES podem ser consultadas no Relatório da Administração, Relatório anual e no endereço eletrônico: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/desenvolvimento-sustentavel/compromisso/objetivo3-conteudo>.

27. RECONCILIAÇÃO ENTRE OS PADRÕES CONTÁBEIS

O quadro a seguir apresenta a reconciliação entre os itens do Patrimônio Líquido divulgados nas Demonstrações financeiras individuais e consolidadas do BNDES de acordo com as práticas contábeis reguladas pelo BACEN e CMN (“Padrão Cosif”) e aquelas divulgadas pelo BNDES nestas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (“Padrão IFRS”).

	31/03/2022				31/12/2021
	Lucro líquido do período	Outros Resultados Abrangentes (ORA)	Resultados acumulados não apropriados	Patrimônio líquido	Patrimônio líquido
Padrão Cosif	12.901.944	22.932.126	-	142.421.978	126.997.024
Ajustes de práticas contábeis:					
(a) Instrumentos elegíveis ao capital principal	349.596	-	(349.596)	22.038.976 B	22.038.976
Perda por redução do valor recuperável	(2.728.782)	12.493.267	3.204.264	12.968.749	15.736.483
(b) Baixas da carteira de crédito	(995.500)	-	5.778.821	4.783.321	5.778.821
(c) Operações da carteira de crédito	(1.680.745)	-	9.358.300	7.677.555	9.358.300
(d) Ações DPV no escopo da IAS 39	14.116	16.486.890	(16.501.006)	-	-
(e) Outros instrumentos financeiros no escopo da IFRS 9	(66.653)	(3.993.623)	4.568.149	507.873	599.362
Ajuste a valor justo de ativos financeiros	2.228	3.079.388	(2.994.472)	87.144	85.559
(f) Ajuste a valor Justo de debêntures VJR	643	3.079.388	(3.080.031)	-	-
(g) Reclassificação de ativos financeiros	1.585	-	85.559	87.144	85.559
(h) Alienação de ações não coligadas	(827.510)	-	827.510	-	-
(i) Participações em coligadas	(91.900)	-	91.900	-	91.900
(j) Ajustes da taxa efetiva de juros	8.713	-	(62.061)	(53.348)	(62.061)
(k) Arrendamento mercantil	(304)	-	(5.994)	(6.298)	(5.994)
Outros ajustes	(13.662)	-	13.662	-	-
Efeito tributário sobre os ajustes de práticas contábeis	1.652.150	(5.663.961)	(1.085.749)	(5.097.018)	(6.449.371)
Lucro líquido do período no padrão IFRS			11.252.473		
Padrão IFRS	11.252.473	32.840.820	10.891.937	172.360.183	158.432.516
		C	D	A	
Total de ajustes no Padrão IFRS⁽¹⁾	(1.649.471)	9.908.694	10.891.937	29.938.205	31.435.492

⁽¹⁾ A – B = C + D

- a) Segundo o Padrão IFRS, determinados instrumentos de dívida são classificados no patrimônio líquido, entretanto, o BACEN, por meio do Ofício BCB/Desup n.º 6323/2015, determinou que tais instrumentos sejam apresentados e divulgados como item do passivo no Padrão Cosif. Desta forma, o BNDES reclassifica os juros dos instrumentos elegíveis ao capital principal do resultado no Padrão Cosif registrando diretamente em Lucros acumulados visto que são considerados como remuneração do capital próprio para o Padrão IFRS.
- b) O critério para baixa dos ativos financeiros no Padrão IFRS (IFRS 9 – Instrumentos Financeiros) leva em consideração expectativas de recuperação, enquanto que no Padrão Cosif, para operações da carteira de crédito (Resolução CMN 2.682/1999), o tempo de atraso é o fator determinante para a não manutenção do ativo no Balanço.
- c) Ajuste de prática contábil decorrente das diferentes metodologias de apuração de “Perda por redução ao valor recuperável” para operações da carteira de crédito. O Padrão IFRS (IFRS 9 – Instrumentos Financeiros) aplica uma abordagem de redução ao valor recuperável de ativos financeiros baseada no modelo de três estágios, enquanto o Padrão Cosif (Resolução CMN 2.682/1999) estabelece a sistemática para a constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa através da definição de classes de risco para créditos em situação de adimplência e de inadimplência e respectivos percentuais.
- d) Ajuste de prática contábil decorrente das diferentes metodologias de cálculo da “Perda por redução ao valor recuperável” de ações classificadas como disponíveis para venda (DPV) no Padrão IFRS dentro do escopo da IAS 39 – Instrumentos Financeiros. Até 31 de dezembro de 2017 o Padrão IFRS determinava o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável no resultado, utilizando conceito de perdas atrelado ao declínio significativo ou prolongado do valor do ativo, enquanto no Padrão Cosif, (i) a Circular BACEN n.º 3.068/2001 determina o reconhecimento da perda utilizando o conceito de perdas de caráter permanente e (ii) a Resolução CMN n.º 4.175 prevê que a perda apurada com determinadas ações permaneça em ORA e transite pelo resultado apenas quando de sua realização.
- e) Ajuste de prática contábil decorrente das diferentes metodologias de apuração de “Perda por redução ao valor recuperável” para títulos e valores mobiliários no Padrão IFRS dentro do escopo da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros. Conforme o Padrão Cosif (Circular BACEN n.º 3.068/2001) as perdas consideradas de caráter permanente são reconhecidas no resultado do período, enquanto que de acordo com o Padrão IFRS (IFRS 9 – Instrumentos Financeiros) o conceito de perda permanente (i) não se aplica para instrumentos patrimoniais e debêntures classificadas na categoria designada ao VJR, e (ii) segue a metodologia de apuração de “Perda por redução ao valor recuperável” descrita no item (c) acima.
- f) Segundo a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, o BNDES classifica determinadas debêntures na categoria “Designada ao Valor Justo por Meio de Resultado” e reconhece o Ajuste a Valor Justo (“AVJ”) da parcela de renda fixa no resultado do período. De acordo com o Padrão Cosif tais debêntures são classificadas na categoria “Disponível para Venda”, sendo o AVJ reconhecido como ORA, dado que a Circular BACEN n.º 3.068/2001 não prevê a categoria “Designado ao Valor Justo por Meio de Resultado”.
- g) Ajuste de prática decorrente de ativos financeiros classificados no Padrão Cosif nas categorias mantidos até o vencimento e disponíveis para venda, que falharam no teste SPPI, e, portanto, tiveram os seus valores justos registrados no resultado do período no Padrão IFRS.
- h) A partir da adoção do IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, no Padrão IFRS o ganho/perda na alienação de ações avaliadas ao “valor justo por meio de outros resultados abrangentes” é reconhecido diretamente em lucros acumulados, enquanto no Padrão Cosif o ganho/perda com tais operações é reconhecido no resultado do período em que ocorrem.
- i) A partir de 1º de janeiro de 2022 o ganho na compra vantajosa apurado na aquisição de coligadas, que no Padrão IFRS já era reconhecido no resultado do período seguindo o IFRS 3 – Combinação de Negócios, passa a ter o mesmo tratamento no Padrão Cosif mediante a entrada em vigor da Resolução 4.817 do Banco Central de 29 de maio de 2020. Até 31 de dezembro de 2021 tal ganho é mantido no ativo como “deságio” reduzindo o valor do investimento e é transferido para o resultado quando da realização do investimento, para fins do Padrão Cosif. O valor de R\$ 91.900 inclui o saldo do deságio e dos ajustes de equivalência patrimonial e provisão para perdas decorrentes do menor saldo do ativo no Padrão Cosif até então.

i) No Padrão IFRS, as receitas incrementais e diretamente atribuíveis à originação do crédito são incluídas no cálculo do custo amortizado e diferidas ao longo do período do contrato em vez do reconhecimento imediato no resultado pelo Padrão Cosif.

k) Ajuste de prática decorrente da adoção a partir de 1º de janeiro de 2019 do IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil, não recepcionado pelo Bacen.

28. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante o 1º trimestre de 2022, a subsidiária BNDESPAR deixou de exercer influência significativa na coligada JBS, passando a tratar esse investimento como instrumento financeiro mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Tal reclassificação gerou um ganho no resultado de R\$ 8.824.107, decorrente da mensuração inicial do investimento a valor justo e da transferência do saldo de outros resultados abrangentes reflexo de coligadas (reconhecido até então no patrimônio líquido). As informações acerca desta operação estão descritas na Nota Explicativa n.º 9.

No mesmo período de 2021, não houve atividades relevantes não envolvendo caixa.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Recebimento do Grupo Oi

Em 20 de abril de 2022, o BNDES recebeu R\$ 4,64 bilhões, referentes à liquidação integral do saldo devedor do Grupo Oi, no âmbito do processo de recuperação judicial do grupo. O crédito é relativo a contratos celebrados entre BNDES e o Grupo Oi no último trimestre dos anos de 2009 e 2012 e cujo montante de provisão para perdas de crédito reconhecido nestas demonstrações financeiras corresponde a R\$ 698 milhões em 31 de março de 2022 (R\$ 688 milhões em 31 de dezembro de 2021).

Remuneração da Petrobras

Em comunicado no dia 5 de maio, a Petrobras informou que seu Conselho de Administração aprovou o pagamento de distribuição de dividendos, no valor de R\$ 3,715490 por ação preferencial e ordinária, da seguinte forma: (i) R\$ 3,138754 por ação referente a antecipação da remuneração aos acionistas relativo ao exercício de 2022 (dividendos intercalares); e (ii) R\$ 0,576736 por ação à conta de reserva de retenção de lucros constantes do exercício de 2021 (dividendos intermediários). A data de corte será 23 de maio de 2022 e as ações serão negociadas ex-direitos a partir de 24 de maio de 2022.

O pagamento será realizado em duas parcelas iguais, sendo que a primeira, no valor de R\$ 1,857745 por ação, a ser paga em 20 de junho de 2022 sob a forma de dividendos (R\$ 1,427568) e juros sobre capital próprio (R\$ 0,430177) e a segunda em 20 de julho de 2022 integralmente sob a forma de dividendos.

Considerando a destinação proposta, o Sistema BNDES registrou como dividendos e juros sobre capital próprio a receber o montante bruto de R\$ 3.847 milhões, sendo R\$ 502 milhões ao BNDES e R\$ 3.345 milhões à BNDESPAR.

30. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O BNDES

Objetivos e atuação

O Sistema BNDES, que inclui o BNDES e suas subsidiárias, é o principal instrumento do Governo Federal para os financiamentos de longo prazo, com ênfase no estímulo à iniciativa privada nacional.

A estrutura do BNDES, cuja missão é viabilizar soluções financeiras que adicionem investimentos para o desenvolvimento sustentável, com geração de emprego e redução das desigualdades sociais e regionais, prioriza o (a):

- Expansão dos investimentos em infraestrutura com apoio à infraestrutura econômica, social e urbana;
- Aumento da competitividade das empresas brasileiras com o apoio a investimentos que as tornem mais capazes de explorar oportunidades e superar os desafios de seus mercados;
- Contribuição à inclusão social e econômica através de produtos que ampliem o acesso ao crédito;
- Apoio ao desenvolvimento de instituições públicas e à estruturação de projetos associados a concessões públicas e parcerias público-privadas; e
- Estímulo à inovação, sustentabilidade ambiental e desenvolvimento regional nos projetos apoiados.

Além da atuação como banco de desenvolvimento, o BNDES tem papel importante na formulação de políticas de desenvolvimento nacional e na identificação de soluções para problemas estruturais da economia brasileira.

O BNDES atua, também, por meio de suas duas subsidiárias integrais:

- BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, que investe por meio da compra de ações, subscrição de debêntures e de fundos de *venture capital* e *private equity* com objetivos, entre outros, de apoiar o desenvolvimento de novos empreendimentos, em cujas atividades se incorporem novas tecnologias, e de contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais; e
- Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. – FINAME, que apoia a expansão e modernização da indústria brasileira através do financiamento, também por meio de agentes financeiros intermediários, à compra de máquinas e equipamentos de produção nacional e o financiamento de importações e exportações de máquinas e equipamentos.

31. CRITÉRIOS DE CONSOLIDAÇÃO

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza de cada saldo, refletindo, no entanto, as seguintes eliminações:

- participações no capital, reservas e resultados acumulados mantidos entre as instituições;
- operações entre o BNDES e suas subsidiárias e outros saldos, integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as instituições;
- receitas e despesas, bem como de lucros não realizados decorrentes de negócios entre as instituições; e
- tributos sobre a parcela de lucro não realizado e apresentado como tributos diferidos nos balanços patrimoniais consolidados.

32. PRÁTICAS CONTÁBEIS E ESTIMATIVAS GERAIS SIGNIFICATIVAS

As práticas contábeis adotadas pelo BNDES são aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras e de maneira uniforme a todas as entidades do Sistema BNDES.

Destaca-se que a elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas demanda a realização de estimativas e julgamentos. Dessa forma, a seguir são apresentadas as práticas contábeis e estimativas gerais consideradas significativas pela Administração do BNDES.

32.1. Instrumentos Financeiros

32.1.1 Ativos financeiros

Os ativos financeiros são reconhecidos quando o BNDES se torna parte ativa das disposições contratuais do instrumento. Eles são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou pelo valor justo por meio do resultado baseado nos modelos de negócio do BNDES para a gestão e na avaliação das características contratuais do fluxo de caixa desses instrumentos.

a) Classificação e mensuração de ativos financeiros

Avaliação do modelo de negócios para gestão dos fluxos de caixa

O BNDES determina seus modelos de negócios para a gestão de seus ativos financeiros no nível que melhor reflete a forma como os portfólios de ativos financeiros são administrados para atingir os objetivos do negócio e como são fornecidos os reportes à Administração.

O documento contendo o Modelo de Negócios do Sistema BNDES (aprovado pelo seu Conselho de Administração) apresenta as quatro categorias definidas da seguinte maneira:

- **Modelo de Negócio 1 (MN1): Manter para coletar somente fluxos de caixa contratuais**

Estão contidos neste modelo, os ativos financeiros de renda fixa cuja gestão está baseada na coleta de fluxos de caixa contratuais objetivando carregar esses instrumentos até os seus vencimentos. As vendas serão incidentais a este objetivo e serão insignificantes.

Além disso, esses ativos foram comprovados por meio de avaliação realizada preventivamente como sendo compostos exclusivamente de principal e juros básicos de empréstimos.

- **Modelo de Negócio 2 (MN2): Manter tanto para coletar os fluxos de caixa contratuais quanto para vender**

Estão contidos neste modelo, os ativos financeiros de renda fixa cuja gestão está baseada tanto no recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros antes do seu vencimento.

Além disso, esses ativos foram comprovados por meio de avaliação realizada preventivamente como sendo compostos exclusivamente de principal e juros básicos de empréstimos.

- **Modelo de Negócio 3 (MN3): Demais Modelos de Negócio para os instrumentos de renda fixa e derivativos**

Neste modelo de negócios são inseridos os ativos financeiros de renda fixa que falharam no teste de fluxos de caixa, os mantidos para negociação e os derivativos.

- **Modelo de Negócio 4 (MN4): Demais Modelos de Negócio para os instrumentos de renda variável**

Os ativos inseridos neste modelo são os investimentos em ações não coligadas e em cotas de fundos de investimentos em participações.

Quando a gestão desses instrumentos indicar que não sejam mantidos para negociação, o BNDES escolherá (irrevogavelmente) no início de mensurá-los subsequentemente ao “Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes”.

b) Categorias de mensuração dos ativos financeiros

(i) Custo amortizado

Os ativos financeiros enquadrados no MN1 são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos e são apresentados líquidos da provisão para perdas de crédito esperadas.

(ii) Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos financeiros enquadrados no MN2 são subsequentemente mensurados ao valor justo com a contrapartida em Outros resultados abrangentes.

Para os instrumentos de patrimônio designados para essa categoria, a mensuração subsequente foi realizada ao valor justo com os ganhos e perdas não realizados, oriundos de mudanças no valor justo desses instrumentos reconhecidos na conta “Outros Resultados Abrangentes”, e líquidos dos efeitos tributários. Quando o investimento é alienado, o ganho ou a perda acumulada será transferido dentro do Patrimônio Líquido (da rubrica “Outros Resultados Abrangentes” para “Resultados acumulados não apropriados”).

(iii) Ao valor justo por meio do resultado

Nesta categoria os ativos financeiros de renda fixa ou renda variável são registrados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas resultantes reconhecidos no resultado do período.

(iv) Resumo das categorias de ativos financeiros do Sistema BNDES

Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado:

- Títulos públicos federais;
- Fundos de investimentos;
- Operações compromissadas com possibilidade de resgate antecipado;
- Derivativos; e
- Debêntures híbridas.

Mensurados ao Custo Amortizado:

- Disponibilidades;
- Aplicações interfinanceiras de liquidez tais como: carteira de câmbio, depósitos interfinanceiros, disponibilidade e aplicações em moeda estrangeira e, operações compromissadas sem possibilidade de resgate antecipado;
- Debêntures simples de emissão privada;
- Repasses interfinanceiros e Operações de crédito; e
- Venda a prazo de TVM, direitos recebíveis; direitos a receber da Eletrobras, créditos perante o Tesouro Nacional, dividendos e juros sobre o capital próprio a receber, devedores diversos, devedores por depósitos em garantia e pagamentos a ressarcir.

Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes:

- Ações não coligadas, cotas de fundos de investimentos em participações, debêntures e títulos públicos federais.

c) Reclassificações de categorias dos ativos financeiros

Os ativos financeiros somente serão reclassificados quando o BNDES alterar o seu modelo de negócios para administrá-los.

d) Baixa dos ativos financeiros

Ativos financeiros são baixados somente quando não houver expectativas razoáveis de recuperação dos direitos contratuais sobre o recebimento dos fluxos de caixa ou quando o BNDES transfere os direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo financeiro. As recuperações subsequentes dos valores anteriormente baixados são contabilizadas como receita no resultado no período em que ocorrerem.

32.1.2 Passivos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Os passivos financeiros são reconhecidos quando o BNDES se torna parte passiva das disposições contratuais do instrumento.

b) Classificação e mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado ou ao valor justo.

c) Resumo das categorias de passivos financeiros do Sistema BNDES

Mensurados ao valor justo por meio do resultado:

- Derivativos.

Mensurados ao custo amortizado:

- Depósitos especiais do FAT, depósitos diversos, depósitos interfinanceiros, depósitos vinculados;
- Operações compromissadas;
- Debêntures, letras financeiras e letras de crédito do agronegócio emitidas;
- Empréstimos e repasses;
- Dívida subordinada;
- Fundos financeiros e de desenvolvimento; e
- Outras obrigações: contas a pagar, credores vinculados a liquidação de operações, obrigações por depósitos a apropriar, dividendos e juros sobre capital próprio a pagar, credores por compra de ações a prazo e obrigações vinculadas ao Tesouro Nacional.

d) Baixa dos passivos financeiros

Passivos financeiros são baixados quando suas obrigações são eliminadas, canceladas ou extintas.

32.1.3 Apresentação de instrumentos financeiros pela posição líquida entre ativos e passivos

Os ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido somente quando o BNDES tem o direito legal e a intenção de compensar valores ativos com valores passivos e liquidar estes ativos e passivos por diferença ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

32.1.4 Derivativos

O BNDES, quando aplicável, utiliza derivativos com intuito de proteção, visando à adequação de sua composição de ativos e passivos financeiros, ao gerenciamento do perfil de produtos e ao atendimento de quaisquer outras finalidades alinhadas a seus objetivos institucionais, buscando-se a eficiência na gestão financeira. Não são utilizados derivativos para tomar posições de caráter especulativo, que gerem intencionalmente posições descobertas vinculadas a apostas direcionais.

A estratégia de proteção consiste em compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes da exposição às variações no valor justo ou de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo ou passivo financeiro.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data da contratação e são posteriormente mensurados pelo valor justo no final de cada período de relatório. Eventuais ganhos e perdas são reconhecidos imediatamente no resultado.

Um derivativo com valor justo positivo é reconhecido como ativo, enquanto um derivativo com valor justo negativo é reconhecido no passivo. Um derivativo é apresentado como ativo ou passivo não corrente se o prazo de vencimento remanescente do instrumento for superior a 12 meses e não se espera que seja realizado ou liquidado em um período mais curto.

Adicionalmente, o BNDES utiliza instrumentos financeiros que se enquadram na definição de derivativos embutidos, como parte de algumas operações de renda variável. Tais derivativos, por exemplo, opções de conversão/permuta de debêntures em ações, encontram-se embutidos em determinadas debêntures.

32.1.5 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O Sistema BNDES aplica na abordagem para redução ao valor recuperável baseada no modelo de três estágios conforme o aumento significativo de risco de crédito. Tal abordagem é aplicada aos instrumentos de renda fixa inseridos nas categorias custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes, os compromissos de crédito e as garantias financeiras, quando emitidas.

Para a aplicação dessa abordagem, o BNDES se baseia em informações razoáveis e suportáveis sobre eventos passados, condições atuais, previsões de eventos futuros e de condições econômicas e, dessa forma, determinar se houve aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial de seus instrumentos.

a) Determinação dos estágios e do aumento significativo no risco de crédito

A abordagem de estágios da provisão para perda esperada de crédito é baseada na mudança na qualidade de crédito dos ativos financeiros do BNDES desde o reconhecimento inicial.

Para isso, o BNDES dispõe de sistema interno de classificação de risco de crédito, e utiliza adicionalmente classificações externas de risco e informações prospectivas para avaliar a deterioração na qualidade de crédito de um instrumento financeiro. Uma deterioração deve ser considerada significativa quando é atribuído à exposição um *rating* a partir do qual não se espera que seja verificada uma recuperação dentro de um determinado período de tempo. Em outras palavras, quando uma operação tem seu *rating* rebaixado a um nível em que não se costuma verificar uma recuperação ao nível original, considera-se que houve aumento significativo do risco de crédito. Para estabelecer qual é o nível de risco limite para mudança de estágio, o BNDES realiza análise feita a partir da frequência histórica observada de migrações entre *ratings*.

O BNDES avalia se o risco de crédito aumentou significativamente de forma coletiva, onde os ativos financeiros são agrupados com base em classificações de risco de crédito compartilhado, levando em consideração o tipo de instrumento, as classificações de risco de crédito, a data de reconhecimento inicial, o prazo remanescente, ramo, localização geográfica da contraparte, dentre outros fatores relevantes. Sendo assim, todas as operações são inicialmente classificadas no Estágio 1, e permanecem nesta situação enquanto não houver aumento significativo de risco de crédito. Caso haja aumento significativo de risco de crédito, na data da avaliação, os ativos serão migrados do Estágio 1 para o Estágio 2, e para isso, o BNDES utiliza dois critérios:

- i. *Downgrades* significativos no *rating* atribuído à operação, comparado ao do momento da concessão (desde que não continue sendo considerado como baixo risco de crédito); e
- ii. Operação com pagamentos vencidos há mais de 30 dias.

Para ativos classificados neste estágio, a provisão é calculada de acordo com um montante igual às perdas de crédito esperadas durante a vida útil do contrato.

Quando ocorre um ou mais eventos que tenham impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados de um ativo financeiro, o ativo financeiro é migrado para o Estágio 3, e uma provisão para perdas de crédito igual às perdas esperadas para a vida útil é realizada. São os seguintes os critérios de migração para esse estágio:

- Operação declarada pelo BNDES como ativo com problema de recuperação de crédito; ou
- Operação vencida há mais de 90 dias;

O BNDES utiliza, mas não se limita aos seguintes critérios para a declaração de ativo com problema de recuperação de crédito:

- Pagamento das prestações do devedor passe a depender, no todo ou em parte, do recebimento de recursos oriundos do acionamento pelo BNDES ou de pagamento efetuado por terceiro interessado não integrante do grupo econômico do devedor;
- Deterioração significativa da qualidade do crédito;
- A operação relativa à exposição seja reestruturada;
- Declaração de falência do devedor.

O BNDES, dessa forma, entende que a definição de aumento significativo de crédito utilizada para migração entre os estágios é consistente com os seus modelos internos para gerenciamento de risco de crédito.

Eventualmente, o BNDES avalia de forma individual as operações classificadas no Estágio 3 com saldos significativos de modo a obter a melhor estimativa dos fluxos de caixa cujo recebimento seja esperado. Para isso, o BNDES exerce julgamentos quanto à situação financeira de um devedor e ao valor líquido realizável de qualquer garantia subjacente.

São considerados ativos financeiros com baixo risco de crédito e, portanto, permanecem no estágio 1, os títulos públicos de governos nacionais. Os títulos públicos federais emitidos no Brasil são considerados livres de risco e, dessa forma, não há provisionamento para perdas.

b) Retorno entre os estágios

Para que uma operação migre do Estágio 2 para o Estágio 1, basta que seu *rating* seja revisado para um nível acima (melhor) ao determinado como limite para migração ao Estágio 2; ou, caso utilizado o critério de 30 dias, se o atraso tiver sido regularizado.

Enquanto que para migração do Estágio 3 para os demais estágios, a operação deve deixar de ser considerada como ativo com problemas de recuperação de crédito, cuja condição poderá ser alterada diante de evidência de retomada, pelo tomador, da capacidade de honrar novamente suas obrigações contratuais, devendo cumprir uma das seguintes condições:

- i. O inadimplemento financeiro tenha sido regularizado por meio da liquidação integral das prestações vencidas e não pagas;
- ii. Realização de amortização significativa;
- iii. Alteração do cliente ou do seu controlador;
- iv. Alteração significativa no valor ou na qualidade da garantia.

A receita de juros é calculada sobre o valor contábil bruto dos ativos financeiros nos Estágios 1 e 2 e sobre o valor contábil líquido dos ativos financeiros no Estágio 3.

c) Mensuração das perdas de crédito esperadas

A mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas baseia-se principalmente no produto dos seguintes fatores:

(i) da probabilidade de inadimplência (PD), com base na classificação interna de risco de crédito do instrumento financeiro,

(ii) na perda dada a inadimplência (*Loss Given Default* - LGD) dos Estágios 1 e 2 (e eventuais estimativas individualizadas para as exposições relevantes no Estágio 3); e

(iii) na exposição à inadimplência (*Exposure at Default* - EAD).

(iv) e avaliação individual de determinadas operações classificadas no Estágio 3 com saldos significativos, com uso de julgamentos quanto à situação financeira de um devedor e ao valor líquido realizável de qualquer garantia subjacente.

O BNDES, para ajustar suas estimativas de PD, se baseia na estimação de matrizes de migração ajustadas ao ciclo macroeconômico (*point-in-time* – PIT).

d) Compromissos de créditos

O BNDES reconhece a provisão para perdas de crédito esperadas baseada na soma da projeção dos compromissos de desembolso futuros de determinados créditos, ajustada pelo Fator de Conversão de Crédito (CCF).

32.1.6 Determinação do valor justo dos instrumentos financeiros

O BNDES classifica a hierarquia de mensuração do valor justo conforme a relevância dos dados observados no seu processo de mensuração da seguinte maneira (a composição dos instrumentos por nível está apresentada na Nota Explicativa nº 4.3):

Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é seu preço de mercado cotado na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se as transações ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Nível 2: Informações (*inputs*) que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no nível 1.

Nível 3: Técnicas de avaliação, para as quais, qualquer *input* significativo não se baseia em dados de mercado observáveis.

As técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem (i) preços de mercado ou cotações de instituições financeiras/corretoras para instrumentos similares; fluxo de caixa descontado, *Black-Scholes-Merton* e Simulação de Monte Carlo (para opções do tipo europeia cujos ativos-objeto são negociados em bolsa) e árvore binomial (para opções do tipo americanas cujos ativos-objeto são negociados em bolsa).

As principais premissas utilizadas quando da utilização da técnica *Black-Scholes-Merton*, Simulação de Monte Carlo e Árvore Binomial são as seguintes:

- Data inicial: refere-se à data da avaliação, ou seja, a data final de cada mês;
- Data final: data de vencimento;
- Preço do ativo: última cotação média do ativo objeto observada na data-base;
- Preço alvo (*strike price*): projeção do preço de exercício da opção na data final, de acordo com as condições contratuais;
- Taxa livre de risco: taxa nominal pré-fixada de título público emitido pelo Tesouro Nacional que tiver prazo compatível ao do ativo sob avaliação;
- *Dividend yield*: calculado caso a caso, mas geralmente definido pela projeção disponível na Bloomberg;

- Volatilidade: adotou-se como padrão a volatilidade anualizada com base na oscilação diária do ativo-objeto ao longo dos últimos 1008 pregões.

Para as opções/derivativos cujo ativo-objeto não é negociado em bolsa de valores, não será atribuída nenhuma precificação a título de valor justo, podendo ser considerado o custo líquido ou valor nulo. São também mantidos a custo ou valor nulo os derivativos cujos ativos-objeto, para opções de compra, ou cuja contraparte, para opções de venda, sejam participações residuais em empresas extintas, baixadas, em situação problemática, com pedidos de falência e/ou recuperação judicial ou que já foram objeto de *Impairment* total.

O valor justo de cada operação de *swap* é definido como a diferença entre os valores presentes estimados de suas pontas ativa e passiva. A estimativa de cada ponta consiste do cálculo de seus respectivos fluxos de caixa futuros - com base na taxa contratada da operação, no caso de ponta em taxa fixa, ou em projeções extraídas das curvas de mercado, no caso de ponta em taxa flutuante - trazidos a valor presente pelas curvas de mercado aplicáveis a cada operação.

As cotas de fundos de investimento são administradas por instituições financeiras privadas e são avaliadas pelos valores das cotas divulgadas pelo respectivo administrador na data-base das demonstrações financeiras.

O Valor Justo de empréstimos e demais instrumentos financeiros sujeitos a risco de crédito e que não possuem preço cotado em mercado ativo é apurado com base em modelo matemático de desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando taxas de juros extraídas das curvas de juros observadas no mercado para instrumentos similares, sendo usualmente uma composição de curvas de juros: uma curva atrelada ao indexador da operação (taxa prefixada, cupom de taxa de juros, cupom cambial, etc.) composta com uma curva de *spread* de risco de crédito de mesmo *rating* do instrumento financeiro avaliado. Em casos em que não foi possível expandir os fluxos de caixa de um determinado contrato, o saldo líquido de provisão foi utilizado como *proxy* do valor justo.

Com relação às principais captações do BNDES, com o Fundo de Amparo do Trabalhador - FAT, com a Secretaria do Tesouro Nacional, com fundos financeiros e de desenvolvimento e com instituições de desenvolvimento internacionais, cabe destacar que tais captações reúnem características próprias que permitem ao BNDES atender aos seus objetivos principais e preveem taxas, condições e prazos específicos, determinados pelos normativos aplicados a cada captação. Nesse sentido, os saldos contábeis das captações se aproximam dos seus valores justos, tanto no seu reconhecimento inicial, quanto em datas subsequentes.

32.2. Investimento em coligadas

As coligadas são todas as entidades sobre as quais o BNDES possui o poder de participar nas políticas financeiras e operacionais das investidas, sem controlá-las de forma individual ou conjunta. A influência significativa é presumida quando se possui, direta ou indiretamente, 20% ou mais do capital social votante da investida. A presunção de influência é afastada quando não há participação nas decisões da investida, mesmo possuindo 20% ou mais do capital votante.

A Administração entende que certas participações acionárias detidas, que representam mais de 20% do capital votante, não conferem influência significativa sobre tais entidades, em função, principalmente, da não participação na elaboração das políticas operacionais e financeiras da investida. Por outro lado, a Administração julgou exercer influência significativa em entidades nas quais detém menos de 20% do capital votante por influenciar as políticas operacionais e financeiras de tais entidades.

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e inicialmente reconhecidos pelo seu valor de custo. O valor contábil é aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação nas variações patrimoniais das investidas, ocorridas após sua aquisição. A participação nos lucros ou prejuízos de empresas coligadas é reconhecida no resultado, e a participação nos outros resultados abrangentes é reconhecida de forma reflexa diretamente no patrimônio líquido.

Os ganhos e as perdas por diluição ou por aumento do percentual de participação nas coligadas são reconhecidos no resultado do exercício em que ocorrerem.

O investimento em coligadas inclui o ágio na aquisição, apurado pela diferença entre o valor pago (ou compromissos a pagar) e sua participação sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos. O ganho na compra vantajosa apurado na aquisição de coligada é reconhecido no resultado do período em que ocorrem.

Não há nenhuma restrição significativa que poderia limitar a capacidade das coligadas em transferir fundos para o BNDES na forma de dividendos ou efetuar pagamentos de créditos e/ou adiantamentos.

Quando a participação da BNDESPAR nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer ativos de longo prazo, que na essência constituam parte do investimento na coligada ("investimento líquido"), a BNDESPAR não reconhece perdas adicionais, a menos que possua obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) de fazer pagamentos por conta da coligada, o que não ocorre atualmente. Adicionalmente, a BNDESPAR não possui obrigação relacionada a eventuais passivos contingentes de suas coligadas, seja em sua totalidade ou compartilhados com outros investidores.

Para a aplicação do método de equivalência patrimonial o BNDES utiliza as informações das coligadas com defasagem de 60 (sessenta) dias, conforme permitido pela legislação societária e pronunciamentos contábeis, em razão da impraticabilidade do uso de informações de mesma data-base. Tal fato decorre das coligadas serem independentes do BNDES, possuindo contabilidade não integrada, e, consequentemente, cronogramas diversos de elaboração dos demonstrativos contábeis, o que impossibilita o fornecimento de informações tempestivas. Excepcionalmente uma defasagem maior ou menor pode ser utilizada.

32.3. Ativos Mantidos para Venda

O BNDES classificou como "Ativos Mantidos para Venda", o ativo não circulante cujo valor será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. A classificação nessa categoria foi realizada em virtude do fato de que o ativo está pronto para venda em suas condições atuais, sendo a venda altamente provável cuja ocorrência se dará em até um ano.

32.4. Informação por segmentos

O BNDES é um banco de desenvolvimento e o principal instrumento do Governo Federal para os financiamentos de longo prazo. Sua atuação se dá tanto de forma direta como por meio de suas subsidiárias integrais BNDESPAR e FINAME. A BNDESPAR investe principalmente em instrumentos de renda variável, notadamente em participações societárias, enquanto a FINAME atua no segmento de financiamentos, notadamente de máquinas e equipamentos via agentes financeiros intermediários, e de apoio direto à exportação de máquinas, equipamentos e serviços.

A estrutura administrativa do Sistema BNDES, que inclui o BNDES e suas subsidiárias integrais, é única e compartilhada, assim como sua estrutura de controles internos e de gestão de risco. As decisões estratégicas e de financiamento são temas geridos pelo Controlador, que utiliza a BNDESPAR e a FINAME como instrumento de execução de sua missão, a depender do produto e da forma de apoio financeiro.

O BNDES define seus segmentos operacionais com base nos relatórios disponibilizados à Alta Administração para análise de desempenho e tomada de decisões estratégicas, considerando ainda a natureza das formas de apoio. Estas decisões competem, em última instância, à Diretoria que, atuando de forma colegiada, é responsável pela gestão dos segmentos de negócio.

Os segmentos de negócio do BNDES são classificados em: (i) "Financiamentos"; (ii) "Participações Societárias"; e (iii) "Tesouraria / ALM" (gestão integrada de ativos e passivos, do inglês *Asset Liability Management* – ALM).

Os custos de captação alocados aos segmentos operacionais observam as seguintes premissas:

- Segmento "Financiamentos": financiado com *funding* institucional, notadamente indexados à TJLP / TLP / US\$ + Libor, oriundos principalmente do FAT Constitucional e de repasses do Tesouro Nacional, exceto as Debêntures, que são financiadas pelo ALM, com custo atual equivalente a 100% da taxa SELIC.

- Segmento “Participações Societárias”: financiado pela gestão integrada de recursos (“ALM”) com custo atual equivalente a 100% da taxa SELIC.
- Segmento “Tesouraria / ALM”: contempla (i) Tesouraria, que, assim como o segmento de Participações Societárias, é financiada pelo ALM, com custo atual equivalente a 100% da taxa SELIC; e (ii) ALM, que recebe a diferença entre o custo de captação total e aquele repassado aos Segmentos de Financiamentos, Participações Societárias e Tesouraria.

A base para a alocação dos custos de captação é o valor da carteira média mensal de cada segmento no período de apuração.

O apoio financeiro através de instrumentos de Financiamentos compreende basicamente as operações com características de crédito, representadas, majoritariamente, por operações de crédito e repasses, seguido de debêntures. Este segmento é representado principalmente pelas operações realizadas pelo BNDES e pela FINAME.

O apoio financeiro através de Participações Societárias engloba investimentos, sejam em sociedades coligadas (sobre as quais existe influência significativa) sejam em outras empresas, mensuradas ao valor justo (sobre as quais não há influência significativa). Este segmento é substancialmente operado pela BNDESPAR, embora o BNDES também possua uma carteira de participações em não coligadas.

O segmento de Tesouraria / ALM representa (i) o gerenciamento das disponibilidades financeiras, compostas majoritariamente por títulos públicos federais e aplicações em DI; e (ii) a gestão integrada de ativos e passivos financeiros (ALM), que inclui as atividades de captação de recursos e alocação de *funding* entre os segmentos de negócio. O efeito de variação cambial de cada rubrica de receita e despesa de intermediação financeira, inclusive provisão para risco de crédito, é isolado e alocado ao segmento de “ALM”, que tem dentre suas atribuições gerir as exposições cambiais do Sistema BNDES.

O desempenho dos segmentos é avaliado com base na diferença entre as receitas e despesas a eles atribuídas em relação às respectivas carteiras. As receitas são totalmente oriundas de clientes externos, portanto não há operações entre os segmentos operacionais.

As despesas administrativas e com pessoal, assim como os ativos corporativos, são alocados aos segmentos de acordo com as premissas definidas no modelo de custos adotado para o Sistema BNDES. Com relação às despesas com tributos, a alocação é feita de acordo com a natureza do resultado tributável e da empresa do Sistema BNDES que o originou (dadas as diferentes alíquotas). Como “Não Alocado” são classificados apenas os efeitos de mudanças na expectativa de realização de créditos tributários diferidos, incluindo eventuais impactos de alterações de alíquotas.

As políticas contábeis adotadas na apuração das informações por segmentos operacionais são consistentes com as políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras.

O relatório de segmentos operacionais foi elaborado considerando os valores apurados conforme as práticas contábeis adotadas no BR GAAP, uma vez que a Administração utiliza estas informações para a análise dos negócios. A reconciliação entre as práticas contábeis em BR GAAP e as em IFRS e seus efeitos sobre os principais valores apresentados no relatório por segmentos está apresentada na Nota Explicativa nº 27.

32.5. Conversão de moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira realizadas pelo BNDES são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. As variações cambiais que surgem da liquidação de tais transações e da conversão dos ativos e passivos monetários em moeda estrangeira por taxas cambiais de fechamento são reconhecidas como ganho ou perda no resultado do exercício.

32.6. Reconhecimento de Receita

Receitas e despesas de juros

As receitas e as despesas de juros sobre todos os instrumentos financeiros com incidência de juros são reconhecidos dentro de "receitas de intermediação financeira" e "despesas de intermediação financeira" na demonstração do resultado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Receitas de honorários e comissões

As receitas de honorários e comissões são reconhecidas conforme o regime contábil de competência no exercício em que os serviços são prestados.

Entretanto, as receitas de comissões caracterizadas como receitas de originação são acrescidas ao valor justo inicial dos instrumentos financeiros relacionados, e apropriadas ao resultado pelo método da taxa efetiva de juros, sendo reconhecidas nas respectivas contas de receitas e despesas de juros, conforme aplicável.

Receita de dividendos

A receita de dividendos, advinda das participações societárias classificadas na categoria valor justo por meio de outros resultados abrangentes, é reconhecida na demonstração do resultado quando o direito de recebimento é estabelecido

32.7. Ativo imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens.

Os detalhes sobre o reconhecimento de ativos de direito de uso estão descritos na Nota Explicativa nº 32.9.

32.8. Ativo intangível

O ativo intangível está registrado ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos.

32.9. Operações de arrendamento mercantil

O BNDES reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo, subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável e ajustado, quando aplicável, e também por remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos das obrigações contratuais, descontados usando a taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Para tanto, o BNDES adotou a taxa Pré-DI na data de cada contratação ou remensuração.

32.10. Redução ao valor recuperável de outros ativos

Investimentos em coligadas

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial, o BNDES avalia a necessidade de reconhecimento de perda adicional por redução ao valor recuperável do investimento líquido de cada coligada, incluindo eventual parcela de ágio, pela comparação de seu valor contábil com seu valor recuperável (valor de venda líquido dos

custos para vender ou valor em uso, dos dois o maior). O teste é realizado semestralmente ou a qualquer momento, quando houver indicação de perda de valor do investimento.

Para o cálculo do valor recuperável, o montante do valor líquido de venda é determinado: i) pelo preço de cotação da B3, deduzido de eventuais custos de venda, para os investimentos em companhias com ações listadas em bolsa ou ii) por modelos de precificação baseados em múltiplos ou em fluxo de caixa descontado, para investimentos em empresas cujas ações não são listadas em bolsa. O montante do valor em uso é determinado com base no cálculo do valor presente dos proventos esperados (dividendos e juros sobre o capital próprio), acrescido do valor residual esperado de venda futura da coligada apurado com base em modelos de precificação.

Ativos associados a processos contenciosos ou administrativos

A existência de processos contenciosos judiciais ou administrativos sobre Outros Créditos nos quais a chance de perder é igual ou maior que a de ganhar acarreta no reconhecimento integral da estimativa de perda financeira (riscos possível e provável, respectivamente).

32.11. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, para fins de demonstração dos fluxos de caixa, incluem disponibilidades, operações compromissadas de curto prazo e quaisquer outras aplicações de curto prazo de alta liquidez, que sejam prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estejam sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Caixa e equivalentes de caixa (operações de curto prazo) são aquelas com vencimento igual ou inferior a três meses, a contar da data da aquisição.

32.12. Provisões e contingências ativas e passivas

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Basicamente, a norma requer o seguinte com relação aos Ativos e Passivos Contingentes, bem como à Provisão para processos trabalhistas e cíveis:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa, deixando o ativo de ser contingente, requerendo-se assim o seu reconhecimento.
- Passivos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, devendo ser divulgada, para cada classe de passivo contingente, uma breve descrição de sua natureza e quando praticável: (i) a estimativa do seu efeito financeiro, (ii) a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de saída de recursos, e (iii) a possibilidade de qualquer desembolso. Os passivos contingentes para os quais a possibilidade de uma saída de recursos para liquidá-los seja remota não são divulgados.
- Provisão: são obrigações presentes, reconhecidas como passivo, desde que possa ser feita uma estimativa confiável e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação.

Considerando a natureza das ações, sua similaridade com processos anteriores, sua complexidade, jurisprudência aplicável e fase processual, os processos são classificados em três categorias de risco: máximo, médio e mínimo, levando-se em conta a possibilidade de ocorrência de perda, tendo como base a opinião de assessores jurídicos internos e externos.

Conforme a expectativa de perda, a política adotada para a classificação, reconhecimento e divulgação das ações é a seguinte:

Critérios Jurídicos	Risco de perda	Possibilidade de Perda	Risco de desembolso	Provisão / Divulgação
Risco Máximo	Chance de perder maior do que de ganhar	Provável	Sim	Provisão de 100%
			Não	Divulga
Risco médio	Chance de perder igual a de ganhar	Possível	Sim	Divulga em Nota Explicativa
			Não	
Risco Mínimo	Chance de ganhar maior do que de perder	Remota	Não	Não há provisão e divulgação em Nota Explicativa

A provisão constituída foi avaliada pela Administração como suficiente para fazer face às eventuais perdas.

32.13. Benefícios a empregados

32.13.1. Plano Básico de Benefícios - PBB

O BNDES e suas subsidiárias oferecem aos seus empregados um benefício de aposentadoria complementar. O Plano Básico de Benefícios (PBB), estruturado na modalidade de Benefício Definido (BD), é financiado de forma paritária com seus participantes, por pagamentos determinados por cálculos atuariais periódicos. Em dezembro de 2018, o PBB foi fechado para novas adesões.

O PBB é administrado pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES, e patrocinado pelas empresas do Sistema BNDES (BNDES, BNDESPAR, FINAME) e a própria FAPES. Até a última alteração de seu Regulamento, aprovada pela PREVIC em dezembro de 2018, o PBB concedeu complementação dos benefícios previdenciários pagos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). A partir desta alteração, com a desvinculação do INSS, o PBB passou a conceder complementação de um “INSS teórico” atrelado à Unidade de Referência (UR), fixada em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) na data de 30/09/2017 (a ser reajustada anualmente), representando R\$ 6.168,16 em 31/03/2022.

Entre os riscos relevantes associados ao PBB, têm-se:

- A incerteza quanto à manutenção do nível do benefício básico da previdência social, cujo teto em 31/03/2022 era de R\$ 7.087,22 (sete mil, oitenta e sete reais e vinte e dois centavos) por mês. Eventuais reduções no valor do benefício básico podem elevar os compromissos do plano (com relação aos benefícios concedidos antes de 18/12/2018); e
- A possibilidade de concessão de ganhos reais por ocasião do reajuste do salário-real-de-benefício dos assistidos, sem a contrapartida no custeio do PBB.

Além disso, têm-se os riscos atuariais inerentes ao modelo em que está estruturado o PBB, compreendendo possíveis descolamentos das hipóteses econômicas, financeiras, biométricas e demográficas no longo prazo. Para mitigar os riscos atuariais do modelo, é realizado acompanhamento regular da adequação das hipóteses adotadas na mensuração dos compromissos, mediante realização de testes regulares de aderência das hipóteses.

Não foram identificados riscos incomuns específicos do Plano ou quaisquer centralizações de risco significativas que possam expor os Patrocinadores a um risco concentrado.

Características do Plano

O Plano Básico de Benefícios - PBB prevê a concessão dos seguintes benefícios:

- a) complementação de aposentadoria;
- b) complementação de pensão;
- c) complementação de auxílio-reclusão;
- d) complementação de abono anual (13º salário);

- e) complementação de auxílio-doença; e
- f) pecúlio por morte.

Estrutura Regulatória do Plano

O PBB é regido pelo seu Regulamento Básico, cuja última atualização foi aprovada pela Portaria PREVIC n.º 1.166, de 12/12/2018, e publicada no DOU em 18/12/2018, por Resoluções dos Órgãos Estatutários da FAPES e pelas normas emitidas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e por outras emanadas do poder público, em especial às disposições da:

- **Emenda Constitucional n.º 20/1998**, que estabeleceu a regra de transição para a paridade contributiva entre participantes e patrocinador em planos patrocinados por entidades públicas, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista;
- **Lei Complementar n.º 108/2001**, que estabelece, entre outros requisitos, que as contribuições normais destinadas pelas empresas públicas (autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas) aos planos de benefícios previdenciais por elas patrocinados não podem exceder às contribuições normais dos participantes;
- **Lei Complementar n.º 109/2001**, que dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar no Brasil;
- **Resolução CNPC n.º 30/2018**, que substituiu as Resoluções CGPC n.º 18/2006 e n.º 26/2008, com efeito a partir de 01/01/2019, e dispõe sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário que administram, e dá outras providências. Tanto a destinação e utilização do superávit, quanto o equacionamento de déficit técnico de planos sujeitos à LC 108/2001, dar-se-ão de forma paritária entre participantes e patrocinador; e
- **Resoluções CGPAR n.º 9/2016 e n.º 25/2018**, que afetam particularmente as estatais federais patrocinadoras de planos de previdência complementar e disciplinam, respectivamente, as atividades de supervisão e fiscalização sistemáticas sobre a gestão do benefício, bem como as diretrizes quanto ao patrocínio do benefício de previdência complementar.

Avaliação atuarial e contabilização

O compromisso atuarial foi avaliado por atuário independente, pelo Método de Crédito Unitário Projetado (PUC). Para a atualização dos valores para as datas específicas foram usados juros atuariais equivalentes à remuneração das Notas do Tesouro Nacional, série B (NTN-B), negociadas em 21/03/2022, com vencimento em 2035, que correspondeu a 5,75% ao ano. O mesmo título encerrou na data-base dessas demonstrações financeiras em 31/03/2022 a 5,48% ao ano, representando redução de 0,27 pontos percentuais em relação à taxa de desconto utilizada.

A Resolução MPS/CNPC n.º 29 de 13/04/2018, que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, aprovou anexos que tratam da planificação contábil padrão, modelos e instruções de preenchimento das demonstrações financeiras. As principais categorias de ativos do plano foram apresentadas em conformidade com essa Resolução.

Os ativos atuariais, determinados pelos atuários independentes, não são reconhecidos como ativo do Patrocinador em função da impossibilidade de compensação de tais valores com contribuições futuras, conforme determinado no regulamento do plano de pensão.

A partir de 31/12/2020 o passivo passou a ser reconhecido nas demonstrações contábeis pelo montante de 50% do valor presente da obrigação de Benefício Definido (contribuições normais, extraordinárias e déficit não equacionado) não coberta pelo valor justo dos ativos do plano, após adoção do compartilhamento de risco, com fundamento em estudo solicitado em 2020 pela Administração do Sistema BNDES. A obrigação de benefício definido é calculada trimestralmente pelos atuários independentes, usando o PUC. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto dos benefícios futuros estimados, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham

prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão, aplicando-se o rateio de 50% equivalente ao custeio patronal paritário de futuras insuficiências de recursos no plano.

As dívidas contratadas entre o BNDES e o fundo de pensão são consideradas na determinação de um passivo adicional referente a contribuições futuras que não serão recuperáveis.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, bem como do efeito da mudança de estimativa pelo compartilhamento de risco, são reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes conforme ocorram. Os custos dos serviços correntes, o custo financeiro e o retorno esperado do ativo do plano são reconhecidos no resultado do período.

32.13.2. Plano de Assistência e Saúde - PAS

O Plano de Assistência e Saúde (PAS) é operado pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES - FAPES e possui como beneficiários, os empregados ativos admitidos até 18/03/2018 e assistidos do BNDES e de suas subsidiárias, assim como seus respectivos dependentes. O PAS é regido pelo Regulamento do Plano de Assistência à Saúde – RAS aprovado pela diretoria do BNDES e pelas normas emitidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

O Banco oferece benefício de assistência à saúde no pós-emprego, condicionado ao cumprimento dos requisitos do regulamento do plano. Os custos esperados deste benefício são acumulados durante o período laboral, dispondo da mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido.

Não foram identificados riscos incomuns específicos do plano ou quaisquer centralizações de risco significativas que possam expor o patrocinador a um risco concentrado.

Em 31 de março de 2022, a partir da avaliação atuarial trimestral efetuada por atuário externo, com base nos dados de fevereiro de 2022 e atualizada até 31 de março de 2022, foi contabilizado o valor da obrigação atuarial relativo ao benefício pós-emprego dos participantes assistidos, bem como dos participantes ativos pelo prazo médio de tempo laborativo futuro.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente da obrigação na data do balanço. Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes conforme a sua ocorrência. Os custos dos serviços correntes e o custo financeiro do plano são reconhecidos no resultado do período.

O PAS é custeado pelas empresas do Sistema BNDES (BNDES, BNDESPAR e FINAME) em caráter supletivo ao sistema público de saúde e as despesas referentes à manutenção do PAS são cobertas pelo Fundo de Assistência Médico Social – FAMS, fundo rotativo dotado com recursos oriundos dos patrocinadores. O FAMS não está coberto por ativos garantidores e a antecipação do pagamento dos benefícios é efetuada pelo BNDES com base nos orçamentos apresentados pela Fundação, que presta contas dos custos incorridos mensalmente, através de Demonstrativo de Prestação de Contas, conforme Convênio de Adesão registrado na ANS.

32.13.3. Benefícios de rescisão

O BNDES e suas subsidiárias reconhecem os benefícios de rescisão quando estão, comprometidos, contratualmente, com a rescisão dos empregados, de acordo com um plano detalhado, que não pode ser suspenso ou cancelado, ou no caso de fornecimento de benefícios de rescisão como resultado de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária.

32.13.4. Participação nos lucros

O BNDES e suas subsidiárias reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos resultados (apresentado no item “Despesas com pessoal” na demonstração do resultado). O BNDES registra uma provisão quando está contratualmente obrigado.

32.14. Imposto de renda e Contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto se estiverem relacionados a itens reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes. Nesse caso, os tributos são também reconhecidos diretamente no patrimônio.

Tributos correntes sobre o lucro

Os tributos correntes sobre o lucro (IRPJ e CSLL) representam o montante a pagar ou a recuperar.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são constituídos com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal sobre o qual são aplicadas as alíquotas vigentes para o período de apuração. São calculados com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os tributos diferidos sobre o lucro são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, na data do balanço, entre o resultado contábil e o fiscal, e sobre prejuízos fiscais e base negativa de CSLL. As principais diferenças temporárias do BNDES referem-se a provisões não dedutíveis e ao ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros.

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados usando o método do passivo, e incidem sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Os tributos são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos ativo for realizado ou quando o imposto de renda e contribuição social diferidos passivo for liquidado.

As diferenças temporárias principais são decorrentes do ajuste a valor justo de certos ativos e passivos financeiros e provisões; e em relação a aquisições, à diferença entre valores justos de ativos líquidos adquiridos e suas bases contábeis. Entretanto, não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o patrimônio ou o resultado contábil, nem o lucro real ou o prejuízo fiscal/base negativa.

Os tributos diferidos também são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em coligadas e desde que seja provável que a diferença temporária não seja revertida em um futuro previsível. Na hipótese de resultarem saldos ativos, o reconhecimento ocorre quando for provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais possam ser usadas diferenças temporárias.

32.15. Distribuição do lucro e destinação de reservas

As políticas contábeis adotadas tanto na constituição e destinação das reservas quanto no pagamento dos dividendos tem como base as normas contábeis brasileiras e regulamentações para instituições financeiras, e não com base nas Demonstrações Contábeis Consolidadas preparadas em IFRS.

O valor a ser distribuído a título de dividendos ao Acionista único é reconhecido como um passivo nas demonstrações financeiras com base no valor mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social do BNDES. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelo Conselho de Administração. Em termos gerais, a Política de Dividendos dá a seguinte destinação ao Lucro Líquido Ajustado:

	%
Dividendo Mínimo Obrigatório	25,0
Reserva para futuro aumento de capital	40,0
Reserva para Equalização de Dividendos	35,0

Os juros sobre o capital próprio e juros sobre os instrumentos elegíveis ao capital principal são tratados como dividendos e são apresentados nestas Demonstrações Financeiras como uma redução do Patrimônio Líquido.

A Reserva para equalização de dividendos pode ser utilizada para pagamento de dividendos complementares, desde que projeções para os três anos subsequentes indiquem que tal pagamento não provoque qualquer descumprimento nos limites prudenciais.

32.16. FAT – Dívida Subordinada e Depósitos Especiais

Conforme previsão constitucional, os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, constituídos basicamente pelo produto da arrecadação da contribuição PIS/PASEP e pelas receitas decorrentes de suas aplicações, destinam-se a custear o seguro-desemprego, outras ações da previdência social e o abono salarial, bem como os programas de desenvolvimento econômico, através do BNDES, por meio da utilização de parcela mínima de 28% daquela arrecadação.

Assim, o FAT sucedeu ao Fundo de Participação PIS-PASEP, alterando significativamente o propósito da referida contribuição social. Enquanto o Fundo de Participação PIS-PASEP tinha como objetivo formar o patrimônio individual dos trabalhadores, que eram seus quotistas, o FAT atua como instrumento de combate ao desemprego em duas frentes. A primeira, de caráter emergencial, amparando o desempregado com uma remuneração provisória e com programa de treinamento e recolocação e a segunda, de característica preventiva, fomentando a criação de novos empregos por meio de programas de desenvolvimento econômico.

Os recursos do FAT transferidos ao BNDES são classificados em duas categorias: Constitucional e Depósitos Especiais.

FAT Constitucional

O FAT Constitucional compreende as transferências de recursos correspondentes a, pelo menos, 28% da arrecadação da contribuição PIS/PASEP, sendo remunerado pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP (FAT – TJLP), pela Taxa de Longo Prazo (FAT - TLP), pela taxa média do Sistema Especial de Liquidação e Custódia descontada da taxa de remuneração (SELIC REDUZIDA) e por taxas de juros do mercado internacional (FAT – Cambial). Para a parcela de recursos que integrará a modalidade FAT - Cambial, os saldos devedores dos financiamentos concedidos terão seu contravalor em reais e poderão ser determinados com base em duas moedas: (i) dólar norte-americano, sendo remunerado pela Taxa de Juros para Empréstimos e Financiamentos no Mercado Interbancário de Londres – *LIBOR* – ou pela taxa de juros dos Títulos do Tesouro dos Estados Unidos da América – “*Treasury Bonds*”; (ii) euro, sendo remunerado pela taxa de juros de oferta para empréstimo na moeda euro ou pela taxa representativa da remuneração média de títulos de governos de países da zona econômica do euro – “*euro area yield curve*”.

Semestralmente, nos meses de janeiro e julho, o BNDES transfere ao FAT o valor correspondente à remuneração dos recursos indexados à TJLP e à TLP e à remuneração integral do FAT-Cambial, sendo a transferência representada pela remuneração à TJLP e à TLP limitada a 6% ao ano, capitalizada a diferença positiva. O valor correspondente à remuneração dos recursos indexados à SELIC REDUZIDA, incidente sobre os recursos disponíveis, é recolhido pelo BNDES ao FAT mensalmente, até o décimo dia útil do mês subsequente ao seu encerramento.

Para os recursos do FAT Constitucional, somente haverá amortizações se ocorrer insuficiência de recursos para custear o programa do seguro-desemprego, o pagamento do abono salarial e o financiamento de programas de educação profissional e tecnológica.

FAT – Depósitos Especiais

O FAT - Depósitos Especiais representa transferências adicionais ao FAT Constitucional. Os recursos dos Depósitos Especiais são aplicados em programas específicos e sob condições especiais, apresentando regras diferenciadas de remuneração, amortização e pagamento de juros ao FAT.

Os Depósitos Especiais do FAT são remunerados pela TJLP e pela TLP a partir da liberação dos empréstimos aos beneficiários finais. Os recursos ainda não utilizados e, portanto disponíveis, são remunerados pelas mesmas taxas aplicadas na remuneração das disponibilidades de caixa do Tesouro Nacional, atualmente a taxa SELIC.

32.17. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação dessas Demonstrações Financeiras requer o uso de estimativas e suposições sobre condições futuras que possam afetar os saldos dos ativos, passivos e contingências necessárias para divulgação devido às incertezas e ao alto nível de subjetividade envolvido. Dessa forma, os resultados reais no futuro podem diferir dos relatados.

A Administração do BNDES entende que foram feitos todos os ajustes considerados necessários para uma boa apresentação do balanço patrimonial, da demonstração do resultado e dos fluxos de caixa do Sistema BNDES para o período apresentado e por fim das informações prestadas nas Notas Explicativas.

Os ativos e passivos sujeitos a estas estimativas incluem notadamente:

- Cálculo de valores justos de instrumentos financeiros, incluindo derivativos;
- Definição de metodologia e uso de dados prospectivos para o cálculo das perdas de crédito esperadas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos financeiros VJORA;
- Levantamento dos critérios para determinação das baixas de ativos financeiros;
- Cálculo de redução ao valor recuperável de investimentos em coligadas;
- Cálculo atuarial dos planos de benefícios definidos;
- Mensuração do imposto de renda e da contribuição social diferidos; e
- Provisões e contingências cíveis ativas e passivas.

Mudança nas estimativas contábeis - Critério de declaração de ativo com problema de recuperação de crédito

Na estimativa de cálculo das perdas de crédito esperadas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos financeiros VJORA o BNDES utilizava como um dos critérios de declaração de ativo com problema de recuperação de crédito a classificação das operações em rating D ou menor na escala de classificação de risco do BACEN.

Para a data base de 31 de dezembro de 2021 o BNDES efetuou a revisão desta estimativa, decorrente de novas informações disponíveis em 2021 e da experiência adquirida ao longo dos anos na aplicação da norma e do processo de avaliação da perda esperada de crédito, da revisão periódica realizada pela instituição, da avaliação das melhores práticas do mercado, e da evolução contínua dos processos da instituição. Dessa forma, o BNDES deixou de considerar a classificação das operações em rating D ou menor (escala de classificação BACEN) como critério de declaração de ativo problemático.

Esta mudança não se relaciona com períodos anteriores. O montante do efeito de períodos subsequentes não foi divulgado porque a estimativa do mesmo é impraticável.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marcelo Serfaty - Presidente

Arthur Cesar Vasconcelos Koblitz

Fábio de Barros Pinheiro

Heloisa Belotti Bedicks

João Laudo de Camargo

Joisa Campanher Dutra Saraiva

Marcelo Pacheco dos Guaranys

Pedro Maciel Capeluppi

Sônia Aparecida Consiglio

Walter Baere de Araújo Filho

DIRETORIA

Gustavo Henrique Moreira Montezano – Presidente

Bruno Caldas Aranha

Bruno Laskowsky

Claudenir Brito Pereira

Fábio Almeida Abrahão

Francisco Lourenço Faulhaber Bastos Tigre

Marcelo Sampaio Vianna Rangel

Ricardo Wiering de Barros

Rodrigo Donato de Aquino

Solange Paiva Vieira

CONSELHO FISCAL

Pricilla Maria Santana – Presidente

Diogo Mac Cord de Faria

Marília Moreira Garcez

Antônio Simões Branco Junior - Suplente

SUPERINTENDENTE DA ÁREA DE CONTROLADORIA

Patrícia da Silva Barros

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Marcos Paulo Pereira da Silva

CRC-RJ 097.092/O-9

COMITÊ DE AUDITORIA

Fábio de Barros Pinheiro - Presidente

Maria Salete Garcia Pinheiro

Paulo Marcelo de Miranda Serrano



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de demonstrações financeiras intermediárias consolidadas

AOS CONSELHEIROS E DIRETORES DO
BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES
Brasília - DF

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ("BNDES"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

A diretoria executiva é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas de acordo com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – *Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade* e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a IAS 34.

Rio de Janeiro, 11 de maio de 2022

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Faria Pereira
Contador CRC RJ-077911/O-2